

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

RAQUEL CORREIA DE OLIVEIRA

**EDITORAS UNIVERSITÁRIAS E O ENSINO SUPERIOR NA AMÉRICA
LATINA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM ASSOCIAÇÕES**

CURITIBA

2016

RAQUEL CORREIA DE OLIVEIRA

**EDITORAS UNIVERSITÁRIAS E O ENSINO SUPERIOR NA AMÉRICA
LATINA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM ASSOCIAÇÕES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná – Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação – como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Gonçalves.

CURITIBA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sydnei Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

O48 Oliveira, Raquel Correia de.

Editoras universitárias e o ensino superior na América Latina: a importância do trabalho em associações/ Raquel Correia de Oliveira; orientadora Prof^a dr^a Rita de Cássia Gonçalves.
125f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná
Curitiba, 2016.

1. Editoras universitárias. 2. Ensino superior. 3. América Latina. 4. EULAC. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação / Doutorado em Educação.
II. Título.

CDD – 070.594

TERMO DE APROVAÇÃO

RAQUEL CORREIA DE OLIVEIRA

EDITORAS UNIVERSITÁRIAS E O ENSINO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM ASSOCIAÇÕES

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Mestre no
Curso de Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná.

Curitiba, 20 de dezembro de 2016.

Mestrado em Educação
Universidade Tuiuti do Paraná.

Orientadora: Professora Doutora Rita de Cássia Gonçalves.
UTP – Mestrado em Educação

Professor Doutor Pedro Leão da Costa Neto
UTP – Mestrado em Educação

Professora Doutora Leilah Santiago Bufrem
UFPE – Departamento de Ciência da Informação

Dedico este trabalho a todos que acreditam no poder transformador da educação e
aos que apoiam a produção editorial universitária.

AGRADECIMENTOS

A Jesus Cristo, primeiramente, por ser um Deus pessoal e real, melhor amigo. Todas as coisas foram feitas por Ele, e sem Ele nada do que foi feito se fez.

À minha querida orientadora Rita de Cássia Gonçalves, com quem tive a sorte de trabalhar e de quem recebi ensinamentos que vão além do mestrado. Sempre bem humorada e disposta a ajudar, incentivar, animar e apoiar, compreensiva e presente (mesmo com a distância física), multitarefas e que aceita desafios. Tenho certeza que nossa amizade será duradoura.

À professora Leilah Bufrem, a quem admiro desde que comecei a trabalhar em uma editora universitária. Seus escritos me fizeram compreender melhor este universo maravilhoso – e ainda pouco explorado – da produção literária acadêmica e me motivaram a buscar maior aprofundamento sobre o tema. Agradeço também por aceitar fazer parte da banca avaliadora desta dissertação.

A todos os professores do Mestrado em Educação, pela riqueza de conhecimento transmitido durante as atividades curriculares. Cada um me marcou de forma particular e especial, assim como cada colega de turma. Desejo que todos tenham muito sucesso em suas jornadas!

Ao professor Pedro Leão, que acompanhou as diversas etapas desta pesquisa, sempre disposto a ajudar e trazendo contribuições valiosas e pertinentes. Cada observação sua é eivada de pura sabedoria.

Ao professor Juan Felipe Córdoba-Restrepo, um dos mais influentes profissionais e estudiosos das editoras universitárias na América Latina, que presidiu a EULAC por muitos anos. O êxito das atividades desta associação se deve em grande parte ao empenho do professor Juan. Sou grata pela disponibilidade em ceder os dados referentes à EULAC apresentados na XXIX Reunião Anual da ABEU, na Universidade Federal de Viçosa, em 2016, constantes nessa pesquisa.

Aos profissionais da Associação Brasileira das Editoras Universitárias, que se prontificaram a me auxiliar no momento em que lhes apresentei meu objeto de estudo.

Aos meus colegas de trabalho, que dividem as alegrias e as lutas de atuar no setor educacional público. Ao meu chefe, Rodrigo Garófallo Garcia, pelo apoio

durante o período do mestrado e por me incentivar a aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo desta pesquisa nas minhas atividades junto à Editora da UFGD.

À minha família, que sempre valorizou a leitura e o saber. Foi com minha avó Ivanice que aprendi a amar e desejar os livros. Não por acaso a herança que ela e meu avô Djalma – ambos professores de História apaixonados pelo ensino – pretendem deixar para mim é composta por um cômodo repleto de livros. Com minha mãe Dirce, que foi servidora por mais de 30 anos em uma universidade pública, aprendi a valorizar o trabalho no ensino superior. Ela e meu pai, Djalma Júnior, sempre me motivaram a seguir em frente nos estudos e a buscar um trabalho que me realizasse. Sou muito grata.

Finalmente, a meu marido Israel Conversani, companheiro de todas as horas, incentivador, que me leva a acreditar nos meus sonhos e enxerga qualidades que muitas vezes não percebo em mim. É uma alegria e uma aventura dividir a vida com você.

“(...) as editoras universitárias, pelos títulos que publicam e republicam, pela linha editorial que adotam, pela renovação dos clássicos atualizados nas leituras e releituras que possibilitam, têm uma contribuição imprescindível à dinâmica da educação e da cultura no processo de formação integral do homem e das sociedades em que ele vive e nele vivem”. (VOGT, 2008).

RESUMO

O trabalho apresentado tem como tema a editoração universitária latino-americana, com destaque para o trabalho desenvolvido pela Associação de Editoras Universitárias da América Latina e Caribe – EULAC – criada em 1987 para promover a publicação, distribuição e ampla circulação do material produzido nas instituições de ensino superior. A presente pesquisa analisa as ações da EULAC e de suas associadas, em busca de melhor compreender o cenário da produção editorial nos países latino americanos, as experiências de êxito e os principais desafios que se apresentam. O objetivo geral é apresentar as atividades da EULAC, relacionadas à produção cultural e científica. Os objetivos específicos são: descrever o trabalho editorial nas universidades e seu desenvolvimento na América Latina; elencar os principais fatores históricos relacionados ao ensino superior na região; relatar o processo de criação e expansão da EULAC; mostrar dados numéricos da EULAC e de suas associadas. A pesquisa descritiva teve como base a teoria de campo de Pierre Bourdieu, que considera o campo como um lugar social em que há interação de atores com distintos capitais, com diferentes tipos e quantidade de poder e recursos. Desta forma, as associações de editoras universitárias existem dentro de um campo, um espaço estruturado de poder e recursos com suas próprias formas de competências e recompensas. A análise dos dados revela a importância da EULAC no processo de desenvolvimento e crescimento das editoras universitárias e na formação de associações de editoras acadêmicas na região, sobretudo a partir dos anos noventa, quando teve início um movimento de expansão da pós-graduação na região. A política de trabalho da associação tem atuado para integrar as editoras da região, formando uma estrutura de colaboração mútua, enfrentamento de problemas comuns e estabelecimento de parcerias.

Palavras-chave: editoras universitárias; ensino superior; América Latina; EULAC.

ABSTRACT

This research theme is the Latin American university publishing, highlighting the work of the Association of Publishers University of Latin America and the Caribbean – EULAC – established in 1987 to promote the publication, distribution and wide circulation of material produced in higher education institutions. The present research analyzes the actions of EULAC and its associates in order to better understand the scenario of editorial production in Latin American countries, experiences of success and the main challenges that are presented. General objective is to present EULAC's activities related to cultural and scientific production. Specific objectives are: describe editorial work in the universities and their development in Latin America; Highlight main historical factors related to higher education in the region; Report on the process of creating and expanding EULAC; Show numerical data of EULAC and its associates. The descriptive research was based on the field theory of Pierre Bourdieu, who considers the field to be a social place in which there is an interaction of actors with distinct means, different types and quantity of power and resources. In this way, university publishing associations exist within a field, a structured space of power and resources with their own forms of abilities and rewards. The analysis of the data reveals the importance of EULAC in the development and growth of university publishers and in the formation of academic publishers associations in the region, especially since the nineties, when a movement of postgraduate expansion began in the region. The association's work policy has born in mind integration of the publishing houses in the region, forming a structure of mutual collaboration, coping with common problems and establishing new partnerships.

Keywords: university presses; higher education; Latin America; EULAC.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – MATRÍCULAS EM IES PÚBLICAS E PRIVADAS DA AMÉRICA LATINA, ANOS DE 2005-2006	42
GRÁFICO 2 – ÍNDICES DOS PROGRAMAS DE DOUTORADO NA AMÉRICA LATINA	47
GRÁFICO 3 – NATUREZA JURÍDICA DAS IES	91
GRÁFICO 4 – ANO DE FUNDAÇÃO DAS EDITORAS	92
GRÁFICO 5 – VINCULAÇÃO HIERÁRQUICA DAS EDITORAS	93
GRÁFICO 6 – ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS	94
GRÁFICO 7 – DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO	94
GRÁFICO 8 – INSTITUIÇÃO A QUE OS AUTORES ESTÃO VINCULADOS	95
GRÁFICO 9 – NACIONALIDADE DOS AUTORES	96
GRÁFICO 10 – DISTRIBUIÇÃO DOS TÍTULOS POR ÁREA	97
GRÁFICO 11 – MÉDIA DE EXEMPLARES POR ÁREA	98
GRÁFICO 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS LIVROS DIGITAIS SEGUNDO O FORMATO	99
GRÁFICO 13 – PORCENTAGEM DE COEDIÇÃO.....	99
GRÁFICO 14 – VISIBILIDADE DA EDITORA ATRAVÉS DE PÁGINA ONLINE.....	101
GRÁFICO 15 – CANAIS DE VENDA OU DISTRIBUIÇÃO UTILIZADOS PELAS EDITORAS.....	102

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – DIVISÃO DO CONTINENTE AMERICANO EM AMÉRICA ANGLO-SAXÔNICA E AMÉRICA LATINA.....	24
FIGURA 2 – FACHADA DA <i>UNIVERSIDAD SANTO TOMAS DE AQUINO</i> , A PRIMEIRA UNIVERSIDADE DAS AMÉRICAS, FUNDADA EM 28 DE OUTUBRO DE 1538	31
FIGURA 3 – TABLETA PICTOGRÁFICA SUMÉRIA (3000 a.C.).....	49
FIGURA 4 – DIFERENTES MODELOS DE APARELHOS LEITORES DIGITAIS (<i>E-READERS</i>)	53
FIGURA 5 – CAPA DO PERIÓDICO <i>ANALES DE LA UNIVERSIDAD DE CHILE</i> , UMA DAS PRIMEIRAS PUBLICAÇÕES UNIVERSITÁRIAS DA AMÉRICA LATINA.....	63
FIGURA 6 – PUBLICAÇÕES ANTIGAS DA <i>UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO (UNAM)</i> , QUE COMEÇOU A EDITAR LIVROS DESDE A SUA FUNDAÇÃO, EM 1910.....	64
FIGURA 7 – EDITAIS PARA PUBLICAÇÃO DE OBRAS COLETIVAS DA EULAC, LANÇADAS NA FEIRA DE GUADALAJARA	84

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – <i>TIMING</i> , FORMATO INSTITUCIONAL E DIMENSÃO DOS SISTEMAS C&T NA AMÉRICA LATINA	44
QUADRO 2 – COMITÊS DA EULAC NOS ANOS 2014-2015.....	75

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – NÚMERO DE ACESSOS AO PORTAL VISIBILIDADE E CONHECIMENTO POR PAÍS, NOS PRIMEIROS 9 MESES DE 2015.....	86
TABELA 2 – EDITORAS DOS PAÍSES PERTENCENTES À EULAC QUE REGISTRARAM TÍTULOS DE ISBN).....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAER	Associação Argentina de Editores de Revistas
AAUP	Associação das Editoras Universitárias Americanas
ABEU	Associação Brasileira de Editoras Universitárias
ABRELIVROS	Associação Brasileira de Editores de Livros
ANUIES	Associação Nacional de Universidades e Instituições de Educação Superior
ASEUC	Associação de Editoras Universitárias da Colômbia
AUSJAL	Asociación de Universidades confiadas a la Compañía de Jesús en América Latina
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior
CERLALC	Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COLCIÊNCIAS	Instituto Colombiano para el Desarrollo de la Ciencia y la Tecnologia
CONACYT	Consejo Nacional de Ciencia y Tecnologia
CONICET	Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas)
CONICYT	Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica)
CRUCH	Conselho de Reitores das Universidades Chilenas
EULAC	Associação de Editoras Universitárias da América Latina e Caribe
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDCT/FINEP	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Financiadora de Estudos e Projetos
FONDECYT	Fondo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico
FONDEF	Fondo de Fomento
FONTEC	Fondo De Desarrollo Tecnológico

ICFES	Instituto Colombiano para el Fomento de la Educación Superior
IESALC	Instituto Internacional Para a Educação Superior na América Latina e Caribe
LEU	Liga das Editoras Universitárias
PIDL	Programa Interuniversitário para a Distribuição do Livro
PROED	Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das IES
REUN	Red de Editoriales Universitarias Nacionales de la Argentina
REUP	Red de Editoriales de Universidades Privadas de la Argentina
REUPDE	Rede de Editores Universitários e Escolas Politécnicas do Equador
SEDUCA	Sistema Editorial Universitario Centroamericano
SNEU	Seminários Nacionais das Editoras Universitárias
UNAM	Universidad Nacional Autónoma de México
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	ENSINO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA	22
2.1	PANORAMA REGIONAL	22
2.2	ENSINO SUPERIOR	28
2.2.1	A reforma universitária de Córdoba.....	32
2.2.2	A expansão das universidades e a influência norte-americana.....	34
2.2.3	Ensino público e ensino privado	37
2.2.4	Pós-graduação e pesquisa.....	43
3	EDITORAS UNIVERSITÁRIAS LATINO AMERICANAS	49
3.1	UMA BREVE HISTÓRIA DO LIVRO	49
3.2	O TRABALHO EDITORIAL NAS UNIVERSIDADES	53
3.3	O SURGIMENTO DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS	60
3.3.1	A atividade editorial universitária no continente americano	62
3.3.2	O contexto atual.....	67
4	ASSOCIAÇÃO DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE (EULAC).....	70
4.1	A ASSOCIAÇÃO	70
4.2	COMITÊ DIRETOR E COMITÊS ESPECÍFICOS	75
4.3	RECURSOS.....	79
4.4	EXPERIÊNCIAS EDITORIAIS DE SUCESSO: BRASIL, COLÔMBIA E MÉXICO.....	80
4.5	PUBLICAÇÕES QUE INFLUENCIAM AS AÇÕES DA EULAC.....	82
4.6	PORTAL VISIBILIDADE E CONHECIMENTO	85
4.7	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	88
4.8	A EULAC EM NÚMEROS	90
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
	ANEXO	117

1 INTRODUÇÃO

A atividade editorial é uma das possibilidades com que as instituições de ensino superior contam para socializar e difundir o que produzem. Publicar, nessas condições, significa tornar público o que determinada instituição ou grupo creem ser valioso para a sociedade ou para as pessoas a quem direcionam seu trabalho. E o setor responsável pela publicação de obras dentro de uma instituição de educação superior é a editora universitária, uma importante janela para a produção científica e acadêmica.

Na América Latina, algumas editoras evoluíram de gráficas universitárias e outras nasceram com as universidades, sobretudo a partir da década de 1980, mas somente nos últimos anos houve um considerável avanço na política interna e estrutura delas, o que resultou no aumento de qualidade e quantidade das publicações – atualmente a região possui mais de 550 editoras acadêmicas (RAMA, SAGASTIZÁBAL; URIBE, 2006).

Contudo, muitas são as dificuldades que ainda enfrentam, especialmente no tocante à divulgação, distribuição, circulação e venda das obras.

O crescimento do trabalho editorial acadêmico resultou em maior visibilidade e importância atribuídas a este campo, atraindo o interesse de historiadores e pesquisadores. Se há alguns anos atrás Plínio Martins Filho e Marcelo Rollemberg afirmavam: “é provável que nunca tenha sido escrita a história de qualquer editora universitária brasileira” (MARTINS FILHO; ROLLEMBERG, 2001), atualmente pode-se considerar que a produção universitária tem dado relativa atenção ao assunto.

Neste contexto, a presente dissertação busca analisar: os principais fatores históricos do ensino superior na América Latina; o cenário da produção editorial na região; o trabalho desenvolvido pela EULAC; e as perspectivas que se apresentam para os próximos anos.

Após o período de expansão das universidades latino-americanas, as principais discussões a partir da década de 1990 têm se relacionado à qualidade na educação superior e seus desdobramentos, como procedimentos de gestão, avaliação, certificação, além dos fatores produtividade e eficiência. Atualmente, existem cerca de 14 milhões de estudantes de nível superior e milhares de

instituições que se denominam universidades ou faculdades na América Latina (SCHWARTZMAN, 2006). Os países da região buscam se adequar às exigências e tendências do mundo capitalista e às propostas dos órgãos internacionais:

Como pano de fundo permanece a preocupação e a discussão acerca do papel dos mecanismos de acreditação e avaliação no fortalecimento dos sistemas educativos da América Latina e do Caribe, principalmente num cenário de assimetria em que ocorre a divisão internacional do conhecimento, a inovação tecnológica e a mercantilização da educação superior por meio do investimento das grandes corporações ou grupos privados na área educacional. (ALMEIDA JÚNIOR e CATANI, 2009, p. 572).

Neste universo estão inseridas as editoras universitárias, as quais também vêm trabalhando para atuar com maior qualidade e eficiência para se adequarem aos padrões impostos pelos documentos elaborados por organismos multilaterais internacionais.

A presente pesquisa é resultado de uma leitura extensiva do material existente relacionado às editoras universitárias e à história do livro, bem como da experiência profissional desta autora, que desde 2009 trabalha em uma editora universitária. Graduada em Jornalismo e especialista em Metodologia do Ensino Superior, esta mestrandia percebeu que há um “vínculo estreito entre Educação, Comunicação e Tecnologia, que pode ser verificado na rotina de produção e divulgação das editoras universitárias” (ROCHA, 2014, p. 13). Esta ligação levou-a a produzir um trabalho de pesquisa voltado ao levantamento e registro da história da Editora da Universidade Federal da Grande Dourados – EDUFGD – como conclusão da formação *lato sensu* e despertou o desejo de analisar mais a fundo as políticas e as práticas educacionais envolvidas no processo editorial acadêmico. Percebeu-se cada vez mais que a prática tem posição de destaque na pesquisa, pois é ela e por ela que o homem tem de “‘demonstrar a verdade’, isto é, a realidade e a força, o caráter terreno do seu pensamento” (MARX e ENGELS, 198- apud BUFREM, 2015, p. 29), o que justifica a importância da experiência da práxis editorial universitária e de reflexão crítica sobre esta.

Inicialmente, cogitava-se desenvolver um estudo sobre uma editora do estado do Paraná, mas o conteúdo das aulas ministradas na linha de *Políticas Públicas e Gestão da Educação*, do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, e dos veículos de comunicação destinados ao público universitário apontaram para uma abordagem mais ampla do assunto.

Dentre inúmeras influências positivas, destaca-se a produção bibliográfica da professora Leilah Bufrem, pioneira na pesquisa sobre o tema das editoras universitárias no Brasil.

Assim, esta pesquisa terá como objetivo abordar o trabalho das associações de editoras universitárias na América Latina, com destaque para as atividades desenvolvidas pela Associação de Editoras Universitárias da América Latina e Caribe – EULAC – a qual tem tido êxito no campo da editoração acadêmica, relacionando-o com a história do ensino superior. A evolução na quantidade e qualidade do trabalho das editoras universitárias, sobretudo no Brasil, na Colômbia e no México, demonstram a influência do trabalho da EULAC. Apesar das dificuldades, tensões, de dilemas e especificidades, o número de associadas à EULAC aumentou consideravelmente desde a sua criação, em 1987.

Os representantes das editoras universitárias, quando empenhados em transmitir com fidelidade sua prática, influenciam-se reciprocamente, impulsionando o processo. Seus relatos de experiências têm sido significativos pois, enquanto por um lado, fortalecem e estimulam práticas, por outro, afastam desacertos potenciais. Avaliadas posturas e discutidas oportunidades e limitações pelas circunstâncias, os encontros ensinam o aprendizado e o crescimento dos participantes e, por extensão, das instituições neles representadas. (BUFREM, 1993, online).

A relação entre editoração e educação parte do pressuposto de que a editora universitária só existe em razão do ensino superior e de seus atores, os quais se configuram como produtores e público da atividade editorial. Esta relação vem desde os primórdios do livro, e a primeira casa editorial do mundo surgiu dentro de uma universidade, na Europa da Idade Média (BUFREM, 2015). Dela fazem parte professores, alunos, pesquisadores e intelectuais envolvidos com as tendências ideológicas e os debates em voga nas mais diversas áreas do conhecimento, bem como a comunidade em geral, tendo em vista que o conteúdo publicado pelas editoras universitárias possui relevância para toda a sociedade.

Esta dissertação tem como objetivo geral apresentar as atividades da EULAC, relacionadas à produção cultural e científica.

Em seguida, como objetivos específicos, pretende-se:

- a) Elencar os principais fatores históricos relacionados ao ensino superior na região;

- b) Descrever o trabalho das editoras nas universidades e seu desenvolvimento na América Latina;
- c) Relatar a criação e expansão da Associação de Editoras Universitárias da América Latina e Caribe – EULAC;
- d) Examinar dados numéricos da EULAC e de suas associadas.

Para alcançar os objetivos deste trabalho foram feitas pesquisas bibliográfica e documental como ferramentas para obtenção de dados, além da pesquisa descritiva. A seleção do material bibliográfico foi realizada por meio de buscas em livros, periódicos científicos e não científicos, jornais, conhecidas fontes de dados *on-line* – como bibliotecas digitais, repositórios institucionais, banco de teses e dissertações – e sites de instituições de ensino superior, além de mecanismos de busca para outros documentos.

A pesquisa documental, de acordo com Gil (1999), vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Houve procura de leis, resoluções, estatutos, regimentos, atas, ofícios, portarias e demais documentos oficiais referentes tanto ao ensino superior quanto à editoração universitária da América do Norte e da América Latina.

Outro tipo de pesquisa desenvolvida foi a descritiva, que, segundo Marconi e Lakatos (2006, p. 18) delinea a realidade “mediante um estudo realizado em determinado espaço-tempo por meio da abordagem do objeto sob os aspectos da descrição, análise, interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente”. Optou-se por descrever as diferentes esferas do trabalho editorial nas universidades, bem como aspectos históricos das editoras universitárias na América Latina e de suas instituições de ensino superior.

O trabalho teve como base a teoria de campo (“campo de produção cultural”) de Pierre Bourdieu. Thompson (2005), Bufrem (1993, 2008, 2015) e Harfuch (2014) propõem o uso do conceito de campo de Bourdieu para entender o contexto da edição universitária. O campo, segundo Bourdieu (1968), é um lugar social em que há interação de atores com distintos capitais, com diferentes tipos e quantidade de poder e recursos.

A existência de um “mercado literário e artístico” torna possível a formação de um corpo de profissões propriamente intelectuais – seja com o aparecimento de novos personagens, seja com personagens antigos que

recebem novas funções – isto é, a constituição de um verdadeiro campo intelectual como sistema de relações que se estabelecem entre os agentes do sistema de produção intelectual (BOURDIEU, 1968, p. 110).

Desta forma, as editoras universitárias não existem no vazio, mas são forjadas no campo, ou seja, um espaço estruturado de poder e recursos com suas próprias formas de competências e recompensas.

O campo editorial universitário vem-se legitimando, por meio de critérios e de valores próprios, constituindo práticas e regulamentos nas instituições de ensino superior, estando, portanto, às voltas com certa ortodoxia. Seu “grau de autonomia”, nesse caso, é proporcional ao grau com que, enquanto campo de produção de valor e raridade peculiares, mostra-se capaz de funcionar como um mercado específico, gerador de um tipo de raridade e de valor irredutíveis à raridade e aos valores econômicos dos bens em questão, qual seja, a raridade e o valor propriamente culturais.

(...) Esse seria um campo de produção erudita, já que produz bens destinados “a um público de produtores de bens culturais” que, por sua vez, também produzem para produtores de bens culturais. (BUFREM, 2008, p. 11, p. 20).

E para entender o que acontece no mundo da edição universitária, é necessário entender as lógicas do campo do ensino superior, quem são seus atores e quais são suas práticas e formas específicas de competência e recompensa. Assim, editoras acadêmicas e universidades se constituem como campos intelectuais, sendo a editoração, nesse caso, um subcampo da academia. Bourdieu concebe o campo intelectual enquanto um sistema complexo de relações que envolve obras, instituições e agentes intelectuais. E alerta para que exista uma análise do campo tal como ele é, sem as idealizações que lhe são conferidas pelo senso comum.

Pensar sobre o campo editorial universitário na América Latina e na sua formação é estar ciente do histórico início dessa sociedade e de suas inúmeras transformações.

O mundo da cultura está repleto de nichos. Ainda existem editores de vanguarda que publicam livros com tiragem reduzida e conseguem se virar, mesmo que se autoexplorem um pouquinho. Por estranho que pareça, acho que o futuro está nessa lógica do nicho. Na medida em que algo não deveria ser dito encontra uma forma de ser dito, isso é importante: haverá sempre alguém que vai escutar, e isso poderá ressurgir dez anos depois. Parte importante do que se escreve não teria sentido caso não acreditássemos nisso. Existe uma margem de liberdade real, realista, que tem a ver com isso. (...) O sistema escolar continua sendo um dos nichos possíveis, apesar da concorrência do privado: ele oferece a dedicação, pessoas que acreditam, além de recursos, certamente não muito grandes, mas que permitem que se façam coisas (BOURDIEU entrevistado por LOYOLA, 2002.)

O presente estudo tem início com uma introdução sobre o assunto, contendo apresentação do tema, justificativa e importância, os objetivos que se pretende alcançar e os caminhos utilizados para reunir as informações necessárias à composição do trabalho.

O capítulo 2 trata do ensino superior na América Latina e tem início com uma abordagem panorâmica da região, com ênfase na história das universidades latino-americanas, implantadas pelos colonizadores espanhóis logo após o descobrimento do continente, no século XVI. Ao chegar aos séculos XX e XXI, são analisados fatores importantes como a expansão das universidades e a influência norte-americana, ensino público e ensino privado e pós-graduação e pesquisa.

O capítulo 3 apresenta uma breve história do livro, objeto do fazer editorial, desde seu surgimento na Antiguidade até a revolução tecnológica. Em seguida, traz uma descrição detalhada do trabalho editorial nas universidades, com enfoque nas atividades e nos profissionais envolvidos neste contexto. Também mostra a trajetória das editoras universitárias na América, especialmente na América Latina, para refletir sobre o cenário atual da editoração universitária no continente.

No capítulo 4 o foco é a Associação de Editoras Universitárias da América Latina e Caribe (EULAC). O texto mostra a criação e estruturação da associação, a atuação dos comitês, os eventos e as ações voltadas ao enfrentamento de obstáculos comuns ao trabalho das editoras acadêmicas e à internacionalização das publicações. Na sequência, apresenta-se o perfil das associadas através de dados numéricos e estatísticos.

Para concluir, o capítulo 5 traz as considerações finais, seguido das referências bibliográficas e de um anexo: a relação das editoras pertencentes à EULAC, seu país de origem e a instituição a que estão vinculadas.

2 ENSINO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA

Este capítulo apresenta o conceito do termo América Latina e os principais aspectos históricos, políticos e econômicos da região.

Aborda também o processo de fundação das primeiras universidades no continente americano, a partir do século XVI, passando pelo importante movimento da reforma de Córdoba, no início do século XX, até chegar ao processo de expansão do número de instituições de ensino superior, ocorrido na década de 1970, à influência dos Estados Unidos na região e ao crescimento da pós-graduação e pesquisa, sobretudo a partir dos anos 90.

2.1 PANORAMA REGIONAL

O conceito de América Latina, ligado a características sociais, históricas e econômicas, além dos fatores geográficos, faz referência à região do continente americano que engloba os países colonizados majoritariamente pelos impérios ibéricos espanhol e português (COLBURN, 2002), a partir do século XVI, e onde são faladas, primordialmente, línguas românicas (derivadas do latim), como espanhol, português e francês¹.

O termo América Latina teve origem no século XIX, mas sua autoria tem sido alvo de controvérsias. Para uma corrente, o primeiro a fazer uso foi o filósofo chileno Francisco Bilbao, em uma conferência realizada em Paris em 1856 (BANDEIRA, 2005), mesmo ano em que o escritor colombiano José María Torres Caicedo também fez uso do termo em seu poema *Las dos Américas* (PRADO e PELLEGRINO, 2014).

Para Farret e Rodrigues Pinto (2011, p. 35), porém, o ponto de partida da arqueologia do nome “América Latina” tem início com o artigo do historiador norte-americano John Leddy Phelan, *Pan-Latinism, French Intervention in Mexico (1861-*

¹ As exceções são Guiana, Suriname e Belize, que são países de línguas germânicas. Há países com mais de uma língua oficial, como Paraguai (espanhol e guarani) e Peru (espanhol, quéchua e aimara). Disponível em: <http://www.gostodeler.com.br/materia/18079/as_linguas_da_america_latina.html>. Acesso em: out. 2016.

1867) and the Genesis of the Idea of Latin América, publicado somente em 1968². Segundo os autores, tal artigo pode ser considerado até os dias de hoje como a referência bibliográfica predominante sobre o tema.

Neste artigo, Phelan considera que o termo “América Latina” aparece pela primeira vez em 1861, no contexto do panlatinismo. A ideologia panlatina, que já existia na França desde os anos 1830, ganhando força no governo de Napoleão III (o chamado Segundo Império, de 1852 a 1870), objetivava subjugar as nações hispano-americanas ao poderio francês, e ao mesmo tempo visava diminuir a área de atuação da política imperialista dos Estados Unidos. Seu ponto central era a aproximação cultural entre a França e as nascentes repúblicas de língua espanhola, a partir de uma união “latina” intercontinental, mas que obviamente teria a França como liderança. (FARRET e RODRIGUES PINTO, 2011, p. 35).

Nesse contexto, um dos principais ideólogos da teoria do *panlatinismo*, utilizada por Napoleão III, e do sentido de América Latina, teria sido o político e economista francês Michel Chevalier (CAMBESES JUNIOR, s.d.), que defendia o papel de liderança da França sobre os países latinos.

Em relação aos países que compõem a América Latina, não existe uma “lista” oficial e as diversas fontes de informação divergem ligeiramente quanto aos Estados que realmente fazem parte do grupo. Muitos estudos (MERIEVERTON, 2016; GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 2015) consideram que a região engloba 21 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

A classificação mais utilizada, contudo, é a que engloba todos os países da América Central e América do Sul, além do México. De acordo com esta definição, o continente americano estaria socioeconomicamente dividido em duas grandes áreas: América Latina e América Anglo-Saxônica. A primeira, composta por: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Granada, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Trinidad e Tobago, México, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador,

² “O artigo foi publicado primeiramente em inglês, no ano de 1968, mas já em 1969 foi traduzido para o espanhol” (FARRET e RODRIGUES PINTO, 2011, p. 40).

Guiana, Guiana Francesa³, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. A segunda, formada por Estados Unidos e Canadá⁴ (TOSCANO, 2016).

Esta classificação também é adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que denomina a região de *América Latina e Caribe*⁵ (CEPAL, 2016).

FIGURA 1 – DIVISÃO DO CONTINENTE AMERICANO EM AMÉRICA ANGLO-SAXÔNICA E AMÉRICA LATINA.



FONTE: GEOENSINO, 2016, online⁶.

Banhada pelos oceanos Atlântico e Pacífico, a região possui uma área de 21.069.501 km² e cerca de 570 milhões de habitantes (BIBLIOTECA VIRTUAL DA AMÉRICA LATINA, 2016, dados de 2008).

A maior parte dos países latino-americanos vivenciou um processo semelhante de conquista e colonização. Entre os anos de 1500 e 1800, os colonizadores, que vieram da Coroa de Castela (que posteriormente se tornou Espanha) e do Reino de Portugal, massivamente desbravaram as novas terras e se

³ A Guiana Francesa é Departamento de Ultramar da França, não é nação independente (TOSCANO, 2016).

⁴ Estão inclusos os territórios da Groenlândia, o Alasca, Porto Rico e ilhas (idem, ibidem).

⁵ Caribe é uma região do continente americano formada pelo Mar do Caribe – banhado pelo Oceano Atlântico –, suas ilhas e estados insulares. Localiza-se na área central da América, entre a América do Sul e América do Norte, ocupando 2.754.000 km² e com população estimada em 39.169.962 habitantes. Fazem parte do Caribe os seguintes países: Panamá, Costa Rica, Honduras, Belize, Guatemala, México, Cuba, Jamaica, Haiti, República Dominicana, Colômbia e Venezuela. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2119rank.html>> e <http://www.suapesquisa.com/geografia/mar_caribe.htm>. Acesso em: out. 2016.

⁶ Disponível em: <http://www.geoensino.net/2011/09/divisao-socio-economica-do-continente_26.html>. Acesso em: out.2016.

apossaram delas. Plantaram algodão, frutas e cana-de-açúcar na maioria do território que ocuparam, em especial no nordeste do Brasil, nas ilhas das Antilhas e na América Central, além de explorarem recursos naturais e buscarem por ouro e prata na região que abrangeu desde o México à atual Bolívia (CARDOSO; PÉREZ BRIGNOLI, 1979).

Conforme avançaram pelos territórios, os europeus subjugaram e sujeitaram os nativos existentes⁷, para trabalhar nos campos, nas florestas e nas minas. Também trouxeram povos escravizados da África⁸ para servirem de mão de obra, a partir dos primeiros anos do século XVI, prática que perdurou até o século XIX.

As colônias da América Latina permaneceram sob domínio da Europa por aproximadamente 300 anos. Entre 1791 e 1824, a maior parte das colônias entrou em guerra e, aos poucos, foram libertadas do jugo europeu.

Os séculos XVIII e XIX foram marcados sobretudo por conflitos regionais, dos quais o mais longo foi a Guerra do Paraguai⁹. Foram marcados também por uma

⁷ Os povos primitivos da América viviam no continente há milhares de anos antes da chegada dos exploradores europeus. Na época em que os espanhóis aportaram na América Central, no século XVI, ocorria o florescimento de duas grandes civilizações ameríndias – a civilização asteca, no México, e a civilização inca, no Equador, no Peru e na Bolívia – além da civilização maia, na América Central, cujo ápice de desenvolvimento ocorreu por volta do século XVI. Os maias formavam uma civilização avançada, organizada em cidades-estados; tinham uma escrita hieroglífica e agricultura bem desenvolvida. Os astecas comercializavam produtos luxuosos com outros povos da América do Norte e da América Central. Os incas, a mais avançada das três civilizações, dedicavam-se à agricultura e ao pastoreio e viviam em aldeias. Resistiram à invasão e ao domínio espanhol durante quarenta anos. No Brasil, diferentes nações indígenas se espalhavam pelo território do país. Os portugueses tiveram mais contato com os tupis-guaranis, que viviam no litoral, em aldeias populosas, que tinham de 500 a 750 habitantes. Praticavam a caça, a pesca e a coleta de raízes e frutos, além da agricultura. Há no país cerca de 220 povos indígenas, de diferentes grupos étnicos, com cerca de 180 línguas faladas. Disponível em: <<http://escola.britannica.com.br/article/482011/indio-ou-nativo-americano>> e <<http://www.infoescola.com/historia/civilizacao-maia/>>. Acesso em: out. 2016.

⁸ Quando a força de trabalho indígena se tornou escassa devido à política de extermínio e à fuga dos indígenas, os estados europeus se utilizaram do comércio de escravos africanos para solucionar o problema da mão de obra nas colônias americanas. O contato com a escravidão africana não era novidade para os portugueses, que, desde 1441, capturavam negros na costa atlântica da África. A costa atlântica africana, entre o Senegal e Angola, concentrou as principais regiões de origem dos escravos. Estes eram obtidos com a captura feita pelos povos africanos por meio de guerras entre os reinos. Líderes africanos recebiam mercadorias em troca dos povos capturados. Desde que embarcavam nos navios negreiros, conhecidos como tumbeiros, os novos escravos eram tratados com violência. Totalizando 1.552.000 escravizados, a América espanhola perde em índice numérico para o Brasil, que, segundo estudos recentes, atingiu o total de 4,8 milhões de escravizados. No Brasil e na América Hispânica, a mão de obra africana foi utilizada principalmente na lavoura de exportação dentro do sistema de *plantation*. O dinheiro gasto na compra do escravo antes que este produzisse, gerando lucro, levou o colono a explorar a mão de obra escrava até a completa exaustão. Disponível em: <<http://www.ahistoria.com.br/escravidao-africana-no-continente-americano/>> e <<http://www.geledes.org.br/escravidao-nas-americas/#gs.6gBbe6g>>. Acesso em: out. 2016.

⁹ A Guerra do Paraguai foi um conflito militar que ocorreu na América do Sul, entre os anos de 1864 e 1870. Nesta guerra, o Paraguai – sob governo do ditador Francisco Solano Lopes, que tinha o objetivo de conquistar terras na região da Bacia do Prata, obtendo assim uma saída para o Oceano

corrente imigratória¹⁰ vinda da Europa e da Ásia¹¹, entre a última metade do século XIX e a primeira metade do século XX (OLIVEIRA, 2016). Tais fluxos imigratórios contribuíram para uma miscigenação étnica, cultural e social ainda maior nos países latino-americanos (especialmente no Brasil), existente desde o período de colonização:

A América Latina tem também profundas raízes nas culturas indígenas estabelecidas na região quando de seu descobrimento pelos europeus e, além disso, foi o principal destino de milhões de pessoas escravizadas vindas da África, e de correntes imigratórias de muitos países no final do século XIX e início do século XX, ampliando ainda mais a sua diversidade sociocultural (BIBLIOTECA VIRTUAL DA AMÉRICA LATINA, 2016, online¹²).

Contudo, o histórico de exploração e desigualdades existentes em todas as nações latino-americanas resultou em economias de caráter subdesenvolvido, com sérios problemas de ordem financeira e social, como desemprego, crescimento da

Atlântico – lutou contra a Tríplice Aliança, formada por Brasil, Argentina e Uruguai, e não obteve êxito. O conflito resultou, entre outros aspectos, na morte de cerca de 300 mil pessoas (civis e militares), dentre as quais estavam 20% da população paraguaia; no total enfraquecimento da indústria e economia paraguaias; no prejuízo financeiro aos países envolvidos; no aumento da influência da Inglaterra, que apoiou a Tríplice Aliança, na região. Disponível em:

<<http://www.historiadorbrasil.net/guerraparaguai/>>. Acesso em: out. 2016.

¹⁰ Até a Primeira Guerra Mundial, 11 milhões de europeus se dirigiram para a América Latina dos quais 38% eram italianos, 28% espanhóis, 11% portugueses e 3% franceses e alemães. Desses 11 milhões, 46% se destinaram à Argentina, 33% ao Brasil, 14% foram para Cuba e 3% para o México (ROSOLI, 1992 apud LANZA e LAMOUNIER, 2015). A imigração era alternativa à grande parte da população desses países europeus, que enfrentavam dificuldades resultantes de fatores como o aumento exponencial da população, a queda progressiva da mortalidade, a revolução agrícola e a consequente mecanização da agricultura (LANZA e LAMOUNIER, 2015). Além disso, os governos latino-americanos tentaram de alguma forma atrair trabalhadores estrangeiros, buscando se prevenir contra uma possível falta de mão de obra em setores específicos das economias nacional e para substituir o trabalho escravo.

¹¹ Embora inicialmente, no século XIX, alguns chineses tenham sido enviados aos países da América Latina, a continuidade da imigração chinesa na região fracassou (DEZEM, 2014). O Japão, por sua vez, a partir da década de 1880 incentivou a emigração de seus habitantes por meio de contratos e acordos com outros governos, dentre os quais, os latino-americanos Peru e Brasil. Formaram-se grandes colônias de imigrantes nipônicos nesses países, saídos de sua nação devido a fatores como superpovoamento, desemprego devido à recente mecanização da agricultura, escassez de terras cultiváveis e endividamento dos trabalhadores rurais. No Brasil, a maioria dos imigrantes japoneses foi morar nos estados de São Paulo e Paraná e trabalharam principalmente em lavouras de café. Nos centros urbanos, ocuparam setores relacionados com a agricultura, atuando como feirantes ou donos de pequenos armazéns de frutas, legumes ou peixes. No Peru, onde o processo de imigração de japoneses teve início nove anos antes do Brasil (MRE, 2016), grande parte dos imigrantes se tornaram mão de obra das fazendas, contribuindo para a produção agrícola. Aos poucos, o trabalho foi se expandindo para os ramos artesanais, comerciais e urbanos. Disponível em: <https://www.academia.edu/10200903/_O_in%C3%ADcio_da_imigra%C3%A7%C3%A3o_japonesa_para_a_Am%C3%A9rica_Latina_um_breve_hist%C3%B3rico_> e <<http://www.mofa.go.jp/region/latin/peru/index.html>>. Acesso em: out. 2016.

¹² Disponível em: <<http://www.bvmemorial.fapesp.br/php/level.php?lang=pt&component=19&item=3>>. Acesso em: out. 2016.

pobreza, extremas disparidades de nível econômico (com exceção de Cuba, que vive uma economia socialista), falta de investimento em setores básicos (como saúde e educação), dentre outros.

Com as principais atividades produtoras voltadas ao setor primário – que corresponde à produção de produtos agropecuários, extração vegetal, animal e mineral –, industrialização tardia e dependência financeira dos países ricos, os países latinos convivem com a inflação – que corresponde a aumentos constantes nos produtos e taxas de juros bastante elevadas – e o aumento da dívida externa – o somatório dos débitos de um país, resultantes de empréstimos e financiamentos contraídos no exterior pelo próprio governo, que podem ser provenientes de governos, entidades financeiras internacionais¹³, bancos ou empresas privadas.

Outras formas de dominação ocorrem através do alto índice de exportação de produtos vindos dos países ricos e da ação das empresas multinacionais, que ingressaram na América Latina a partir do século XX, devido às condições favoráveis, como mão de obra (farto número de trabalhadores e baixos salários), matéria prima (concentração de recursos naturais e leis ambientais não rigorosas), mercado consumidor (países populosos com milhões de pessoas propícias a consumir) e isenção de impostos (os países dão incentivos fiscais para a instalação de uma empresa) (FREITAS, 2016).

Sader (2009) resume o momento histórico atual da América Latina, sob as bases do neoliberalismo¹⁴:

A América Latina sofreu diretamente a passagem ao novo período histórico. Praticamente todos os seus países foram vítimas das crises das dívidas, entrando na espiral viciosa de crise fiscal, empréstimo e cartas de intenções do FMI, enfraquecimento do Estado e das políticas sociais, hegemonia do capital financeiro, retração do desenvolvimento econômico, substituído pelo tema da estabilidade monetária e dos ajustes fiscais. Afetados centralmente

¹³ Como o Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial – BM.

¹⁴ O neoliberalismo é definido como um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. De acordo com esta doutrina, deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. Essa corrente de pensamento surgiu na década de 1970, através da Escola Monetarista do economista Milton Friedman, como uma solução para a crise que atingiu a economia mundial em 1973, provocada pelo aumento excessivo no preço do petróleo. Os críticos ao sistema afirmam que a economia neoliberal só beneficia as grandes potências econômicas e as empresas multinacionais. Segundo estes, os países pobres ou em processo de desenvolvimento sofrem com os resultados de uma política neoliberal. Nestes países, são apontadas como causas do neoliberalismo: desemprego, baixos salários, aumento das diferenças sociais e dependência do capital internacional. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/92283195/Neoliberalismo-Milton-Friedman>> . Acesso em out. 2006.

por essas transformações, a América Latina passou a ser o continente privilegiado dos experimentos neoliberais (SADER, 2009, online).

Os fatores históricos e sociais de uma nação estão relacionados à sua própria identidade e determinam os rumos da educação em todos os seus níveis. São fundamentais, portanto, para garantir uma melhor compreensão do desenvolvimento do Ensino Superior desta nação – neste caso, do grupo de países latino-americanos.

Num cenário de descompasso do crescimento econômico regional com o crescimento econômico mundial, verifica-se que a América Latina é submetida a uma economia de mercado perversa, agravada pela pressão dos países desenvolvidos para que abram suas fronteiras ao livre-comércio, enquanto eles próprios mantêm suas políticas protecionistas. (...) necessário se faz acrescentar que a discussão de propostas sobre a realidade educacional na América Latina e no Caribe seja acompanhada de uma discussão maior sobre o desenvolvimento econômico e social da região, porque são interdependentes e indissociáveis (LUZ, MELO, ANGELO, 2005, p. 18-19).

Assim, na sequência serão apresentados aspectos históricos do ensino superior latino-americano.

2.2 ENSINO SUPERIOR

Poucas décadas após o descobrimento da América, o governo espanhol fundou as primeiras universidades nos Novos Reinos, reproduzindo os modelos europeus então existentes, para preservar a cultura dos colonizadores e contribuir com o cenário de dominação (LLANTUY, 2012).

Os principais fatores que determinaram a instalação das primeiras universidades foram:

- a) A necessidade de prover de instrução, localmente, os noviços das ordens religiosas que acompanharam o conquistador espanhol, a fim de satisfazer à crescente demanda de pessoal eclesiástico criada pela ampliação das tarefas de evangelização;
- b) A conveniência de proporcionar oportunidades de educação, mais ou menos similares às oferecidas na metrópole, aos filhos dos espanhóis e crioulos, a fim de vinculá-los culturalmente ao Império e, ao mesmo tempo, preparar o pessoal necessário para preencher os postos secundários da burocracia colonial, civil e eclesiástica. Por outro lado, as dificuldades nas comunicações, arriscadas e custosas, aconselhavam transmitir essa instrução às mesmas colônias;
- c) A presença, nos primeiros anos do período colonial, nos colégios e seminários do Novo Mundo, de religiosos formados nas aulas das

universidades espanholas, principalmente Salamanca, desejosos de elevar o nível de estudos e de obter autorização para conferir graus mais elevados. Por isso, os esforços para obter os privilégios universitários foram com frequência iniciados por esses religiosos de alta preparação acadêmica. (TUNNERMANN 1996, p. 122, tradução da autora¹⁵).

Tunnermann (1996) salienta que a Espanha constituiu uma exceção entre as potências coloniais, no que se refere à fundação de universidades fora da Europa, haja vista que Portugal não criou nenhuma universidade no Brasil¹⁶ durante a época colonial (a Universidade de Coimbra assumiu boa parte das tarefas que desempenhadas pelas universidades coloniais nos domínios espanhóis), assim como a Inglaterra¹⁷ construiu um império sem dar grande importância à fundação de universidades. Ainda que o sentido de universidade nesse tempo fosse distante da forma pensada atualmente, a existência desse tipo de instituição na América Latina revela, “ao menos, a preocupação de que saberes e ensinamentos tinham um lugar próprio e que as principais áreas coloniais espanholas deveriam ter seus núcleos para os conhecimentos importantes da época, como teologia, filosofia e normas jurídicas” (FREITAS NETO, 2011, p. 62).

As universidades latino-americanas seguiram o modelo das duas instituições de ensino superior espanholas mais famosas da época, Salamanca e Alcalá de Henares. Entre ambas existiam diferenças significativas, que se projetaram em suas filiais americanas, dando lugar a dois tipos distintos de esquemas universitários que, de certo modo, prefiguraram a atual divisão da educação universitária da região, em universidades “estatais” (públicas) e privadas (fundamentalmente católicas). Em Salamanca, o corpo de professores representava a máxima autoridade acadêmica,

¹⁵ a) *La necesidad de proveer localmente de instrucción a los novicios de las órdenes religiosas que acompañaron al conquistador español, a fin de satisfacer la creciente demanda de personal eclesiástico creada por la ampliación de las tareas de evangelización; b) La conveniencia de proporcionar oportunidades de educación, más o menos similares a las que se ofrecían en la metrópoli, a los hijos de los peninsulares y criollos, a fin de vincularlos culturalmente al imperio y, a la vez, preparar el personal necesario para llenar los puestos secundarios de la burocracia colonial, civil y eclesiástica. Por otro lado, las dificultades de las comunicaciones, arriesgadas y costosas, aconsejaban impartir esa instrucción en las mismas colonias; c) La presencia, en los primeros años del periodo colonial, en los colegios y seminarios del Nuevo Mundo, de religiosos formados en las aulas de las universidades españolas, principalmente Salamanca, deseosos de elevar el nivel de los estudios y de obtener autorización para conferir grados mayores. De ahí que las gestiones para conseguir los privilegios universitarios fueron con frecuencia iniciadas por estos religiosos de alta preparación académica.*

¹⁶ “Na área colonial da América portuguesa as universidades eram proibidas e alguns poucos colégios jesuítas funcionavam. Cursos superiores tiveram seu início apenas depois da independência do Brasil, com a abertura dos cursos de Direito em São Paulo e Olinda, em 1827, e as faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, em 1832” (FREITAS NETO, 2011, p. 62).

¹⁷ “Nas colônias inglesas temos a fundação de Harvard em 1636 e de mais seis instituições de ensino superior até 1764” (ibidem).

responsável pela direção superior de ensino e o poder de formar os estatutos. Segundo Tunnermann (1996), o método de ensino da Universidade de Salamanca consistia na *lectio* ou leitura em voz alta pelo catedrático ou leitor de texto escolhido, seguida das correspondentes explicações. A esta prática se complementava a *disputatio*, que consistia na participação dos estudantes na formulação de objeções ou argumentos em relação às conclusões propostas pelo professor, exercitando a capacidade dialética dos alunos. A universidade oferecia cursos de Filosofia Natural, Matemática, Astronomia e Teologia, dentre outros (ALUMNI, s.d.).

O outro modelo de ensino superior foi proporcionado pela Universidade de Alcalá de Henares, criada pelo regente Cardeal Cisneros sobre o esquema do Colégio Universidade de Sigüenza, autorizada pela bula pontifícia. Cisneros a criou com três objetivos (LA ANTIGUA UNIVERSIDAD, 2011): 1) religioso: ensinar e formar eclesiásticos para recuperarem os valores da espiritualidade antiga, perdidos durante o medievo; 2) político: formar letrados e bispos qualificados para as estruturas de governo, capazes de dirigir os complexos assuntos da Monarquia Católica; 3) cultural: adequar a Teologia aos princípios da Antiguidade Clássica. O plano de estudos da Universidade de Alcalá a tornava um estandarte do humanismo cristão. A Teologia era o eixo central da formação, sendo subsidiárias as disciplinas de Direito Canônico, Filosofia, Medicina, Gramática, Retórica e Línguas Bíblicas.

A primeira universidade erigida pelos espanhóis no Novo Mundo foi a de Santo Tomás de Aquino, em Santo Domingo, na Ilha Espanhola (atual República Dominicana), em 28 de outubro de 1538, período em que na Europa havia somente 16 universidades e nenhuma no atual território dos Estados Unidos (TUNNERMANN 1996). Inspirada na Universidade de Alcalá, esta universidade adotou o modelo de “convento-universidade”.

FIGURA 2 – FACHADA DA *UNIVERSIDAD SANTO TOMAS DE AQUINO*, A PRIMEIRA UNIVERSIDADE DAS AMÉRICAS, FUNDADA EM 28 DE OUTUBRO DE 1538.



FONTE: PANORAMIO, 2016¹⁸.

Os espanhóis erigiram no Novo Mundo um total de 32 fundações universitárias. A última foi a de León de Nicaragua, criada em 10 de janeiro de 1812. Em todas as universidades o ensino se dava em latim, idioma cujo domínio se constituía requisito para entrada em qualquer instituição de educação superior. Com as universidades, os grandes centros de ocupação espanhola estavam contemplados, assegurando o objetivo de difundir o cristianismo nos diferentes territórios espanhóis. Em termos profissionais, a função dessas universidades era a de preparar a aristocracia colonial (PEREIRA, 2008).

As duas fundações universitárias mais importantes do período colonial foram a de Lima e a do México, ambas inauguradas em 1551, por iniciativa da Coroa, com perfil de universidades maiores, reais e pontifícias. Suas constituições e estatutos, inspirados na tradição salamantina, foram adotados por muitas universidades do continente. “São as precursoras das ‘universidades nacionais’ da América Latina; Santo Domingo, por outro lado, podem ser consideradas como antecedentes das universidades católicas ou privadas” (TUNNERMANN, 1996, p. 126-127, tradução da autora¹⁹).

¹⁸ Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/127260331>>. Acesso em: out. 2016.

¹⁹ “Son las precursoras de las ‘universidades nacionales’ de América Latina, Santo Domingo, en cambio, puede considerarse como el antecedente de las universidades católicas o privadas”.

2.2.1 A reforma universitária de Córdoba

Um longo processo ocorreu desde a fundação das universidades coloniais até o movimento estudantil de Córdoba, Argentina, no início do século XX, que se caracterizou como o primeiro momento de questionamento profundo da Universidade da latino-americana tradicional. Com o desafio de pensar e construir uma universidade a partir da América Latina, “a chamada Reforma de Córdoba é considerada um marco na história das universidades latino-americanas por ser pioneira na construção de um modelo institucional que atribuiu uma identidade e um modelo de atuação renovado no ensino superior” (FREITAS NETO, 2011, p. 62).

As universidades da América Latina, criadas com base no modelo francês de atendimento às necessidades profissionais, não se libertaram da influência desse modelo inicial após a independência política de seus países. Tais instituições eram reflexo das estruturas sociais, que conservavam, em essência, o caráter de academias senhoriais e não se reformaram para incorporar o modelo de IES de pesquisa, representado pela universidade moderna instalada por Humboldt, na Alemanha, no início do século XIX²⁰. “Pelo contrário, passaram a reforçar a forma de estruturar o ensino superior em faculdades isoladas e a função de outorga de título para o exercício de profissões” (PEREIRA, 2008, p. 58).

Durante os séculos coloniais e nos primeiros cem anos de República, a Universidade respondeu unicamente aos interesses das classes dominantes da sociedade, detentoras do poder político e econômico e das instituições de ensino. Córdoba, ainda mais que as outras cidades influentes da Argentina, preservava a tradição e resistia a grandes transformações.

O cenário social e econômico argentino contribuiu para a eclosão do movimento. A chegada do radicalismo ao poder²¹, em 1916, mediante sufrágio universal, representou a ascensão política das camadas médias, fortalecidas pela corrente imigratória e pela crescente urbanização (TUNNERMANN, 1996). Outros países da região enfrentavam uma situação econômica e política semelhante.

O movimento estudantil de Córdoba teve início no dia 31 de maio de 1918, quando alunos das três faculdades existentes – Medicina, Engenharia e Direito –

²⁰ “(...) o modelo alemão entende a universidade como uma comunidade de pesquisadores com liberdade política e acadêmica” (GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 2015, online).

²¹ Em 1916, Hipólito Yrigoyen, da União Cívica Radical, assumiu o primeiro governo democrático na Argentina, eleito por sufrágio universal masculino.

deram início a uma greve, solicitando uma mudança no sistema de cátedras. Nos meses seguintes o movimento se expandiu e obteve apoio de sindicatos, políticos de esquerda e intelectuais. Em 21 de junho, os estudantes aprovaram o importante *Manifesto Limiar* ou *La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sudamérica*, popularmente conhecido como Manifesto de Córdoba. Organizado em 15 parágrafos, o Manifesto abordava reivindicações que podem ser sintetizadas nos seguintes pontos:

- coparticipação dos estudantes na estrutura administrativa;
 - participação livre nas aulas; periodicidade definida e professorado livre das cátedras;
 - caráter público das sessões e instâncias administrativas;
 - extensão da Universidade para além dos seus limites e difusão da cultura universitária;
 - assistência social aos estudantes;
 - autonomia universitária;
 - universidade aberta ao povo.
- (FREITAS NETO, 2011, p. 67).

Em setembro de 1918, o presidente argentino Yrigoyen designou como interventor da Universidade de Córdoba o próprio ministro da Educação, José Salinas, que foi recebido em outubro com apoio dos estudantes. Salinas levou a cabo o projeto de reforma universitária tal como reivindicado pelos estudantes, assegurando o triunfo do movimento universitário que se espalhou por toda América Latina e estabeleceu as bases para o funcionamento das universidades do continente (FREITAS NETO, 2008).

Darcy Ribeiro (1973 apud TUNNERMANN, 1996), considera que as inovações mais importantes do movimento foram: a erradicação da Teologia e a introdução de diretrizes positivistas; a ampliação e diversificação das modalidades de formação profissional através da criação de novas escolas profissionais; o intento de institucionalizar a coparticipação da universidade por professores e estudantes; a implantação, mais verbal do que real, da autonomia da universidade frente ao Estado; a regulamentação do sistema de concursos para o ingresso à carreira docente, que, contudo, jamais eliminou o despotismo catedrático.

Pereira (2008) ressalta a dimensão político-social do movimento, representada pela visão de que é papel da universidade ter uma responsabilidade política com a nação e com a defesa da democracia.

Essa nova visão fomentou o sentido de uma universidade atuante, tanto na produção e disseminação do conhecimento, como na ação de implementar políticas para a eliminação de fronteiras entre os povos latinos e para a defesa dos princípios de uma cultura solidária e de manutenção da paz entre eles (PEREIRA, 2008, p. 59).

Essa visão levou os estudantes, desejosos de uma nova situação social e política para as nações latino-americanas, a cobrar das universidades uma missão que transcendia suas atividades acadêmicas.

2.2.2 A expansão das universidades e a influência norte-americana

No decorrer do século XIX, a América do Norte viveu uma grande expansão no ensino superior. As instituições de terceiro grau assimilaram o modelo alemão, porém, “houve inovação ao nível da formação dos cientistas nos cursos de doutoramento, credenciando-os para atividades universitárias e outras externas, diferentemente dos doutorados europeus” (WANDERLEY, 2005, p. 20 apud GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 2015, online). No modelo norte-americano predominou o pragmatismo, com o surgimento das chamadas “universidades-empresas”. Consequentemente, a América Latina não conseguiu escapar da influência norte-americana, que se deu principalmente no início da segunda metade do século XX.

A partir da Segunda Guerra Mundial, ocorreu em toda América Latina um processo de expansão e de inversão de capitais franceses, alemães e norte-americanos. Por outro lado, os Estados Unidos, através da produção e transferência de conhecimentos, reassegurou sua dominação mediante múltiplas formas de presença na região: financiou a atuação de cientistas, políticos, exportou tecnologia, etc. Deste modo, legitimou-se uma “nova” forma de penetração econômica, ideológica e cultural. As sociedades latino-americanas – cuja economia até o momento era voltada basicamente à produção agrícola – tinham uma incipiente industrialização que prescindia do apoio científico e tecnológico.

A universidade latino-americana era frequentada por alunos provenientes da oligarquia e alguns oriundos da classe média. As carreiras tradicionais de Medicina e Direito eram as mais procuradas (RODRÍGUEZ, 2000). Com o processo de industrialização crescente na maioria dos países da região na década de 1960, as atividades econômicas se tornaram mais complexas, o que gerou um aumento

populacional nas cidades (sobretudo nos grandes centros), uma expansão no setor de serviços e uma nova demanda de profissionais especializados. Nesse período, as universidades latino-americanas experimentaram um processo de expansão quantitativa de matrícula, promovendo a emergência de uma nova classe média urbana assalariada, para a qual a universidade representou importante canal de ascensão social, possibilitando novas posições e acesso a um novo mercado de trabalho. Este fenômeno já vinha ocorrendo nos Estados Unidos e na Europa há alguns anos.

Concomitantemente, nesta década teve início um processo de politização e propagação de ideologias que questionavam o sistema de produção (RODRÍGUEZ, op. cit.), bem como os movimentos estudantis.

Na América Latina, a expansão ocorreu somente a partir da década de 1960, em consequência de fortes mudanças sociais, econômicas e culturais, sobretudo pela concentração da população nas grandes cidades e pelos movimentos estudantis. Na década de 1950, havia menos de 300 mil estudantes matriculados nas 75 instituições de ensino superior existentes. (LUZ, MELO, ANGELO, 2005, p. 5).

No período da Guerra Fria entre o bloco americano e a União Soviética (de 1945 a 1991), a América Latina foi palco político de golpes militares – são exemplos a ditadura no Paraguai (1954), e os golpes militares na Argentina (1976), no Chile (1973), no Uruguai (1973) e no Brasil (1964) – com ditaduras apoiadas pelos Estados Unidos, sob o pretexto de combate ao comunismo. As elites agrárias e a então nascente burguesia industrial aliaram-se ao capital estrangeiro estadunidense e ao *american way of life*, para se afirmar e consolidar no poder (FRANCA, 2011). A América Latina recebeu assistência técnica de organismos internacionais, como a AIDE (Agência Interamericana para o Desenvolvimento), bem como empréstimos, especialmente do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Iniciou-se a criação de universidades com orientação técnica, vinculadas ao setor produtivo, ao mesmo tempo em que se deu início a um movimento de crescimento das universidades privadas.

Klein e Sampaio (1994) afirmam que a expansão dos sistemas de ensino superior na América Latina aconteceu em momentos distintos, apesar de, nos países mais influentes da região, esse processo ter ocorrido entre as décadas de 1960 e 1970, com exceção da Argentina. Neste país, a expansão das matrículas, mas não do número de instituições, foi precoce – entre 1944 e 1955 – e decorrente,

sobretudo, da adoção de uma política de ingresso irrestrito (ao ensino público)²². Em 1958, houve uma reforma universitária que atuou como elemento de modernização, ao tentar redefinir o modelo de universidade, introduzindo a pesquisa científica, e permitir uma leve diferenciação institucional com o credenciamento de instituições privadas, bem como diversificar a oferta curricular. Durante os governos militares houve um declínio nas taxas de matrículas, e este quadro só começou a se reverter no final da década de 1970.

No Chile, a expansão do setor público teve início em 1968 e foi interrompida em 1973, com a implantação do regime autoritário. Houve então uma queda drástica no número de matrículas, mas uma nova reforma universitária promovida no final de 1980 inaugurou a segunda etapa de expansão. Assim como na Argentina, o refluxo de matrículas experimentados “na fase dura do regime militar foi compensado por uma ampliação das matrículas e um crescimento relativamente proporcional do número de instituições ao longo dos anos 80” (KLEIN e SAMPAIO, 1994, p. 5).

No Brasil, diferentemente dos demais países que viveram uma ditadura, o processo de expansão do terceiro grau ocorreu juntamente neste período. A reforma universitária introduzida pelo regime, em 1966, inaugurou a política de pós-graduação com ênfase acadêmica (mestrados e doutorados científicos ou *stricto sensu*). Dois anos depois, a reforma de 1968 implantou:

(a) a organização das universidades em institutos científicos e escolas profissionais, todos com estrutura departamental e a possibilidade de criar seus programas de pós-graduação; (b) o regime de ensino por sistema de créditos e de professores com dedicação em tempo integral e (c) o requisito de titulação acadêmica para a promoção na carreira. (SCHWARTZMAN, 1993/1994, s. p.).

Também foi ampliada a rede universitária pública para todos os estados. A partir de então, o Brasil, onde o sistema de ensino superior teve início tardio, registrou os maiores índices de expansão durante o período e passou a liderar a implantação de leis e diretrizes para programas de pós-graduação. Contudo, os efeitos qualitativos trazidos pela reforma se reduziram às instituições públicas.

O México não vivenciou um regime de ditadura, tampouco uma reforma universitária. Houve no país a chamada “revolução educativa” (LEVY, 1980), nos anos 70, com a expansão do sistema público de caráter laico e acesso irrestrito. A

²² “Em 1955, a Argentina liderava com mais de um terço do total de matrículas de ensino superior na América Latina, com 150 mil estudantes matriculados” (DURHAM; SAMPAIO, 2000, p. 13).

criação de novas instituições em quase todas as províncias, como parte de uma política de desconcentração regional, aumentou ainda mais o peso do setor público. Contudo, a partir de 1983, os cortes nos orçamentos das universidades nacionais levaram a uma rápida deterioração desse setor. Mesmo com um governo forte e centralizador, na década de 1970, não houve intervenção direta nas universidades. Segundo Levy (1980), a autonomia das IES era resguardada desde que elas controlassem e detivessem manifestações de oposição política e/ou movimentos estudantis, contribuindo para a estabilidade do governo.

Na Colômbia, a reforma universitária ocorreu tardiamente em relação aos demais países da região, no início da década de 1980. O atraso em relação aos demais países foi consequência de um Estado pouco articulado internamente e uma baixa capacidade endógena de financiamento. Um dos efeitos mais marcantes da falta de uma reforma universitária no período que antecedeu a expansão foi o enfraquecimento das instituições de ensino superior públicas frente às elites que, aos poucos, encontraram espaço para educação de seus filhos nas instituições privadas. Desta forma, “a Colômbia vive um processo diferente, pois foi o país onde as reformas do pós-guerra implantaram-se muito recentemente, estando em consequência acopladas às novas exigências e às novas temáticas da agenda atual” (DURHAM, 1997, p. 13).

2.2.3 Ensino público e ensino privado

O crescimento contínuo do setor privado do ensino superior constitui um fenômeno geral na América e vem ocorrendo na América Latina desde os anos 50, apesar de ter um *timing* diferente para cada país. Em geral, dentre os países já mencionados, a expansão desse setor foi intensa no Brasil e na Colômbia na década de 1960 e 1970. No Chile, no México e na Argentina, tal crescimento foi mais recente, sendo característico do final dos anos 80 e 90.

A análise feita por Levy (1986) e endossada por Durham e Sampaio (2000) sobre as ondas de expansão do setor privado de ensino superior na América Latina distingue três momentos ou movimentos. O primeiro diz respeito ao surgimento e/ou consolidação das universidades católicas; o segundo, às instituições privadas de

elite²³, e o terceiro, às instituições privadas voltadas à absorção da demanda de ensino superior em grande escala, que começou a se intensificar a partir de meados do século XX.

Na América Hispânica, a colonização foi acompanhada pela criação de universidades católicas, sustentadas pelo Estado, no modelo da contrarreforma espanhola. Porém, em quase todos os países, a independência política das colônias foi acompanhada de um movimento de secularização que separou Igreja e Estado, transformando as universidades tradicionais em instituições públicas e seculares e modernizando-as. Obviamente, essa tendência não se implantou sem forte oposição da Igreja e gerou um embate com diferentes desdobramentos nos diversos países.

Na Argentina, o primeiro período de expansão de oferta no ensino superior adotou uma política de ingresso irrestrito às universidades nacionais, todas de caráter público. Até 1955, o setor privado absorvia apenas 1% de matrículas (DURHAM e SAMPAIO, 2000). Três anos depois, ocorreu a reforma universitária e foi fundada a Universidade Católica da Argentina, primeira instituição privada a ser reconhecida e autorizada a emitir títulos profissionais, a qual abriu caminho para reconhecimento de outras IES não públicas.

Esse processo, apesar de pouco expressivo em termos percentuais, traduziu a passagem de um setor privado, que detinha pouco mais de 1.500 alunos, em 1955, para um de cerca de 20 mil alunos, em 1975, contribuindo para a ampliação do número e a diversificação das instituições de ensino superior. (DURHAM e SAMPAIO, 2000, p. 14).

No México, assim como na Argentina, o crescimento do sistema também foi sustentado pelo setor público e vinculou-se, em grande medida, à política de democratização do acesso às universidades públicas. Entre os anos de 1955 e 1965, as matrículas no setor privado estavam em torno de 15% naquele país.

Observam-se semelhanças entre Argentina e México no tocante ao crescimento acentuado do setor público, baseadas em políticas de acesso irrestrito,

²³ Para Levy (1986) e Durham e Sampaio (2000) se referem a universidades ou estabelecimentos laicos, não estatais e de elite. O Instituto Tecnológico de Monterrey, no México, seria um bom exemplo. São instituições seletivas e procuram formar pessoal altamente qualificado. Algumas chegam a contar com subsídios estatais, apoio empresarial ou de elites locais. No Brasil, a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro pertencem a esse tipo, assim como no Chile, as três universidades laicas mais antigas, que são financiadas com recursos públicos. Não podem, portanto, serem comparadas às instituições privadas que se alastraram na América Latina nas últimas décadas, votadas ao ensino de massas e de qualidade duvidosa.

as quais exigiam apenas o certificado de conclusão do ensino médio para ingresso no ensino superior. Em ambos os países, as ações de expansão e investimento na educação pública resultaram no crescimento excessivo de algumas poucas instituições públicas localizadas nos grandes centros, como a Universidade Autônoma do México e a Universidade de Buenos Aires, cujas proporções são gigantescas, as quais estão entre as maiores no mundo, em termos de número de alunos (KLEIN e SAMPAIO, 1994). Para reduzir o peso destas megainstituições, foram realizadas políticas de desconcentração do ensino superior, com a oferta de vagas em cidades do interior ou zonas populosas e economicamente debilitadas. Mas, com a retração dos recursos públicos em meados da década de 1960 na Argentina e a partir de 1983 no México, as instituições de ensino público começaram a se deteriorar²⁴, dando lugar ao crescimento progressivo do setor.

Apesar do crescimento numérico das instituições privadas, a rede pública argentina ainda responde por 85% das matrículas e o sistema de ensino superior ainda está fortemente concentrado na região metropolitana da capital e em centros urbanos, como Rosário e Córdoba (GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 2015). No México, o setor privado ultrapassou o no número de IES em 1999, mas ainda conta com menor quantidade de matrículas – 32, 7% contra 39,9% de matrículas nas instituições autônomas, 12,6% nas estatais e 14,8% nas federais (LÓPEZ e LÓPEZ, 2008).

O Brasil, por sua vez, sempre se caracterizou pelo tamanho do ensino superior privado. Desde a década de 1930, a participação relativa das matrículas do setor privado no sistema de ensino superior era de 45% (DURHAM e SAMPAIO, 2000). Houve no país dois processos concomitantes de crescimento: um do setor público, outro, do privado, sendo que o primeiro se deu, em grande parte, por iniciativa federal. O período compreendido entre o início dos anos 50 e o início da década de 1960 corresponde ao processo de criação de universidades federais e/ou de federalização de universidades ou instituições isoladas privadas e estaduais. Nesse mesmo momento, as instituições privadas também ampliaram sua oferta de vagas. Clark (1983 apud DURHAM e SAMPAIO, 2000) destaca a existência, no país, de uma rede de universidades católicas, desde os anos 40, as quais recebiam

²⁴ De acordo com Klein e Sampaio (1994), no México, foi possível resguardar um segmento do sistema desse processo, com a consolidação de instituições que funcionam como ilhas de excelência. “Tanto o setor público, através do Colégio de México e da UAM, como o setor privado representado, sobretudo, pelo Instituto de Estudios Técnicos Superiores de Monterrey e pelo Instituto Técnico Autônomo do México, conseguiram preservar nichos de qualidade dentro de um sistema altamente massificado” (KLEIN e SAMPAIO, 1994, p. 10).

substanciais recursos do Estado e tinham um nível de qualidade comparado ao das universidades públicas.

Atualmente, segundo dados do Censo da Educação Superior de 2014 (BRASIL, 2014), as matrículas de graduação nas IES privadas brasileiras têm uma participação de 74,9% do total, contra 25,1% da rede pública. O setor privado ocupa 87,4% do total de instituições, a maior parte de pequeno porte e com oferta de poucos cursos – 29,4% das IES oferecem até 2 cursos de graduação.

O Chile constitui um caso especial, pois neste país se estabeleceu um sistema dual, formado por universidades públicas laicas e universidades católicas que recebiam do Estado o mesmo tipo de financiamento. Nas décadas de 1950 e 1960, as matrículas no ensino privado representavam em torno de 37% (DURHAM e SAMPAIO, 2000).

A partir da década de 1980, durante a ditadura militar liderada por Augusto Pinochet, as universidades públicas foram descentralizadas e suas sedes regionais deram origem a novas instituições. No que se refere ao financiamento estudantil, um novo sistema entrou em vigor e transferiu grande parte dos custos para os estudantes. Nesse período, o investimento público para educação superior sofreu uma queda de 41% (OCDE, 2009). Além disso, uma reforma em 1981 concentrou a aplicação de recursos nas universidades públicas e nas instituições privadas subvencionadas pelo governo que integravam o Conselho de Reitores das Universidades Chilenas (CRUCH) – entidade independente, criada em 1954, responsável pela organização da Prova de Seleção Universitária (PSU), o vestibular chileno. O Chile foi o primeiro país da América Latina a introduzir a cobrança de mensalidades nas instituições públicas de ensino superior e atualmente é o que cobra as taxas anuais mais altas no nível de graduação.

Em janeiro de 2016, a presidente chilena Michelle Bachelet deu início a um movimento em direção à gratuidade do ensino superior, que será realizado de forma gradual. No primeiro ano de implantação, 28% dos alunos tiveram acesso à gratuidade, priorizando-se os mais pobres. A previsão é de que até 2020, tanto alunos da rede pública quanto da rede particular tenham seus estudos financiados pelo Estado (FOLHA, 2016). Convém ressaltar que o Chile é o país com melhores índices educacionais da América Latina.

Por fim, a Colômbia já apresentava um setor privado fortalecido, formado quase completamente pelas universidades ligadas à Igreja Católica, mesmo antes

da reforma universitária – em 1970, 46% das matrículas do ensino superior estavam ligadas à rede privada (KLEIN e SAMPAIO, 1994). A ausência de tomada de decisão por parte do setor público levou à fragmentação do sistema de ensino superior em diferentes padrões. Não se firmou nem um setor público seletivo e de qualidade nem um setor público capaz de absorver a demanda de massa. Instituições de ambos os setores cumprem todas essas funções. Desta forma, o setor privado tendeu a se expandir nas extremidades do sistema, tanto com instituições de maior prestígio quanto com aquelas de menor qualidade (DURHAM e SAMPAIO, 2000).

Contudo, nos últimos anos o ensino superior vem, gradualmente, liderando o número de matrículas nas IES colombianas, graças a uma série de políticas governamentais:

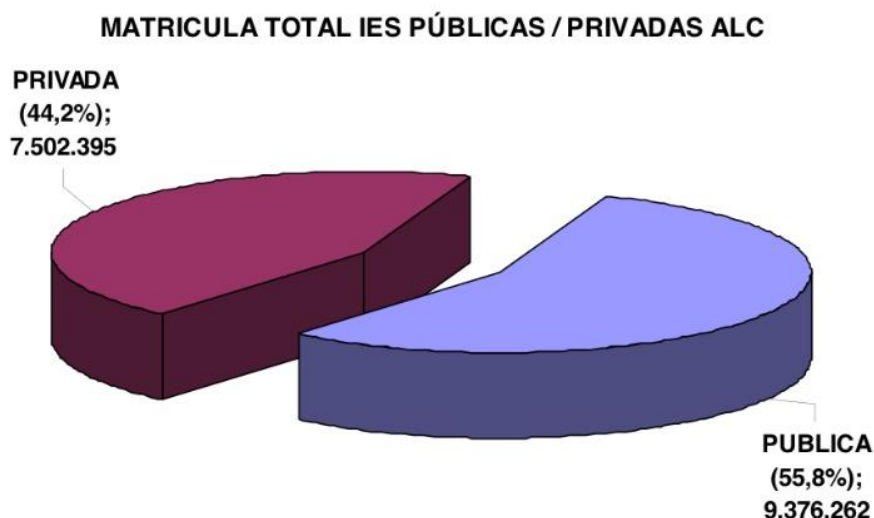
Vale a pena assinalar que, do total de estudantes, 53,4% estão em instituições públicas e 46,6% em instituições privadas. No ano de 2002, 41,7% dos estudantes estavam matriculados em instituições oficiais e 58,3% em privadas. O aumento da participação pública no total de matrículas se deve principalmente ao aumento de cotas do SENA²⁵, que aumentaram de 48.123 em 2003 para 344.140 em 2012 (MELO; RAMOS, HERNÁNDEZ, 2014, p. 15)²⁶.

Verifica-se um crescimento contínuo do setor privado no conjunto da América Latina. Ainda que, no total, o ensino superior público tenha vantagem numérica em relação ao privado, é possível afirmar que em diversos países este já compreende a maioria das matrículas e apresenta um dinamismo que parece ameaçar a tradicional hegemonia das instituições estatais. A oferta de ensino na modalidade à distância, que tem crescido rapidamente sobretudo no setor pago, é um fator de peso que contribui para corroborar este cenário de mudança.

²⁵ Serviço Nacional de Aprendizagem.

²⁶ *Vale la pena señalar que del total de estudiantes, el 53,4% asisten a instituciones públicas y el 46,6% a instituciones privadas. En el año 2002 el 41,7% de los estudiantes estaban matriculados en instituciones oficiales y el 58,3% en privadas. El aumento de la participación pública en el total de la matrícula obedece principalmente al aumento de cupos del SENA, los cuales aumentaron de 48.123 en 2003 a 344.140 en 2012.*

GRÁFICO 1 – Matrículas em IES públicas e privadas da América Latina, anos de 2005-2006.



FONTE: GAZZOLA, 2008.

A partir desse panorama, há que se assinalar a crise de financiamento do sistema público, decorrente de seu crescimento, assim como da complexidade crescente das funções que as universidades desempenham. A manutenção do sistema e a sustentação do ritmo de crescimento pretendido exigem parcelas crescentes dos orçamentos públicos e competem com aquelas destinadas às outras etapas de ensino. Assim, o tema do ensino pago tem emergido como proposta de diversificação das fontes e ampliação do montante dos recursos.

Nos países latino americanos tem havido uma impossibilidade de orientar, com os instrumentos de controle à disposição do Estado, a qualidade do ensino oferecido. Segundo Durham e Sampaio (2000), essa é uma das principais razões pelas quais, nesses países, os Estados vêm adotando novos instrumentos de controle, não meramente normativos, sobre os respectivos sistemas de ensino superior. Um dos instrumentos é a avaliação de desempenho das instituições, a qual se tornou foco de intenso debate nos últimos anos. A introdução de mecanismos de avaliação institucional estabelece uma nova forma de controle do Estado sobre o conjunto do sistema alternando as relações tradicionalmente existentes.

2.2.4 Pós-graduação e pesquisa

No tocante à pesquisa nas instituições de ensino superior, é importante lembrar que a integração entre ciência e educação superior é um fenômeno relativamente recente, oriundo de um modelo atribuído originalmente à Universidade Humboldt, na Alemanha, e implantado nas *graduate schools* norte-americanas, que são cursos de pós-graduação. O modelo foi adotado na América Latina principalmente após os anos 50, quando houve forte influência econômica, ideológica e cultural dos Estados Unidos sobre a região:

O sucesso das universidades de pesquisa, que atraíram alunos do mundo todo depois da Segunda Guerra Mundial, e a presença dos Estados Unidos como líder da economia mundial levaram à difusão gradual de elementos deste modelo institucional para a maior parte do mundo, adaptados às circunstâncias locais. Esta disseminação foi às vezes mais rápida nos países em desenvolvimento, que dependiam das agências norte-americanas e de suas fundações filantrópicas para assistência técnica e financiamento, que em países europeus, com suas próprias tradições e instituições consolidadas (SCHWARTZMAN, 2008, p. 17-18).

Na maioria dos países da América Latina, o sistema de pós-graduação e pesquisa se estruturou por etapas e sem uma política clara e explícita de apoio à pesquisa. As agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação executaram políticas segmentadas e flexíveis, quase sempre com alguma participação, formal ou informal, da comunidade acadêmica.

Na Argentina, foi criado o CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas) em 1958. No Chile, a criação do CONICYT (Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica) data de 1967; do FONDECYT (Fondo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico) de 1981 e do FONDEF (Fondo de Fomento) e do FONTEC (Fondo De Desarrollo Tecnológico) de 1990. No México, em 1970 foi criado o CONACYT (Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología). Na Colômbia, a criação do ICFES (Instituto Colombiano para el Fomento de la Educación Superior) ocorreu no início da década de 1970 e do COLCIÊNCIAS (Instituto Colombiano para el Desarrollo de la Ciencia y la Tecnología) em 1981. Nesses países, o traço básico da estrutura de financiamento à pesquisa e à pós-graduação foi seu formato centralizado. Segundo Klein e Sampaio (1994), no formato centralizado, inicialmente uma única agência concentra funções normativas e executivas e, posteriormente, passa a exercer a coordenação de

agências setoriais. Estes sistemas com formato centralizado e ausência de especialização das agências de fomento tendem também a uma indiferenciação dos apoios (nos países referidos houve predomínio do apoio individual).

Diferentemente dos demais, no Brasil, em 1954 foram criados CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino superior) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), do FNDCT/FINEP (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Financiadora de Estudos e Projetos), no final dos anos 60, e, em nível estadual, da FAPESP, em São Paulo. O traço marcante da política de pós-graduação no país foi a diferenciação e a descentralização reforçada pelo surgimento, na década de 1980, de fundações estaduais de apoio à pesquisa, com fontes de recursos também diversificadas.

Desde o início dos anos 70 havia, no Brasil, agências que arcavam com o apoio institucional, outras que concediam bolsas e auxílios de pesquisa individuais, e outras ainda, operando nas duas pontas: no apoio institucional a programas de pós-graduação e na distribuição de bolsas aos melhores alunos daqueles programas (KLEIN e SAMPAIO, 1994, p. 49).

Outro aspecto a ser destacado é a estratégia de apoio à formação de pesquisadores em países desenvolvidos, como fizeram inicialmente a Colômbia e em maior escala o México, com apoio individual e concessão de bolsas para o exterior. Devido aos baixos efeitos multiplicadores desta estratégia, ambos os países reformularam essa estratégia e criaram mecanismos endógenos de formação de comunidade acadêmica, durante a década de 1980. O quadro a seguir resume o cenário da pesquisa e da pós-graduação nas universidades latino-americanas até o início dos anos 90.

QUADRO 1 – *TIMING*, FORMATO INSTITUCIONAL E DIMENSÃO DOS SISTEMAS C&T NA AMÉRICA LATINA.

Países	<i>Timing</i> de criação das agências	Formato institucional	Dimensão da PG (Mestrado/Doutorado) Matrículas	Modelo de PG	Tipo de apoio
Argentina	1958 - CONICET	centralizado	9.006 (1987)	endógeno (ênfase na PG profissional)	-individual -institucional (somente aos institutos de pesquisa)

				lizante)	do CONICET)
Brasil	1954 – CAPES e CNPq 1967 – FNDCT - FAPESP	descentrali- zado	46.062 (1989)	endógeno	-institucional - (FNDCT/CAPES) - individual (CNPq)
Chile	1968 – CONICTY 1981 – FONDECYT 1990 – FONDEF e FONTEC	centralizado	2.392 (1989)	endógeno	Individual
Colômbia	1968 – ICFES 1981 – COLCIÊNCIAS (Reestruturação)	centralizado	5.525 (1990)	endógeno	Individual
México	1970 – CONACYT	centralizado	26.913 (1989)	exógeno	individual

FONTE: KLEIN e SAMPAIO, 1994, p. 27.

Com a expansão da educação superior em fins do século XX, multiplicaram-se as instituições, tanto públicas quanto privadas, voltadas quase exclusivamente à formação profissional, em detrimento da pesquisa. Além disso, a privatização e internacionalização de empresas nacionais, em fins do século XX, resultaram na incorporação destas por multinacionais, cujo trabalho de pesquisa e desenvolvimento era realizado em outros países. Estes fatores, somados às restrições financeiras, reduziram a capacidade dos governos de financiar projetos de inovação de longo prazo e contribuíram para um baixo desempenho científico nos países latino-americanos.

Segundo Schwartzman, este quadro levou à criação de escritórios de assistência técnica e gerenciamento de propriedade intelectual, bem como a novos arranjos institucionais como incubadoras e parques científicos. “Também levou a recomendações mais amplas de política pública para mudanças nas políticas nacionais de ciência e tecnologia que, no entanto, foram raramente implementadas” (SCHWARTZMAN, 2008, p. 21). Balbachevsky (2008), contudo, afirma que, paradoxalmente, a crise fiscal que se abateu sobre a América Latina a partir dos anos oitenta teve efeitos inesperadamente positivos sobre a comunidade científica destes países, ao forçar uma diversificação das fontes do financiamento – alternativas de acesso a recursos externos, incluídos organismos e fundações

internacionais, organizações societárias e o empresariado em geral – contribuindo para a internacionalização da pesquisa local.

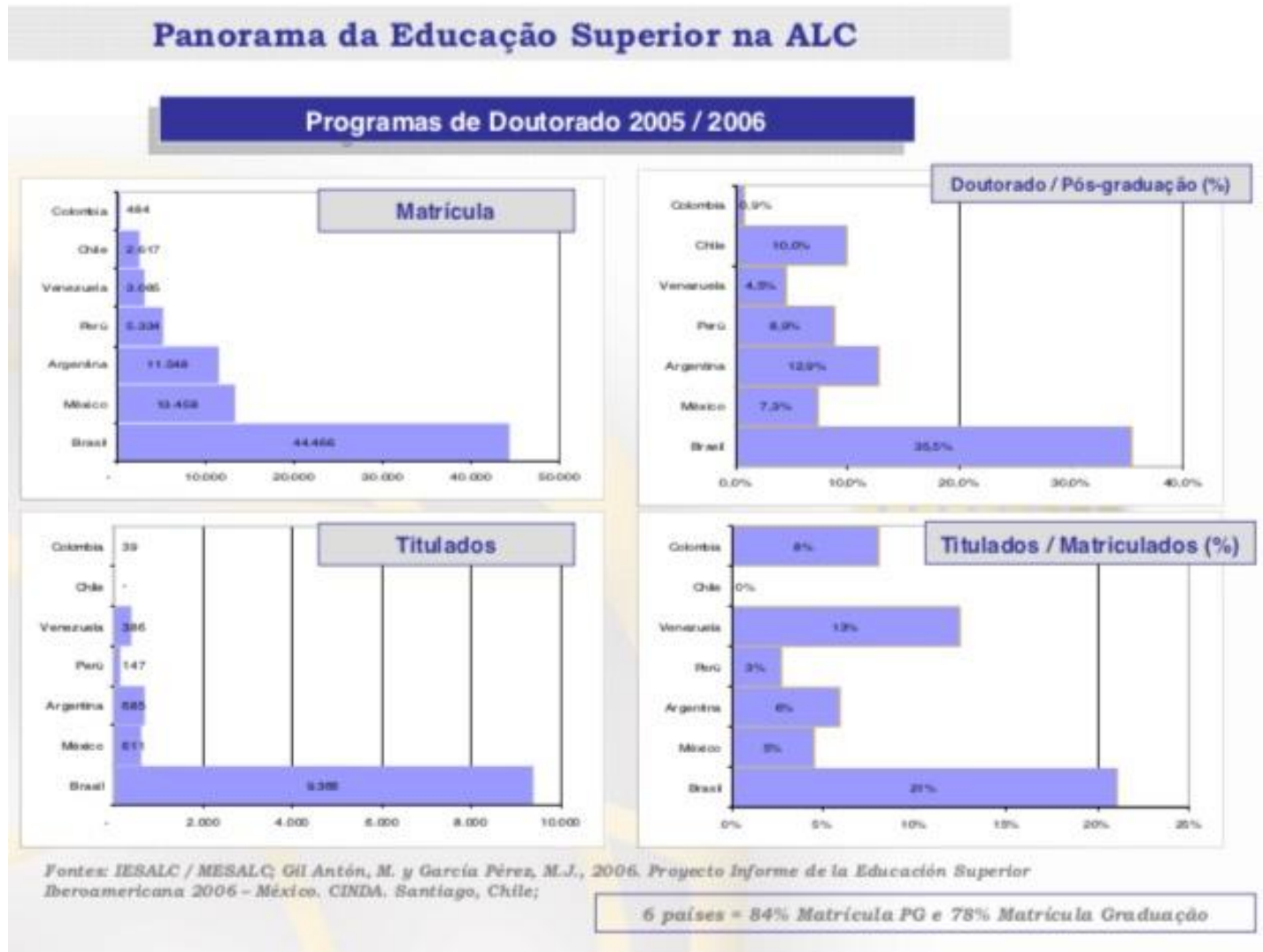
Balán (2008) salienta alguns dos avanços que ocorreram na formação da pós-graduação e na pesquisa universitária recentemente, em resposta às demandas geradas pela própria expansão do sistema de educação superior, ao calor dos estímulos e das reformas impulsionadas pelos governos – esquemas de financiamento e regulação estabelecidos pelo Estado nas últimas décadas – bem como pelas que surgem do setor produtivo e do mercado de trabalho.

Um destes ganhos se refere ao fato de que, durante as últimas décadas, a América Latina não enviou altos contingentes de estudantes de graduação e pós-graduação no exterior (modelo anteriormente adotado pela Colômbia e pelo México). E dentre os pós-graduados latino-americanos que decidem obter um certificado no exterior, uma percentagem maior tende a se repatriar após concluir os estudos, em comparação com os pós-graduados de países como Coreia, Índia ou China. Esta tendência à valorização da formação local resultou, dentre outros fatores, em um aumento na produção de doutorados, que, entre 1990 e 2004, quintuplicou na região.

A pós-graduação é agora um requisito obrigatório para a entrada na carreira acadêmica, especialmente no setor público, e as instituições universitárias respondem a diversos incentivos, tanto do governo como do mercado, para ampliar e melhorar sua oferta de programas de pesquisa e de formação avançada, embora, em cada país, esta capacidade esteja concentrada em algumas poucas universidades. Os programas de pós-graduação foram os primeiros a serem submetidos a sistemas de avaliação por comitês de pares, em consonância com a prática habitual nos organismos de financiamento científico, fortalecendo desta maneira as comunidades acadêmicas em muitas disciplinas (BALÁN, 2008, p.10-11).

Em 1990, a América Latina era responsável por 1,7% da produção científica mundial. Em 2004 esta cifra subiu para 3,7% (GAZZOLA, 2008). Nesse cenário, o Brasil tem peso tanto no número de publicações como ao de doutorados, mas há taxas igualmente rápidas de crescimento na Argentina e no México. Os dados apontam para a disparidade entre a produção científica e tecnológica existente nestes três países em relação aos vizinhos. Eles concentram 82,8 % de toda a produção científica da região e 78,3% do número total de solicitações de patentes (GAZZOLA, 2008). É importante ressaltar aqui que a maior parte desta produção tem origem em instituições públicas e renomadas.

GRÁFICO 2 – Índices dos programas de doutorado na América Latina.



FONTE: GAZZOLA, 2008, p. 17.

Um aspecto que influi para estes índices se refere à eficiência e produtividade medidas em número de publicações, cuja qualidade é analisada através de indicadores pré-estabelecidos. Para Schwartzman, esta realidade estimula um comportamento estereotipado por parte do corpo acadêmico, “que tende a aderir a rotinas reconhecidas como eficientes para assegurar o acesso aos valiosos indicadores de desempenho reconhecidos pela instituição e pelas agências regulatórias do sistema” (SCHWARTZMAN, 2008, p. 37).

Neste início de século XXI, na sociedade da informação, em que o conhecimento e a tecnologia constituem os pilares do desenvolvimento, a pesquisa e a pós-graduação desempenham um papel cada vez mais relevante. Questões relacionadas à universalização da educação, melhoria da qualidade, certificação e diversidade institucional, privatização, internacionalização do conhecimento e inovação tecnológica estão na pauta do dia e devem nortear as estratégias educacionais do planeta e da América Latina. Para enfrentar os desafios comuns e garantir uma política de crescimento, um instrumento fundamental é a instituição de programas de integração regional, através da colaboração entre cientistas e acadêmicos, que formarão uma estrutura de conjunta em áreas de competência reconhecida e interesse mútuo.

O crescimento da pós-graduação e da pesquisa alavancou a produção de publicações acadêmicas e, conseqüentemente, contribuiu para o aumento do número de editoras universitárias. Este processo de expansão será analisado no capítulo seguinte.

3 EDITORAS UNIVERSITÁRIAS LATINO AMERICANAS

Antes de abordar o surgimento e evolução das casas editoriais universitárias latino americanas, faz-se importante um breve resgate histórico do objeto ao qual elas dedicam o seu labor, a saber, o livro.

Em seguida, o texto mostrará como se desenvolve o trabalho editorial em uma universidade, os tipos de publicação produzidos e os profissionais envolvidos. Voltando à análise histórica, será apresentado o processo de surgimento e expansão das editoras universitárias, sua “chegada” na América Latina e o contexto atual de ação destas casas publicadoras.

3.1 UMA BREVE HISTÓRIA DO LIVRO

Ao longo da História, o livro vem sendo um dos principais meios de transmissão do conhecimento. Seu surgimento se deu na Antiguidade e sua expansão compreende uma série de inovações realizadas por diversos povos, marcada principalmente pelo aparecimento da escrita, que tornou possível a preservação do saber adquirido, de experiências e ideias (NISHIZAWA, 2013). Conforme a escrita evoluía, os suportes evoluíam também.

Os primeiros registros dos quais se tem conhecimento são tabletas de argila ou de pedra, produzidas pelos sumérios há cerca de quatro mil anos, que apresentam apenas desenhos – chamados de escrita pictográfica ou iconográfica.

FIGURA 3 – TABLETA PICTOGRÁFICA SUMÉRIA (3000 a.C.)



FONTE: MEGGS e PURVIS, 2012, p. 8. apud NISHIZAWA, 2013, p.21.

Ainda nos tempos mais remotos, segundo Caldeira (2002), os indianos faziam seus “livros” em folhas de palmeiras, ao passo que os romanos escreviam em tábuas de madeira cobertas com cera. Os maias e os astecas, antes do descobrimento das Américas, escreviam os livros em um material macio existente entre a casca das árvores e a madeira.

Por volta de 2000 a.C. os egípcios desenvolveram a tecnologia do papiro, feito à base de uma planta encontrada às margens do rio Nilo, com manuscritos em forma de rolo que chegavam a 20 metros de comprimento. A palavra *papirus*, em latim, deu origem à palavra papel (CALDEIRA, 2002). Um cilindro poderia conter várias obras, sendo chamado então de *tomo*. Em seguida desenvolveu-se o pergaminho, também na forma de rolo, cuja matéria-prima era principalmente a pele de animais (ovelha, cordeiro, carneiro, cabra), que oferecia um melhor estado de conservação ao longo dos anos, em relação ao papiro. Além disso, no pergaminho a escrita podia ser apagada e reutilizada.

Tanto o papiro quanto o pergaminho representaram um avanço no processo de armazenamento de informações, pois permitiram que o conteúdo registrado anteriormente em diversas tabletas fosse reduzido a um único material, o rolo, “uma longa faixa de papiro ou de pergaminho que o leitor deve segurar com as duas mãos para poder desenrolá-la. Ele faz aparecer trechos distribuídos em colunas. Assim, um autor não pode escrever ao mesmo tempo que lê” (CHARTIER, 1998, p. 24).

O pergaminho também podia ser disposto em superfícies retangulares ou quadradas, formando páginas. O passo seguinte foi a costura dessas páginas em cadernos com todas as características externas que hoje encontramos nos livros. O termo *codex* ou *códice* refere-se a esse tipo de livro manuscrito. Surgiu a partir daí a numeração das páginas, para o caso de extravio de alguma folha, algo que não ocorria com os rolos de papiro.

O uso do pergaminho tornou-se comum a partir dos séculos IV e V de nossa era. Coincidiu com o fim do Império Romano, com a cisão entre o Oriente e o Ocidente e com o vandalismo religioso que arrasou bibliotecas e tudo aquilo que representasse paganismo. (...) A própria Igreja Católica, apesar de sua desconfiança em relação ao mundo clássico, transformou mais de trezentos mosteiros em centros de difusão religioso-cultural, onde infatigáveis copistas reproduziam manuscritos. (Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2016).

Febvre e Martin (1991) afirmam que, na metade do século XIII, os copistas foram levados a aperfeiçoar seus métodos, chegando em certos casos a uma

verdadeira produção em série. Houve nesse período uma necessidade crescente de livros principalmente entre burgueses e negociantes; na mesma época em que floresceram na Europa as universidades.

Já no século XV, no final da Idade Média, o alemão Johannes Gutenberg revolucionou o modo de fazer livros, com a invenção da prensa móvel. O processo de impressão com caracteres móveis – a tipografia – deu início à imprensa e à produção em série. Reduziu-se o custo dos livros, através da distribuição das despesas pela totalidade da tiragem, e do tempo de reprodução do texto. Os caracteres de tipos móveis foram marcantes para o aperfeiçoamento dos manuscritos e para a impressão em tábuas de madeira (FERREIRA, 2010).

A imprensa inaugurou a democratização da cultura e do saber, permitindo a disseminação dos livros, que até então eram monopólio da Igreja. A partir daí, o livro se transformou no principal agente de difusão intelectual da humanidade.

Convém destacar que a invenção do papel foi condição indispensável para a popularização do livro. Embora tenha sido inventado pelos chineses no início do século II, passou a ser utilizado no Ocidente por volta do século XV, e em 1719 passou a ser produzido a partir da madeira. No século XIX, houve um aumento na oferta de papel para impressão de livros e jornais, além das inovações tecnológicas no processo de fabricação. Ocorreu então a expansão da industrialização da atividade gráfica.

Outro fator de multiplicação dos livros foi o aparecimento das obras em formato de bolso, pouco antes e principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, no século XX. Por terem uma editoração mais simples e modesta, os livros de bolso eram mais acessíveis financeiramente, tornando-se uma alternativa a quem não possuía condições de adquirir edições mais caras e luxuosas. Chartier resume o processo de expansão do alcance dos livros: “a multiplicação dos livros é garantida, primeiro, pela invenção de Gutenberg, segundo, no século XIX, pela industrialização da atividade gráfica e, enfim, no século XX, pela multiplicação das tiragens graças aos livros de bolso” (1998, p. 110).

Observa-se que a trajetória do artefato livro acompanhou profundas transformações nos procedimentos de produção e sofreu mudanças, tanto na sua forma física, quanto na concepção e nos modos de uso. Desde pouco antes do surgimento da imprensa, o modelo adotado para o livro tem sido o impresso.

Contudo, a partir das últimas décadas do século XX, observa-se uma outra revolução no mundo literário, com o surgimento dos livros em formato digital. Em lugar de papel, os e-books (do inglês *eletronic books*) são produzidos digitalmente, em bytes, e estão disponíveis para leitura em dispositivos eletrônicos distintos, como computadores, tablets, leitores digitais e smartphones. Esse novo mecanismo digital traz benefícios como redução de custos de produção, distribuição e venda; rápida difusão; alcance em larga escala; economia de papel e espaço; facilidade de distribuição; durabilidade; flexibilidade de atualização; interatividade com o leitor, dentre outras.

No entanto, há quem defenda que tais recursos de leitura encorajam uma forma diferente de aprendizado, baseada em uma seleção e superficialidade que sacrificam o contexto e o entendimento global das ideias em favor da redução de tempo. Além disso, os livros eletrônicos dependem de determinados *softwares* de leitura, que custam caro e necessitam de bateria.

O atual momento de passagem da cultura impressa para a digital é mais uma transição entre outras existentes da história do livro, como a transição do papiro para o pergaminho e do pergaminho para o papel, com o surgimento da imprensa. Chartier (1998) ressalta que, embora haja a tendência de se comparar o impacto do suporte digital principalmente às mudanças trazidas pelo advento da imprensa, a introdução do formato digital apresenta proporções maiores, pois, pela primeira vez na História, há uma alteração simultânea dos aspectos técnico, morfológico e material do livro. Com base nesta ideia, Nishizawa esclarece:

Somente com o surgimento da tecnologia digital, a técnica de produção se alterou (pois, passou a ser essencialmente digital), a forma do livro mudou (pois, passou a ter bytes como formato) e, finalmente, as práticas de leitura foram alteradas sensivelmente: os usuários podem consumir conteúdo digital em computadores, *smartphones*, *tablets* ou *e-readers* – há uma diversidade maior de suportes, mobilidade de leitura, maior capacidade de armazenagem de livros e simultaneidade na relação autor-leitor uma vez que a internet permite essa interação. (NISHIZAWA, 2013, p. 29).

As obras em formato eletrônico possibilitam ainda a pulverização entre o trabalho de autor, editor e distribuidor, bem como a pluralidade de formas de apresentação do texto – os recursos digitais podem incrementar as publicações com anotações, dados, filmes, imagens, simulações etc. Documentos e plataformas digitais estão propiciando múltiplos formatos de edição, os quais nunca poderão ser integrados nas publicações impressas.

FIGURA 4 – DIFERENTES MODELOS DE APARELHOS LEITORES DIGITAIS (E-READERS).



FONTE: PORTAL GOODEREADER. Disponível em: <<http://goodereader.com/blog/electronic-readers/what-new-e-readers-will-come-out-late-2014>>. Acesso em: jul. 2016.

Ainda não é possível afirmar que o livro impresso desaparecerá completamente ou que ambos os formatos coexistirão, como vem ocorrendo com a televisão, o rádio ou o jornal impresso. O que está claro é que, tanto no Brasil quanto no mundo, as editoras estão adentrando no mundo digital para atender à demanda dos usuários (sobretudo dos mais jovens) e evitar a obsolescência.

3.2 O TRABALHO EDITORIAL NAS UNIVERSIDADES

O conceito de universidade, baseado no tripé ensino, pesquisa e extensão, apresenta extrema relação com textos impressos, especialmente com os livros. A expansão das IES acarreta uma maior demanda por material produzido por/para estas instituições e um aumento de pesquisas e trabalhos científicos. A atuação das editoras universitárias, caracterizadas como projetos culturais, visa prioritariamente atender a estas funções, suprimindo, sobretudo, a carência bibliográfica do ensino universitário e a necessidade de divulgação dos resultados de pesquisas especializadas. A editora torna-se fator de fomento à qualidade do ensino, em qualquer área do saber. Por não visar lucro como objetivo principal, atua como um complemento das editoras não universitárias.

A editora universitária, principalmente aquela ligada a universidades públicas e comunitárias, não tem fins exclusivamente comerciais. Esta condição permite a ela traçar inúmeros projetos de interesse científico ou cultural e, dependendo de seu projeto editorial e institucional, poderá ser desde uma editora que divulgará a produção científica internacional até aquela que preservará a cultura e a produção acadêmica de uma micro região. (MARQUES NETO, 2000, p. 171).

A expressão “editora universitária” refere-se também às editoras ou aos núcleos editoriais em instituições de ensino superior que, embora não sendo universidades, têm o sentido de divulgar sua produção acadêmica. Envolve ainda instituições que realizam ou apoiam a pesquisa (como Embrapa, Fiocruz, IAPAR etc).

Para Franchetti (2008), o foco no retorno acadêmico – impacto da obra na consolidação, na expansão ou no aprimoramento de um determinado campo do saber – e não no financeiro, por parte das editoras, possibilita até a edição de textos pertencentes a um campo do saber ainda em formação, com leitores que só existirão a partir do momento em que um conjunto significativo de trabalhos daquela área específica estiver disponível no mercado.

O objetivo principal de uma editora desse tipo é, portanto, a socialização do conhecimento produzido no interior das IES, contribuindo para, dentre outros aspectos, criar tendências ideológicas e debates para formação dos estudantes.

A universidade é, por excelência, um espaço de ensino, pesquisa e socialização de conhecimento científico, onde a ideia de produção de conhecimento colaborativo, compartilhado e o acesso livre à informação fazem parte desse universo, permeando as práticas docentes de ensino, o que estimula a pesquisa e a construção do saber crítico e autônomo. (COSTA, 2011, p. 6).

Nesse sentido, a atividade editorial e a biblioteca universitária trabalham com uma meta comum: tornar acessíveis os novos (e antigos) conhecimentos e o pensamento significativo para a comunidade acadêmica e estender a um público mais amplo esse tipo de saber (ROSIQUE, 2010).

Ao se considerar a relação dialética entre universidade e sociedade, tendo em vista que a universidade produz bens culturais para a sociedade, mas é também fruto, reflexo de ambientes culturais que permitem o seu surgimento, as obras veiculadas pelas editoras universitárias são, ao mesmo tempo, produto e produtoras do conhecimento social.

Muitas são as contribuições das editoras universitárias para a qualidade do ensino. Uma destas contribuições é o incentivo à publicação de trabalhos de docentes e pesquisadores, atendendo às orientações estabelecidas por órgãos ligados ao ensino superior em âmbito nacional e internacional e representando a produção científica das IES. Cada vez mais se tem compreendido que a publicação de literatura científica é fundamental para evolução e perpetuação da própria ciência, pois “para ciência pura, é necessário publicar no meio em que se está, para que – com novas descobertas – esse meio evolua”. (GALHARDI, 2013, on-line.)

Outra missão das editoras universitárias é incentivar a leitura entre os estudantes, que costuma ser deficitária, sobretudo nos países com pouca cultura literária, além da possibilidade de despertar o interesse dos alunos para a produção científica. À editora universitária cabe, portanto, a missão de encontrar caminhos para capacitar os alunos a ler criticamente.

Cumprindo esse papel estimulador do debate crítico, de novas produções intelectuais, a editora não somente favorece o autor consagrado mas também contribui para lançar o autor novo [...]. O estímulo e apoio ao autor novo, além dos efeitos imediatos sobre a produção intelectual, favorecerá o crescimento da massa crítica e deverá ser acompanhado de uma ação pedagógica no sentido de aperfeiçoar o autor, o processo e o produto editorial. (BUFREM, 1993, p. 35).

Desta forma, o autor em potencial terá a possibilidade de aperfeiçoar seu trabalho, através da análise e das sugestões fornecidas pelos avaliadores dos originais e será estimulado a produzir mais e com melhor qualidade.

As obras produzidas nas editoras acadêmicas constituem-se principalmente de livros, periódicos científicos e cadernos didáticos (ou livros-texto) para uso em sala de aula ou extraclasse. Com formato e conteúdo mais técnico do que os livros comerciais, as publicações universitárias em geral são resultantes de monografias, dissertações, teses, manuais, livros de referência e anais de eventos científicos, dentre outros, mas podem também produzir material de autoria externa à comunidade acadêmica.

Recentemente, seguindo a tendência mundial, um grande número de editoras universitárias passou a publicar também em formato digital, através dos *e-books* (livros produzidos para leitura em dispositivos eletrônicos – como computadores, *e-readers*, *tablets* e até mesmo *smartphones*). Editores acreditam que é fundamental a inserção da universidade nesse novo momento de disseminação e divulgação

científica, fazendo uso das tecnologias disponíveis não apenas para ampliar o alcance, mas como uma ação participativa para a democratização do acesso ao conhecimento (ROSA et. al., 2013). É cada vez mais comum entre as editoras acadêmicas a prática de disponibilizar suas obras para serem baixadas gratuitamente pelos usuários, ao mesmo tempo em que as versões impressas são vendidas. Há também editoras que produzem coleções específicas exclusivamente em formato digital e coleções unicamente em formato impresso.

Na Europa, a maior parte das editoras acadêmicas está adotando um modelo híbrido de produção, através da venda de livros em meio digital, associado ao modelo de impressão sob demanda (nesse caso, a receita das vendas de livros impressos sob demanda fornece ao editor um fluxo de renda para suportar os custos da versão em acesso aberto).

A digitalização de publicações acadêmicas teve início com a introdução dos bancos de teses e dissertações e com a versão eletrônica de periódicos, cuja maior produção atualmente se dá nesse formato. O movimento de acesso aberto (*Open Access – OA*) teve início com a Declaração de Budapeste (*Budapest Open Access Initiative*²⁷) e defende o acesso aberto às pesquisas, principalmente através dos meios digitais. Tal fenômeno também abriu caminho para a introdução dos repositórios institucionais, sistemas de informação que servem para armazenar, preservar, organizar e disseminar amplamente os resultados de pesquisa de instituições de ensino superior.

A edição impressa, no entanto, tem se tornado cada vez mais desafiadora devido não somente ao aumento da produção científica estimulado pelas exigências dos órgãos de fomento e a abertura de editais de programas regulares de apoio à publicação, mas também pela diversidade de dispositivos de leitura e novas mídias interferindo na forma como as pessoas leem e aprendem os conteúdos. (ROSA, BARROS e MEIRELLES, 2015, p. 1).

Nesse sentido, a tecnologia atua como um amplificador de conteúdos, fazendo com que a produção universitária se estenda para uma imensa gama de

²⁷ Segundo Dourado (2012, p. 26): “A Budapest Open Access Initiative surgiu numa reunião pequena em Budapeste, organizada pelo Open Society Institute (OSI) em 2001. O objetivo da reunião era acelerar o progresso no esforço internacional para fazer artigos de pesquisa em todas as áreas acadêmicas disponíveis gratuitamente na internet. É ao mesmo tempo uma declaração de princípio, uma declaração de estratégia, e uma declaração de compromisso”.

leitores que buscam, no saber acadêmico, a fonte para suas profissões e, até mesmo, para entender melhor o mundo contemporâneo.

As obras traduzidas têm participação importante no acervo de grande parte das editoras. Embora envolvam um custo maior, despendendo mais tempo e trabalho – necessitam de tradução por especialista e revisão técnica – possuem grande valor para o meio acadêmico (sobretudo as obras clássicas) e, por serem mais especializadas e complexas, muitas não seriam publicadas se não fossem as editoras universitárias (FRANCHETTI, 2008).

A cultura de seleção e avaliação do material a ser publicado faz parte do processo editorial universitário, caracterizando-se como um filtro importante para o trabalho dos autores. Esta função fica a cargo do corpo de pareceristas, pesquisadores ligados à área a que pertence a obra proposta, que avaliam a possibilidade de sua publicação, na chamada “revisão por pares”. Os originais aprovados pelos pareceristas seguem para análise do conselho editorial, cujos membros deliberam acerca das propostas de publicação, aprovando, reprovando e/ou fazendo sugestões e recomendações. Essa comissão deve ser competente e respeitada academicamente, para dar uma fundamentação científica à política editorial, para que haja confiabilidade na sua elaboração (BUFREM, 2015).

Cabe ao conselho, portanto, o trabalho de zelar para evitar o que Rosique (2010) considera como “erros profissionais” no processo editorial acadêmico: publicar meramente por tradição, rotina ou automatismo; publicar em busca de prestígio ou imagem pública; publicar para justificar um gasto; para a promoção curricular e hierárquica de profissionais acadêmicos. Sobre este último, Carmona (2011) afirma que há em algumas universidades um sistema próprio de competição e recompensas que faz os docentes subirem de posição e que pode dar-lhes, inclusive, uma reputação de maior valor simbólico. Elaboradas sob tais circunstâncias, as obras teriam como objetivo

certificar que um acadêmico é digno de ostentar o título de mestre ou doutor, melhorar sua carreira docente, obter pontuação no sistema nacional de pesquisadores. São conteúdos que não foram escritos para satisfazer necessidades de algum leitor hipotético. (CARMONA, 2011, p. 171, tradução da autora²⁸).

²⁸ *certificar que un académico es digno de ostentar un grado de maestro o doctor, mejorar una trayectoria académica, obtener puntajes dentro de los tabuladores universitarios o del Sistema Nacional de Investigadores. Son contenidos que no fueron escritos para satisfacer necesidades de algún hipotético lector. (CARMONA, 2011, p. 171, tradução da autora)*

Toda editora universitária deve seguir um projeto político, com os parâmetros de atividades estabelecido e com o tratamento editorial de suas publicações definido (DOURADO, 2012, p. 23), que deverá explicitar sua política e linha editorial. A política editorial é um instrumento que estabelece os marcos, os objetivos e os instrumentos de uma editora, seu conteúdo e sua forma. Nesse sentido, Bufrem afirma que há duas tendências alimentando a discussão acerca do que deve ser editado em uma editora universitária:

se há quem defenda ser sua principal função o estímulo à produção intelectual dos próprios docentes, pesquisadores e estudantes, contrapõe-se uma corrente defensora da ampliação do leque temático, da acolhida de autores das mais diversas origens ou campos de criação intelectual. (...) A primeira engloba a produção endógena, relativa às criações de autores da própria instituição, e a segunda abrange as obras oriundas da produção externa, para consumo tanto da própria instituição quanto da sociedade em geral e cuja produção não restringe origem, área ou tipo de criação. (BUFREM, 2011, p. 135, 148).

Na política editorial, faz-se necessário estabelecer também diretrizes para questões relativas a: direitos autorais, coedições, prioridades, sistemas de avaliação de originais, retribuição por estas avaliações, mecanismos de estímulo ou pagamento pela apresentação de originais, normas editoriais, definição sobre estruturas de produção (próprias ou contratadas), publicação de trabalhos em veículos externos, publicação de originais produzidos externamente à instituição, distribuição e venda dos produtos (DOURADO, 2012).

As obras publicadas podem ser custeadas pela universidade – o que ocorre, sobretudo, nas editoras pertencentes a IES públicas – ou pelo próprio autor ou um parceiro. No caso dos periódicos, a maior parte é financiada pela instituição publicadora.

No que se refere à equipe profissional, a quantidade de funcionários varia entre as editoras universitárias, de acordo com a estrutura, o tamanho e a quantidade de trabalho. Segundo Rocha (2014), a maioria das editoras mantém os seguintes profissionais: editor (ou editor de publicações), redator, revisor de textos e programador visual, podendo haver ainda profissionais ligados ao setor administrativo, de distribuição e vendas, de biblioteconomia e de comunicação. A função de chefia fica sob responsabilidade de um coordenador editorial ou diretor.

O editor universitário é todavia o centro de “controle de qualidade” da comunicação acadêmica. (...) deve-se ocupar da estratégia comercial e distributiva, de identificar e localizar os vários segmentos de leitores reais e potenciais, e de mantê-los informados acerca da produção acadêmica. E o que dizer do papel do editor como explorador de fins científicos, ao estimular e apoiar os investigadores para que transformem seus achados em textos publicáveis? O editor universitário deve ser um profissional capaz de ajudar um acadêmico a escrever um livro. (ROSIQUE, 2010, p. 21, tradução da autora²⁹).

Conhecimentos acadêmicos e de mercado devem fazer parte da formação não só dos editores, mas também de livreiros, bibliotecários, redatores e demais profissionais das editoras universitárias. É importante que estes aprendam sobre o lugar do livro na história e na sociedade atual, as práticas de leitura, o ambiente econômico e jurídico em que atuam. Devem compreender que “não são simples técnicos, eles são também os criadores, descobridores e disseminadores dos trabalhos intelectuais e criativos” (SOREL, 2012, online).

Ações e estratégias de comunicação são elementos essenciais para dar visibilidade ao trabalho das editoras universitárias e atrair o público consumidor. Nascimento (2009) mostra que as ferramentas mais utilizadas por essas editoras são catálogos, *mailing list*, *e-mail marketing*, cartazes, convites e fôlderes de lançamento, assessoria de imprensa e *homepage* da editora. Dentre estas, em especial o catálogo impresso e a *homepage* funcionam como um cartão de visitas da editora. O primeiro deve apresentar o acervo das publicações atualizado, com *design* e estética atraentes, sinopses bem escritas, boas imagens das capas e diagramação adequada. A segunda deve ser constituída pelas mesmas informações do catálogo impresso, com a diferença de apresentar mais conteúdo, ser mais interativa e atualizada com mais frequência.

Por fim, destaca-se que há editoras que possuem uma (ou mais) livraria própria para venda de seu acervo e de outros materiais relativos ao meio universitário. As que não possuem o fazem através de catálogo virtual, disponível em site próprio ou no site da instituição a que estão vinculadas, bem como no

²⁹ *El editor universitario es todavia el centro del “control de calidad” de la comunicación académica. (...) se debe ocupar de la estrategia comercial y distributiva, de identificar y localizar los vários segmentos de lectores reales y potenciales, y de mantenerlos informados de la producción académica. Y qué decir del papel del editor como explorador de los confines científicos, al estimular y apoyar a los investigadores para que transformen sus hallazgos en textos publicables. El editor universitario debe ser um profesional capaz de ayudar a um académico a escribir um libro. (ROSIQUE, 2010, p. 21, tradução da autora)*

catálogo das associações nacionais de editoras universitárias. Algumas editoras mantêm acordos ou parcerias com redes de livrarias comerciais.

3.3 O SURGIMENTO DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

A produção destinada às universidades remonta aos séculos XIII e XIV, antes mesmo do Renascimento e da invenção da imprensa. Com a criação das primeiras universidades na Europa, as quais se tornaram o novo centro de atividades, houve uma demanda maior por publicações, que até então eram exclusividade dos monastérios e das comunidades religiosas.

Na Itália, berço da educação superior do mundo, surgiram os primeiros avanços neste campo: a publicação de texto oficial adquire grande importância para as universidades, ao ponto de que, em 1264, nos estatutos da Universidade de Pádua, declarou-se que “Sem ‘exemplares’ não haveria universidade”, o que é o mesmo que dizer que sem livro não haveria universidade. (CLAVES, 2009, p. 3, tradução da autora³⁰).

A educação universitária nesse período era totalmente livresca, feita por uma seleção bastante limitada de livros nos diferentes campos de estudo. Produzidos em forma de manuscritos, os livros eram raros, de custo bastante alto e demorado – necessitava-se de semanas ou meses para concluir a cópia de uma obra – o que contribuía para torná-los símbolos da absoluta e única verdade.

Nos séculos seguintes, o número de universidades aumentou e, com elas, a demanda por material a ser utilizado nas aulas. Foi assim que, ao redor das *universitas* italianas, francesas e espanholas, formou-se um comércio de livros; ao passo que, na Alemanha, os professores ditavam os textos para os alunos copiarem (BUFREM, 2015; ROSA et. al., 2015). Em alguns casos, os alunos levavam os manuscritos para copiarem em suas casas e os devolviam posteriormente. De um lado estavam os clérigos, que trabalhavam como livreiros, de outro os copistas, cuja missão era escrever os manuscritos, e a atividade de ambos estava sujeita à vigilância da instituição educativa (universidade).

³⁰ *En Italia, cuna de la educación superior en el mundo, cobraron vida los primeros avances en este campo: «La publicación del texto oficial adquiere una gran importancia para las universidades, al punto de que, para 1264, en los estatutos de la Universidad de Padua se declara que “Sin ‘ejemplares’ no habría universidad”, o lo que es lo mismo sin libro no habría universidad».* (CLAVES, 2009, p. 3, tradução da autora)

Com a invenção dos tipos móveis por Gutenberg, substituiu-se o trabalho manual por meios mecânicos na confecção dos livros, aumentando a produção e reduzindo seus custos. Houve uma forte correspondência entre a Europa universitária e a nova Europa tipográfica, pois em 1499 a imprensa estava presente em nove de quatorze cidades universitárias (CHARTIER, 2015). A expansão das impressões, sobretudo para atender às necessidades dos alunos, acarretou no surgimento das primeiras publicações impressas em universidades, ambas na Inglaterra – na *Oxford University*, em 1478, com a publicação de uma exegese teológica atribuída a São Gerônimo, e na *Cambridge University*, em 1521, com *A arte de escrever cartas*, de Erasmo. Segundo Rosique (2010), em meados do século XVI, as duas universidades obtiveram licença real para imprimir e vender livros, contaram com uma espécie de conselho editorial (formado pelo reitor e três catedráticos), uma estrutura básica de trabalho (três funcionários da universidade responsáveis por comprar papel, imprimir e vender os livros) e um orçamento inicial. Surgiram assim a Editora da Universidade de Cambridge, em 1534, e a Editora da Universidade de Oxford, em 1586.

Os impressores [profissionais nomeados pela universidade em Cambridge] escolhidos como *University Printers* possuíam suas próprias oficinas e suas prensas e fundições. Publicaram não só livros eruditos ou manuais aprovados pela Universidade, mas também títulos mais proveitosos: por um lado, a Bíblia, o *Book of Common Prayer* e livros de salmos; por outro lado, almanaques. (CHARTIER, 2015, p. 61, tradução da autora³¹).

As duas casas editoriais mais antigas do mundo prosseguiram ininterruptamente com suas atividades até os dias atuais. A *Oxford University Press* é a maior editora universitária existente, com uma média de publicação de 4.500 títulos ao ano (OCHOA, 2016). Talvez, grande parte desse resultado se deva aos privilégios concedidos pela Coroa Britânica à *Oxford University* no passado, como a isenção de impostos sobre seus lucros. Por sua vez, a *Cambridge University Press*, cujo objetivo inicial era disseminar o conhecimento de forma genérica e contribuir para o avanço de ensino da pesquisa e da literatura (ROSA, 2002), segue desempenhando essa função e publica por volta de 2.500 obras anualmente.

³¹ Los impresores elegidos como *University Printers* poseían su propio taller y sus prensas y fundiciones. Publicaron no solo los libros eruditos o los manuales aprobados por la Universidad, sino también títulos más provechosos: por un lado, la Biblia, el *Book of Common Prayer* y libros de salmos; por otro lado, almanaques. (CHARTIER, 2015, p. 61, tradução da autora)

3.3.1 A atividade editorial universitária no continente americano

A difusão da imprensa foi rápida na Europa, e com as navegações, logo alcançaram o Novo Mundo. De acordo com Villa (2009), a primeira imprensa de tipos móveis trazida à América chegou ao México em 1539, sendo posteriormente introduzida em vários países, como Peru, Uruguai e Argentina.

O sistema universitário europeu também foi trazido para a América Latina, com a criação de universidades no México, na Guatemala, no Peru, em Cuba, no Chile, na Argentina etc. (BOHRER et. al., 2008). A educação superior era destinada somente à elite. No Brasil, esta instituição foi oficialmente implantada somente em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro (cujo nome passaria a Universidade do Brasil em 1937 e Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1965)³². Até o final do século XVIII foram criadas dezenove universidades na América Latina e outras trinta e uma no século XIX.

As edições mais antigas do continente americano datam de 1554, impressas por Juan Pablos para a *Real y Pontificia Universidad de México*, antecedente da *Universidad Nacional Autónoma de México* (HERNÁNDEZ, 2010). Os livros foram impressos para auxiliar os cursos da universidade e depois reimpressos e utilizados nas universidades europeias.

Séculos depois, a *Universidad de Chile* começou a publicar o periódico *Anales de la Universidad de Chile*, no ano de 1843.

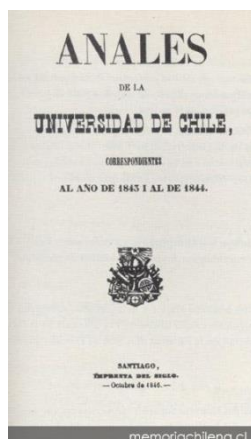
Anales de la Universidad de Chile foi um periódico fundado em 1843, um ano depois que a casa de estudos nasceu. Salvador Sanfuentes, Secretário Geral da Universidade do Chile, na época, foi seu primeiro diretor.

No início, a revista teve como principal objetivo a divulgação da gestão universitária e publicação de trabalhos científicos no país através das memórias que a cada ano foram produzidos dentro da Universidade. Logo começou a receber também colaborações de pesquisadores e profissionais que não pertenciam aos seus poderes, tornando-se a revista acadêmica de maior prestígio no país. (MEMORIA CHILENA, 2016, tradução da autora)³³

³² Em 19 de dezembro de 1912, sob a liderança de Vitor Ferreira do Amaral foi fundada em Curitiba a Universidade do Paraná, de caráter privado, constando de vários cursos. Em 1913 a Escola Universitária Livre de Manaus, criada em 1909, foi transformada na Universidade de Manaus, e em 19 de novembro de 1911, foi criada a Universidade de São Paulo. Contudo, em 1915, no governo de Wenceslau Braz, o Ministro da Justiça, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, implantou uma ampla reformulação do sistema de ensino médio e superior, cujas exigências desqualificavam estas instituições do posto de universidade. Ao mesmo tempo, o texto da Reforma Maximiliano previa a criação da Universidade na Capital Federal, “como há muito se havia tentado infrutiferamente” (BARRETO e FILGUEIRAS, 2007, p. 1788).

³³ *Anales de la Universidad de Chile fue una publicación periódica fundada en 1843, un año después que la casa de estudios a cuyo alero nació. Salvador Sanfuentes, Secretario General de la*

FIGURA 5 – CAPA DO PERIÓDICO *ANALES DE LA UNIVERSIDAD DE CHILE*, UMA DAS PRIMEIRAS PUBLICAÇÕES UNIVERSITÁRIAS DA AMÉRICA LATINA.



FONTE: BIBLIOTECA NACIONAL DO CHILE, 2016.

Em 1904 foi criada a *Revista de la Universidad de Buenos Aires*, na Argentina, e no ano seguinte publicou-se a primeira edição da *Revista Nova et Vetera*, da colombiana *Universidad Nacional de Rosário*, em fevereiro de 1905 (REVISTA NOVA ET VETERA, 2016).

Contudo, a *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM) começou a editar livros desde a sua fundação, em 1910. Em 13 de janeiro de 1921 as Oficinas Gráficas da Nação passaram a fazer parte da universidade, quando esta deu início a campanhas de alfabetização e criação de bibliotecas por todo o território mexicano, além de oferecer cursos de profissionalização para editores (OCHOA, 2015). Em 1935, começou a funcionar a Imprensa Universitária UNAM, criada como uma cooperativa e responsável pelo Departamento de Ação Social da instituição a partir de 1936. A Imprensa publicou as primeiras coleções da instituição, como *Biblioteca do Estudante Universitario*, *Nossos Clássicos* e a *Biblioteca Scriptorum Graecorum et Romanorum Mexicana*, entre muitas outras (UNAM, 2016).

Há que se destacar ainda que a primeira instituição de ensino superior latino-americana a possuir um “departamento de imprensa” foi a *Universidad de Antioquia*, na cidade de Medellin, Colômbia, que adquiriu um equipamento de impressão e em 5 de agosto de 1929 iniciou suas atividades, contando com quatro funcionários, além

Universidad de Chile en ese entonces, fue su primer director. Al comienzo, la revista tenía como principal objetivo la difusión de la gestión universitaria y la publicación del trabajo científico realizado en el país a través de las memorias que año a año se elaboraban al interior de la Universidad. Pronto comenzó a recibir también colaboraciones de investigadores y profesionales que no pertenecían a sus facultades, convirtiéndose en la más prestigiosa publicación académica del país.

do diretor, Miguel Escobar Restrepo, que exerceu a função até o ano de 1952 (VILLA, 2009). O setor era ligado à reitoria e publicava anais e revistas das faculdades que integram a Universidade, material necessário ao funcionamento da instituição, além de prestar serviço a terceiros.

Assim como na Inglaterra, as duas universidades latino-americanas pioneiras no segmento editorial se expandiram e continuam em atividade até os dias atuais. A Editora da UNAM possui um acervo com mais de 40 mil títulos, que incluem reimpressões e publicações periódicas, edita em média 1.300 livros por ano e mais de 300 livros eletrônicos, cifras que a tornam a casa editorial mais importante em língua espanhola.

FIGURA 6 – PUBLICAÇÕES ANTIGAS DA *UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO* (UNAM), QUE COMEÇOU A EDITAR LIVROS DESDE A SUA FUNDAÇÃO, EM 1910.



FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO DA UNAM (AHUNAM), 2016.

Na América do Norte, a editoração universitária surgiu em meados do século XIX, quando foram criadas nos Estados Unidos as universidades inspiradas no modelo alemão e britânico, caracterizadas como centros de pesquisa para descobrimento e geração de conhecimento por meio da investigação acadêmica e de estudos superiores. As imprensas ou gráficas universitárias foram fundadas para difundir a produção acadêmica.

A primeira editora a operar em função de uma universidade no país foi a *Cornell University Press*, da *Cornell University*, que adquiriu um equipamento de impressão e criou um programa de trabalho para estudantes de Jornalismo. Contudo, a universidade retirou esse curso de sua grade em 1878 e seis anos depois a gráfica foi fechada. Em 1878, foi fundada na *John Hopkins University* a

editora universitária com atividade ininterrupta mais antiga no continente americano, dois anos após a criação da instituição. “Uma das atividades mais nobres da universidade é contribuir para o avanço do conhecimento e disseminá-lo não somente entre aqueles que diariamente participam das aulas, mas em todos os lugares”, afirmava Daniel Coit Gilman, primeiro reitor e fundador da universidade (GIVLER, 2016). As primeiras publicações foram duas revistas especializadas e uma coleção de monografias preparadas pelas faculdades e departamentos universitários. De acordo com Rosique (2010), este seria o padrão básico que repetiriam as editoras universitárias organizadas desde então nos Estados Unidos e em outros países, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial.

No período da Guerra Fria o ensino superior e a pesquisa na América do Norte foram alvos de investimentos

o Presidente Dwight Eisenhower declarou que investimentos para melhoria na educação eram uma prioridade nacional urgente. A Guerra Fria tinha um novo cenário, e os novos guerreiros não viriam de campos ou academias militares, mas de escolas e universidades.

(...) A Lei Nacional de Educação Defesa [NDEA, sigla em inglês] forneceu ajuda financeira substancial para a educação em todos os níveis e para instituições públicas e privadas. Seu principal objetivo era melhorar a educação americana em ciências, matemática e tecnologia, mas forneceu suporte para programas de línguas estrangeiras, inglês como segunda língua, geografia, estudos de área, tecnologia de mídia educacional e instrutiva, biblioteconomia. Despejaram dinheiro no ensino superior como nunca antes: dinheiro para o ensino, para a pesquisa e publicação, e para a construção de coleções de bibliotecas. NDEA e programas afins criaram uma era de ouro para os editores de pesquisa acadêmica na década de 1960. O mercado institucional cresceu, e as editoras universitárias cresceram junto com ele (GIVLER, 2016, on-line, tradução da autora³⁴).

Contudo, no início da década de 1970 o governo norte-americano reduziu grande parte do financiamento em ensino e pesquisa e deu início a um processo de estabilização no número de editoras universitárias e um gradual declínio no ritmo de atividades.

³⁴ *President Dwight Eisenhower had declared the improvement of education an urgent national priority. The Cold War had a new battleground, and the new warriors would not come out of boot camps and military academies, but schools and universities [...].*

The NDEA provided substantial financial aid to education at all levels and to both public and private institutions. Its primary aim was to improve American education in science, mathematics, and technology, but it also provided support for programs in foreign languages, English as a second language, geography, area studies, educational media and instructional technology, librarianship—and libraries. Money poured into higher education as never before: money for teaching, for research and publication, and for building library collections. NDEA and programs like it created a golden age for publishers of scholarly research in the 1960s. The institutional market boomed, and university presses boomed along with it. (GIVLER, 2016, on-line, tradução da autora)

Justamente nesse período, o cenário editorial universitário na América Latina teve ampla difusão, acompanhando o crescimento do número de universidades na região. Apesar das especificidades do sistema educacional de cada país da região, houve uma coincidência cronológica no que concerne à expansão dos seus sistemas de ensino superior, os quais tiveram um crescimento em ritmo mais acelerado no número de matrículas no início da década de 1970 (KLEIN e SAMPAIO, 1994). Essa expansão foi resultado do aumento da classe média, das altas taxas de crescimento da economia e do ritmo de terceirização. A educação superior passou a ser cada vez mais de massas, seguindo os sistemas da Europa Ocidental e dos Estados Unidos.

As universidades latino-americanas experimentavam uma expansão quantitativa da matrícula, e a composição social da população estudantil muda. Evidencia-se uma incorporação de setores sociais que estavam marginados do ensino superior, dando início a uma etapa de movimentação social na região que antecipa a possibilidade de notáveis mudanças na estrutura social e economia. (RODRIGUEZ, 2000, p. 5).

A expansão dos sistemas de ensino superior veio responder a uma demanda crescente por formação universitária, vinda principalmente de uma classe média que também se expandia rapidamente. O ensino superior passou a ser capaz “não só de absorver um contingente crescente de candidatos como também de formar, em ritmo acelerado, profissionais em novas carreiras e áreas de especialização”. (KLEIN e SAMPAIO, 1994, p. 1).

A partir da década de 1980 foi criada grande parte das editoras nas IES latino-americanas. Até então a maioria das universidades públicas e algumas privadas tinham equipamentos de impressão como parte de seu organograma e tratavam a publicação dos materiais produzidos por professores e alunos como algo mecânico: o original era encaminhado à editora e logo convertido em livro (CÓRDOBA-RESTREPO, 2014). A ausência de política editorial definida e de autonomia administrativa tornava o papel de muitas editoras universitárias indistinto do de suas gráficas. Contudo, na década seguinte verificou-se a necessidade de estruturar e consolidar o trabalho editorial nas universidades da região, para oferecer obras de qualidade. Foram criados os departamentos de publicação, os centros editoriais, os selos, os comitês, a avaliação de originais, a adequação estilística, o acabamento gráfico, a publicação de coleções, o controle financeiro, as discussões

em torno da distribuição e circulação, bem como a profissionalização do trabalho do editor (CÓRDOBA-RESTREPO, op. cit.).

Muitos foram os desafios que se apresentaram, o que se deve, em parte, ao fato dos países latino-americanos terem desenvolvido tardiamente uma autonomia na produção de livros e aos baixos índices de leitura neles praticados, bem como à expansão de instituições de ensino superior preocupadas mais com o lucro e menos com a pesquisa. Ainda hoje dificuldades se apresentam para a atuação editorial universitária na América Latina.

Estudos de casos nacionais sobre editoras universitárias latino-americanas frequentemente indicam a ausência de políticas de mercado; o desenvolvimento de catálogos sem uma análise exaustiva dos mercados para estas publicações; a falta de mecanismos de gerência autônomos e profissionais nas editoras universitárias; a subordinação das gerências a sistemas burocráticos de autorização; a carência de flexibilidades administrativas e financeiras e uma existência quase nula de mecanismos de distribuição e financiamento nos sistemas de comercialização. (RAMA, 2006, p. 18 e 19, tradução da autora³⁵).

Além destes fatores, existe a necessidade de internacionalização da produção e de desenvolvimento de capas e títulos mais atraentes (fator que tem recebido mais atenção nos últimos anos).

3.3.2 O contexto atual

Em escala mundial, o campo do livro universitário está dominado por cinco grandes grupos: McGraw-Hill, Pearson, Mcmillan, Limusa e Trillas, os quais figuram entre as editoras mais rentáveis do planeta. As instituições de ensino superior ocupam apenas 11% desse setor (HERNÁNDEZ, 2010). Givler (2016, online) explica que a publicação de livros-texto praticada por editoras comerciais é um negócio altamente competitivo e que desenvolver materiais didáticos para o ensino superior requer um investimento de capital bem além do alcance da maioria das editoras universitárias.

³⁵ *Los estudios de caso nacionales sobre las editoriales latino-americanas suelen indicar la ausencia de políticas de mercadotecnia; el desarrollo de catálogos sin un análisis exhaustivo de los mercados para esas publicaciones; la falta de mecanismos de gerencia autónomos y profesionales en las editoriales universitarias, la subordinación de las gerencias a sistemas burocráticos de autorizaciones; la carência de flexibilidades administrativas y financieras y una existencia casi nula de mecanismos de distribución y de funcionamiento en los sistemas de comercialización.*

Na América anglo-saxônica, o livro acadêmico representa 30% do catálogo comercial, enquanto na América Latina esse índice está em torno de 10% (OCHOA, 2016). Para Córdoba-Restrepo (apud NATÉRCIA, 2008), enquanto as editoras europeias e norte-americanas têm claro o exercício da comercialização: “na América Latina costumamos ser mais românticos ou, provavelmente, demasiado centrados no acadêmico e menos no administrativo”.

Mas editoras universitárias que sobrevivem apenas da comercialização dos livros e periódicos que publicam são raras, mesmo na América do Norte. Cerca de 20% dos recursos financeiros da maioria das editoras universitárias dos Estados Unidos vêm de subsídios da universidade, de levantamento de fundos e doações e de outras atividades (NATÉRCIA, 2008). As editoras universitárias norte-americanas buscam alternativas para enfrentar a queda nas vendas devido à expansão da Internet e a “invasão” das editoras comerciais no campo acadêmico, sobretudo no de periódicos científicos – a maioria deste tipo de publicação é comercializada nos países da região –, que resultaram no aumento dos preços das assinaturas de forma exponencial (MULLANEY, 2013).

Desafios comuns ao trabalho editorial nas universidades em toda a América referem-se à conversão digital das publicações, o uso indiscriminado de fotocópias nas universidades (muitas vezes ocupando o lugar das publicações) e as questões de direito autoral.

A despeito das dificuldades, as editoras universitárias latino-americanas têm expandido sua esfera de atuação, representando no início do século XXI 5,3% do total de editoras da região, totalizando 554 unidades (RAMA, SAGASTIZÁBAL e URIBE, 2006). A produção universitária na América Latina é difícil, mas “ainda que variem os níveis de progresso entre os países desenvolvidos, os emergentes, e os que se encontram em vias de desenvolvimento, existe um nível de consciência cada vez maior sobre a necessidade de se publicar” (CLAVES, 2009, p. 2, tradução da autora³⁶).

De acordo com Givler:

A história das editoras universitárias no século XX tem sido em grande parte de crescimento: o crescimento tanto no número de editoras universitárias

³⁶ *Aunque varían los niveles de progreso entre los países desarrollados, los emergentes y los que se encuentran en vía de desarrollo, existe un nivel de conciencia cada vez mayor sobre la necesidad de publicar.* (CLAVES, 2009, p. 2, tradução da autora)

quanto no número de livros e revistas que publicam. Também tem apresentado, especialmente no último quarto de século, um crescimento contra todas as probabilidades. (GIVLER, 2016, online).

Um grande avanço dado em relação ao desenvolvimento das atividades de editoração acadêmica na América Latina foi a criação das redes e associações de editoras universitárias, a partir dos anos 80. O trabalho destas redes tem apresentado êxito nas estratégias de divulgação e distribuição, no estabelecimento de parcerias e no enfrentamento de desafios comuns, possibilitando novos projetos, comprovando a importância de se trabalhar em conjunto:

para todos em comum [as redes] constituem uma oportunidade, um tipo de plataforma em que se pode sincronizar melhor as tarefas, aproveitar oportunidades, aprender uns com os outros, vislumbrar futuros horizontes, cooperar em projetos que os levem, juntos, a dar um pequeno passo adiante. Em suma, graças às redes é possível alcançar “a força que não se tem”. (GIRALDO, 2014, p. 72, tradução da autora³⁷).

A atuação das associações de editoras universitárias será apresentada no próximo capítulo, que tratará da Associação de Editoras Universitárias da América Latina e Caribe (EULAC).

³⁷ (...) para todos en común – lo que importa en una red – constituyen una oportunidad, una surte de plataforma em que las tareas pueden sincronizarse mejor, pueden aprovecharse oportunidades, aprender unos de otros, examinar horizontes, cooperar en proyectos que los lleven, juntos, un pequeño paso adelante. En suma, gracias a las redes se puede desplegar “la fuerza que no se tiene”. (GIRALDO, 2014, p. 72, tradução da autora)

4 ASSOCIAÇÃO DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE (EULAC)

A instituição de maior representatividade entre as editoras universitárias na região latino americana é a Associação de Editoras Universitárias da América Latina e Caribe (EULAC), criada no final da década de 1980. Este capítulo relata como se deu a criação e estruturação da associação e aponta suas principais ações, como a atuação dos comitês, as publicações, os eventos e os trabalhos voltados ao enfrentamento de obstáculos comuns. Também traça o perfil das associadas através de dados numéricos e estatísticos.

4.1 A ASSOCIAÇÃO

O continente americano possui um número considerável de editoras universitárias, das quais grande parte é filiada a associações. Nesse universo se destacam as associações de grande porte, de alcance continental, que possuem membros de diferentes países. É o caso da Associação das Editoras Universitárias Americanas (AAUP) e da Associação de Editoras Universitárias da América Latina e Caribe (EULAC), as quais inclusive têm entre seus filiados associações de editoras universitárias.

Diferentemente da AAUP, cuja criação oficial data de 1937, a expansão das editoras universitárias na América Latina ocorreu somente na década de 1980, período em que surgiram as primeiras associações e redes. O crescimento do trabalho das editoras nas universidades resultou na criação da Associação das Editoras Universitárias da América Latina e Caribe, em agosto de 1987, na cidade de Lima, Peru, por iniciativa de Pedro Visconti Clava, então diretor da Livraria da Universidade do Pacífico, e com apoio do Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC). Segundo Marques Neto (2014, p. 12), “a esse idealizador peruano juntaram-se lideranças de diversos países do continente e do

Caribe. O lema não poderia ser mais necessário e preciso: *‘Integrarnos es una necesidad, lograrlo será nuestra tarea³⁸’*.

Com essa marca surgiu a EULAC, associação que agrupa as redes de editoras universitárias dos diferentes países da América Latina e Caribe, tendo como principais metas o estímulo à promoção do pensamento acadêmico, através da visibilidade e circulação da produção editorial, e a profissionalização de todos os envolvidos nesse setor.

Em 26 de agosto de 1987, a EULAC definiu como objetivos fundamentais: integrar as editoras universitárias da América Latina e do Caribe; promover a produção e distribuição do livro, especialmente o texto universitário, periódicos e todos os demais materiais impressos, produtos resultantes do fazer acadêmico, que exigem maior circulação; auxiliar o aperfeiçoamento técnico e administrativo das editoras universitárias; e divulgar o pensamento acadêmico para a comunidade.

A partir dos objetivos, foram estruturadas as funções da associação:

1. Sugerir, criar, motivar e mostrar sistemas compatíveis de informação, mediante a criação de bases de dados, boletins, catálogos comuns, listas de permutas ou intercâmbios.
2. Definir critérios comuns para melhorar suas edições e estratégias para otimizar a distribuição de suas publicações.
3. Utilizar todos os meios possíveis para conseguir a compreensão das importantes tarefas que cabem às editoras universitárias e buscar o apoio privado, governamental e internacional para os programas de melhoramento das condições de funcionamento das associadas.
4. Incentivar, apoiar e desenvolver programas de capacitação dos recursos humanos no setor para o aperfeiçoamento das editoras universitárias, estimulando sua modernização técnica e administrativa.
5. Buscar mercados regionais e sub-regionais para a produção de seus membros institucionais.
6. Apoiar as coedições e coproduções entre editoras universitárias associadas com o objetivo de reduzir custos e melhorar os sistemas de distribuição.
7. Buscar o estabelecimento de sistemas interuniversitários de distribuição e acessibilidade dos materiais impressos a um número de usuários cada vez maior.
8. Estimular a formação de associações nacionais de editoras universitárias, atuando como coadjuvante no estabelecimento de relações editoriais entre elas.
9. Participar em nome de suas associadas em reuniões locais, nacionais, regionais e internacionais onde se levarem, submetam e discutam problemas de interesse das editoras universitárias.
10. Auxiliar as editoras associadas em relação aos direitos autorais e o cumprimento dos compromissos adquiridos em materiais de publicação e ampla distribuição das obras.

³⁸ Integrar-nos é uma necessidade, consegui-lo é uma tarefa nossa.

11. Criar consciência entre autoridades universitárias e comunidade acadêmica acerca da importância das editoras universitárias. (EULAC, 2016, online, tradução da autora)³⁹.

As funções apresentadas revelam o caráter integrador e estimulador da EULAC, desde a sua criação.

Em 8 de maio de 1991, em uma Assembleia Geral da EULAC, realizada nas instalações do CERLALC, em Bogotá, Colômbia, foi aprovado o estatuto da associação. Com 26 artigos, o texto do estatuto sofreu algumas alterações em agosto de 1996, por decisão da Assembleia Geral.

O estatuto tem início manifestando as características de independência e autonomia da associação em relação a agrupamentos políticos, religiosos, filosóficos e ideológicos, declarando, contudo, que ela determina sua própria política e atua em colaboração e coordenação com outros organismos nacionais ou internacionais.

O texto estabelece como membros efetivos todas as editoras universitárias da região que tenham comunicado o interesse formalmente ao Comitê e pago as taxas correspondentes. Os membros honorários são pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvam trabalhos relacionados à editoração universitária e/ou que tenham prestado serviço importante à associação, cuja candidatura tenha sido aprovada por um terço dos votos dos membros presentes em Assembleia. O estatuto incentiva que os membros de cada país se agrupem da maneira mais conveniente (em associações, redes, conselhos, etc.) no nível que julgarem mais apropriado (setorial, regional, nacional), com a finalidade de buscar soluções aos problemas comuns e

³⁹ 1. Sugerir, plantear, motivar y mostrar sistemas compatibles de información, mediante la creación de bancos de datos, cartas de información, catálogos comunes, listas de canje o intercambio. 2. Definir criterios comunes para mejorar sus ediciones y estrategias para optimizar la distribución de sus publicaciones. 3. Utilizar todos los medios a su alcance para lograr la comprensión de las importantes tareas que cumplen las editoriales universitarias y buscar el apoyo privado, gubernamental e internacional para los programas de mejoramiento de las condiciones de funcionamiento de sus asociados. 4. Fomentar, apoyar y desarrollar programas de capacitación de los recursos humanos en el sector para el perfeccionamiento de las editoriales universitarias, estimulando su modernización técnica y administrativa. 5. Buscar mercados regionales y subregionales para las producciones de sus miembros institucionales. 6. Apoyar las coediciones y coproducciones entre editoriales universitarias asociadas con el objeto de reducir costos y mejorar los sistemas de distribución. 7. Buscar el establecimiento de sistemas interuniversitarios de distribución y mayor accesibilidad de los materiales impresos a un cada vez mayor número de usuarios. 8. Estimular la formación de asociaciones nacionales de editoriales universitarias, coadyuvando en el establecimiento de relaciones editoriales entre éstas. 9. Participar en nombre de sus asociados en reuniones locales, nacionales, regionales e internacionales donde se planteen, sometan y discutan problemas de interés para las editoriales universitarias. 10. Estimular a las editoriales asociadas, en el respeto de los derechos de autor y el cumplimiento de los compromisos adquiridos en materias de publicación y amplia distribución de las obras. 11. Crear conciencia a nivel de las autoridades universitarias y de la comunidad académica de la importancia de las editoriales universitarias. (EULAC, 2016, online, tradução da autora)

contribuir com os objetivos propostos pela EULAC. Cada associação ativa pode eleger um representante, com voz e voto, para ser integrante do Comitê Diretor, com mandato em períodos iguais ao do restante dos diretores.

Para efeito de organização e localização geográfica, a EULAC divide os membros em três áreas: 1) Área Atlântica: inclui as editoras universitárias de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. 2) Área Andina: inclui as editoras de Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Peru e Venezuela. 3) Área Setentrional: inclui as editoras de América Central, Panamá, México e Caribe.

Os membros compõem a Assembleia Geral, que é a autoridade máxima da EULAC. Os membros efetivos têm direito a voz e voto e os membros honorários somente a voz. Abaixo da Assembleia está o Comitê Diretor, que deve ser integrado por membros efetivos, sendo: um presidente; três vice-presidentes, um para cada uma das áreas da EULAC; um representante de cada associação ativa designado por cada uma delas.

O Comitê Diretor é responsável pela direção técnica e administrativa da associação e por executar as resoluções e acordos definidos nas assembleias. O mandato de seus integrantes tem a duração de dois anos, com a possibilidade de reeleição. A sede legal da EULAC está localizada no país de residência do presidente do Comitê. A reunião dos integrantes do Comitê deve ocorrer ordinariamente pelo menos uma vez ao ano e extraordinariamente a pedido do presidente. Cabe ao Comitê as tarefas de executar os acordos da assembleia; formular planos e programas para cumprir com os objetivos da EULAC; criar comitês de trabalho; designar representantes da associação ante às instâncias que correspondam; representar a associação nas relações com distintas organizações; velar pelo bom andamento da associação e pelo fiel cumprimento do estatuto, entre outros.

Por sua vez, a Assembleia Geral tem sessão ordinária a cada dois anos e pode se reunir extraordinariamente por iniciativa própria ou por petição expressa de pelo menos 10% dos seus membros, pertencentes a dois países, no mínimo. São atribuições da Assembleia Geral: deliberar e resolver os assuntos que figurem na ordem do dia; eleger membros do Comitê Diretor para o exercício bienal seguinte; conhecer o informe do Comitê; exercer as demais funções correspondentes no estatuto; aprovar, reformar ou abolir o estatuto, com voto afirmativo de pelo menos dois terços dos membros; organizar reuniões com reitores das universidades do país

sede da assembleia; decidir sobre a expulsão de um associado, para o que será requerido voto afirmativo de dois terços dos associados presentes na assembleia; modificar o valor da taxa anual ordinária.

O estatuto também estipula direitos e deveres dos associados: cumprir com as taxas e demais compromissos financeiros; trabalhar ativamente nas comissões e comitês nomeados pela associação; manter-se informado e participar das atividades organizadas pela associação; cumprir com as normas do estatuto e as resoluções da Assembleia Geral e do Comitê Diretor; desempenhar os cargos designados pela Assembleia Geral e pelo Comitê Diretor; contribuir com sugestões que fortaleçam o desenvolvimento da Associação e ter interesse pelo bom andamento, melhoramento e progresso dos trabalhos desta; receber as publicações e informações que a EULAC disponha; participar das sessões da Assembleia Geral.

No tocante a finanças, o estatuto declara que provêm das taxas anuais dos associados; das taxas extraordinárias em casos de acordo na Assembleia Geral; de fundos destinados à execução de projetos específicos; de doações de organismos internacionais, empresariais, fundações ou governos, desde que não comprometam a autonomia da associação; de interesses e dividendos dos fundos da associação, depositados em um banco de confiança; dos fundos gerados por atividades da associação (como feiras de livro, etc.).

A partir dos princípios e objetivos apresentados no estatuto, a EULAC desenvolveu um plano estratégico que busca otimizar as ações da associação em todas as áreas de trabalho, através das linhas de ação, que são apoiadas por grupos específicos encarregados por um tema especial. Existem sete grupos consolidados: capacitação e profissionalização; comunicação; vinculação e cooperação (Relações Internacionais); distribuição e comercialização; investigação; avaliação e acreditação de qualidade; assuntos organizacionais e legais.

Atualmente 12 países são associados à EULAC: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Peru, República Dominicana e Venezuela (EULAC, 2016).

4.2 COMITÊS DIRETOR E COMITÊS ESPECÍFICOS

O primeiro presidente da EULAC foi o fundador Pedro Visconti. Após sua presidência, sucederam-se Mário Castillo (Costa Rica), José Castilho Marques Neto (Brasil) e Juan Felipe Córdoba Restrepo (Colômbia), que trabalharam “à frente de valorosas juntas diretivas formadas por diversos líderes editores acadêmicos do continente” (MARQUES NETO, 2014, p. 13).

No biênio 2015-2016, o Comitê Diretor da EULAC teve como presidente a mexicana Sayri Karp Mitastein, diretora da Editora da Universidade de Guadalajara, e vice-presidentes Dagoberto Arias, da Universidade Tecnológica de Costa Rica (área setentrional), Nicolás Morales, da Universidade Javeriana, na Colômbia (área andina) e Susana Soto, da Universidade Aberta Interamericana, na Argentina (área atlântica). Os representantes das associações que compõem a EULAC são: Edgar Garcia Valencia – ALTEXTO (México), Dagoberto Arias – SEDUCA (América Central e República Dominicana), Juan Felipe Córdoba – ASEUC (Colômbia); Nicolás Morales – AUSJAL (Colômbia); Luis Álvarez – REUPDE (EQUADOR); Carlos Gazzera – REUN (Argentina); Gustavo Cadile – REUP (Argentina); Marcelo Di Renzo – ABEU (Brasil).

Em 2014, foram conformados comitês para trabalhar nas linhas de ação da EULAC.

QUADRO 2 – COMITÊS DA EULAC NOS ANOS 2014-2015.

Título	Definição	Integrantes	Atividades	Materiais
Estatutos e estrutura da EULAC	Esta comissão é responsável pela revisão dos estatutos em vigor e fazer uma proposta de modernização da associação de acordo com as necessidades e objetivos atuais.	Juan Santiago – CESA – ASEUC; Luis Álvarez Rodas – Universidade Politécnica Salesiana – REUPDE; Inés García Uranga – Universidade Maimónides – REUP.	Revisão dos estatutos vigentes.	Estatutos atuais vigentes; Comentários recebidos até a data sobre o tema.
Edição e universidade	Reflexão permanente acerca da editora	Elsa Cristina Robayo – Universidad da	Reconhecimento do Grupo de investigação –	Descrição do grupo de pesquisa na

	universitária não como agente instrumental e passivo, mas como produto da indústria cultural que deve contribuir para criar tendências ideológicas e debates e formar indivíduos através dos saberes apresentados nos textos.	Sabana – ASEUC; Susana Soto – Universidade Aberta Interamericana – REUP.	EULAC. ABEU. ASEUC. REUN. REUPDE. SEDUCA em cada região/país e definição das linhas de investigação.	Colômbia e constituição da agenda do grupo em cada região/país.
--	--	---	---	--

	Investigação e documentação: esta Comissão irá propor linhas de pesquisa em benefício da edição universitária para contar com textos teóricos e de estudos da situação de cada um dos países.	Santiago Isorni – Universidade Católica de Santiago do Estero – REUP; Nicolás Morales – Universidade Javeriana – ASEUC; Ana Ruth Vélchez – Tecnológica de Costa Rica – SEDUCA; Orestes Nieto – Universidade Especializada das Américas – SEDUCA; Nítida Carranza – Universidade Pedagógica Nacional Francisco Morazán – SEDUCA; Eduviges Vergara – Universidade do Panamá – SEDUCA; Carmen Hidalgo – Universidade Nacional Heredia, Costa Rica – SEDUCA.	1. Revisão da proposta de adaptação do Modelo de Estudo da Atividade Editorial, a ser realizada na Colômbia. 2. Definições do estudo para cada região/país. 3. Implementação e compilação das informações resultado do estudo	Modelo para a Colômbia; projetos de estudos anteriores. Documento resultado para cada região/país.
Comunicação, eventos e feiras	Esta comissão corresponde à necessidade de manter todos os interessados em comunicação contínua para que haja uma maior participação nos diversos eventos.	Belén Gimenez – Universidade ISALUD – REUP; David Hernández – Universidade de El Salvador – SEDUCA.	Enviar as atividades destacadas que se deseje que sejam conhecidas por todos os membros da Associação.	Lista e breves descrições de eventos e/ou atividades programadas para a sua divulgação.

Finanças	Se encarregará de arrecadar fundos e de administrar o bom uso dos mesmos.	Laura Zavaleta – Universidad de El Salvador – SEDUCA; Lorena Ruiz – Universidad Antonio Nariño – ASEUC.	Socializar as iniciativas que possam ajudar a arrecadação de fundos para os diversos projetos da associação.	Lista de propostas relativas a possíveis fontes para o desenvolvimento de atividades.
Portal “Visibilidade e conhecimento”	Esta comissão dará sequência ao preenchimento da base de dados do catálogo universitário e acadêmico latino-americano e impulsará o desenvolvimento das seguintes fases da plataforma.	Juan Felipe Córdoba – Universidade do Rosário – ASEUC; Ezequiel Obiglio – Universidade Católica Argentina – REUP.	Informar sobre os progressos alcançados em cada bimestre, bem como reunir as recomendações de todos os membros.	Relatório com a descrição das modificações e alcances do portal.
Estratégias de circulação	Esta Comissão se dá pela necessidade e o interesse comum de criar estratégias que trabalhem para promover, distribuir, comercializar, coeditar títulos de todos para que haja uma verdadeira circulação do conhecimento.	Diego Ramírez – Universidade Piloto da Colômbia – ASEUC; Libia Batista – Universidade Tecnológica de Panamá – SEDUCA; René Muiños – Universidade Estatal a Distancia (Costa Rica) – SEDUCA.	Apresentar propostas que possam se desenvolver em conjunto por todos os membros.	Relatório com as propostas elaboradas para socialização com os membros da EULAC.

Observa-se que a formação de comitês promove o trabalho em equipe, a aproximação entre editoras-membro e entre associações membro. A escolha dos temas propõe a busca por modernização e reflexão constantes e o estabelecimento de uma comunicação contínua entre as associadas.

4.3 RECURSOS

A EULAC disponibiliza em sua página na Internet um catálogo virtual com obras de todas as suas associadas. Os títulos são apresentados por ordem de envio, dos mais recentes para os mais antigos. Também é possível fazer a consulta por título do livro ou por instituição publicadora. Ao selecionar a capa do livro, o usuário recebe informações detalhadas, como categorias temáticas a que pertence, nome do(s) autor(es)/organizador(es), editora, universidade, país, data da publicação, número do ISBN (*International Standard Book Number*)⁴⁰, idioma, formato (impresso ou e-book), preço, resumo e endereço (físico e/ou virtual) de venda. A editora responsável pode fornecer ainda informações adicionais, como tamanho do livro, número de páginas, currículo e contato do(s) autor(es)/organizador(es).

O site da EULAC possui um espaço para as notícias relacionadas ao setor editorial universitário e um espaço para apresentação de cursos da área editorial oferecidos pelos associados. Também há uma relação com o nome de todas as editoras ou associações membros e o contato de seus representantes, bem como uma relação com o link das associações de editoras universitárias em outros países, a saber: União das Universidades Espanholas (UNE), Associação das Editoras Universitárias Americanas (AAUP), Aliança Peruana de Editores Independentes, Universitários e Autônomos, Associação Brasileira de Editores de Livros (Abrelivros), Associação Argentina de Editores de Revistas (AAER), Associação de Editores Independentes, Universitários e Autônomos do Chile e Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC). Outra relação

⁴⁰ O ISBN é um sistema que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país e a editora, individualizando-os inclusive por edição. Disponível em: <www.isbn.bn.br/>. Acesso em: ago. 2016.

apresentada é das câmaras de livro – de Chile, Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Venezuela, Peru e México.

Além do catálogo dos associados, o site da EULAC disponibiliza o catálogo do projeto *Visibilidad e Conhecimento*, que visa “sistematizar a produção editorial universitária, sobretudo os textos resultantes de investigação, a partir de uma perspectiva regional e sustentada em uma plataforma tecnológica que permita facilitar esta tarefa”. (CÓRDOBA RESTREPO; HURTADO, 2015, p. 36, tradução da autora)⁴¹. Também disponibiliza as edições da revista *Tendência Editorial*, produzida pela Editora da Universidade do Rosário, da Colômbia, afiliada à EULAC e à ASEUC. O periódico tem conteúdo produzido para profissionais e interessados no meio editorial.

4.4 EXPERIÊNCIAS EDITORIAIS DE SUCESSO: BRASIL, COLÔMBIA E MÉXICO

Dentre as associadas à EULAC, merecem destaque as experiências de Brasil, Colômbia e México, que possuem suas associações nacionais de editoras universitárias, cada qual com seu catálogo unificado e sistema de divulgação na Internet. Os três países têm as maiores e mais ativas associações na região latino-americana. “Diria que são países cujas editoras universitárias, apesar das distâncias e temas de compatibilidade ou política, trataram de organizar ou fazer coisas por terem detectado a importância de unir-se em associações” (NATÉRCIA, 2008, s.p.).

No Brasil, a entidade responsável pela produção universitária em nível nacional é a Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), criada em 1989 e atualmente com 120 editoras associadas. Na Colômbia, a instituição de maior porte no setor é a Associação de Editoras Universitárias da Colômbia (ASEUC), criada em 1990 e que congrega 60 universidades. No México destaca-se o trabalho da Red Nacional Altexto (Altexto), que teve início em 2006 e que reúne 52 instituições, as quais são afiliadas à Associação Nacional de Universidades e Instituições de Educação Superior (ANUIES).

⁴¹ *Sistematizar la producción editorial universitaria, sobre todo los textos resultados de investigación, desde una perspectiva regional y sustentada en una plataforma tecnológica que permitiera facilitar esta tarea.* (CÓRDOBA RESTREPO; HURTADO, 2015, p. 36, tradução da autora).

O Brasil é o maior país da América Latina não apenas em extensão, mas também em produção editorial, sendo responsável por mais da metade dos livros publicados no continente (LINDOSO, 2004 apud ROSA e ODDONE, 2006). Historicamente, o desenvolvimento nacional das editoras universitárias recebeu um forte estímulo na década de 1980, através de programas apoiados pelo MEC, como o Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das IES (Proed); os Seminários Nacionais das Editoras Universitárias (SNEU); o Programa Interuniversitário para a Distribuição do Livro (PIDL) (BUFREM, 2001). Além da ABEU, em 2010 foi fundada a Liga das Editoras Universitárias (LEU), associação nacional que reúne instituições públicas de ensino superior, vinculadas ao Poder Público, além da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

A Colômbia apresenta um fato curioso: há maior número de editoras universitárias do que comerciais – são 107 *versus* 103 editoras empresariais (GRIMALDO, 2007). O país possui ainda a fundação editorial *Siglo del Hombre*⁴², que atua como distribuidora de fundos editoriais da Colômbia e da Espanha, criada em 1992, e a *Libreria de la U*⁴³, projeto de distribuição e vendas de livros universitários exclusivamente pela internet, que surgiu em 2004. Hoje, a *Libreria de la U* possui cerca de 100 mil clientes registrados, um catálogo em constante expansão (que já ultrapassa 200.000 referências) e mais de 80.000 encomendas on-line.

O México tem representação no setor editorial principalmente através das feiras e dos eventos literários que realiza – dentre os quais merece ênfase a Feira Internacional do Livro de Guadalajara, a maior e mais importante da América Latina, e a Feira Internacional do Livro Universitário (Filu), evento anual em que há exposição de mais de 500 selos editoriais, de diversos países. Além de anfitriões, os mexicanos também marcam presença nos eventos literários: 72% das editoras universitárias do país afirmam participar de feiras literárias internacionais, segundo pesquisa realizada pela Red Altexto (CARMONA, 2011). A primeira editora universitária desta nação, da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), foi também a primeira na região da América Latina, a qual começou a publicar em 1937.

42 Disponível em: <<http://libreriasiglo.com/>>. Acesso em: ago. 2015.

43 Disponível em: <<http://www.libreriadelau.com/>>. Acesso em: ago. 2015.

A experiência editorial destas associações tem influenciado outras na região, pertencentes à EULAC, como se pode verificar em texto do site da Rede de Editores Universitários e Escolas Politécnicas do Equador (REUPDE):

espera-se que em curto espaço de tempo o Equador, mediante sua própria associação, a qual está próxima de ser eleita, possa gozar dos benefícios que atualmente têm alcançado México, Brasil e Colômbia e se junte a eles. (REUPDE, 2015, tradução da autora⁴⁴).

Algumas ações realizadas por estas três associações em parceria com a EULAC estarão descritas ao longo deste capítulo.

4.5 PUBLICAÇÕES QUE INFLUENCIAM AS AÇÕES DA EULAC

Em 2006, o CERLALC, em parceria com o Instituto Internacional Para a Educação Superior na América Latina e Caribe (IESALC), produziu a obra *Las editoriales universitarias en América Latina*, um importante estudo sobre a editoração acadêmica na região. O documento, que reúne três estudos detalhados, com conteúdo histórico e dados estatísticos, para traçar um perfil da produção das editoras universitárias latino-americanas e apontar algumas perspectivas, foi fundamental para nortear o planejamento das atividades da EULAC.

A estratégia que tem permitido uma maior visibilidade do trabalho editorial acadêmico e universitário considera as diversas modalidades e formatos editoriais da atualidade, tendo como princípio fundamental a possibilidade que a edição universitária tem de propor caminhos para que o que produz alcance o pedagógico e chegue à sala de aula e ao leitor de forma dinâmica e eficiente. A conquista alcançada com o “Estudo da atividade editorial universitária na América Latina” [capítulo do livro], em associação com o Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC), faz com que sejam tangíveis as ideias de crescimento. (CÓRDOBA RESTREPO, 2015, p. 3, tradução da autora⁴⁵).

44 esperando que en corto tempo el Ecuador, mediante su propia asociación próxima a elegirse, se les una y pueda gozar de los beneficios que actualmente han logrado México, Brasil y Colombia. (REUPDE, 2015)

⁴⁵ La estrategia que ha permitido una mayor visibilidad del trabajo editorial académico y universitario considera las diversas modalidades y formatos editoriales de la actualidad, teniendo como principio fundamental que la edición universitaria es la posibilidad de proponer caminos para que aquello que produce alcance lo pedagógico y llegue al aula y al lector de forma dinámica y eficiente. El logro alcanzado con el “Estudio actividad editorial universitaria en América Latina”, en asocio con el Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe (Cerlalc), hace posible que puedan hacerse tangibles las ideas de crecimiento. (CÓRDOBA RESTREPO, 2015, p. 3, tradução da autora)

Em 2012, a EULAC lançou sua primeira publicação em conjunto com ABEU, ASEUC e AlTexto, o livro *Edición universitaria en América Latina: debates, retos e experiencias*, que reúne artigos em espanhol, português e inglês. Os textos são de autoria de profissionais de renome no cenário editorial acadêmico da América Latina e dos Estados Unidos e está dividido em duas partes – Tendências Editoriais e Edição Universitária na América Latina. Na primeira parte são tratados temas como leitura e formação do leitor, conteúdo de acesso aberto e publicação comercial, produção científica na América Latina, *creative commons*⁴⁶ na região, dilemas globais na formação das editoras universitárias, acesso aos repositórios institucionais e desafios da edição universitária. Na segunda parte são apresentados diagnósticos da edição universitária na Argentina, no Brasil, na Colômbia e no México, finalizando com um artigo que aborda os desafios para a socialização do conhecimento a partir das editoras acadêmicas. A versão em PDF deste livro está disponível para *download* no site da ABEU⁴⁷.

Recentemente, a EULAC lançou dois editais para publicação de obras coletivas com participação dos associados: *Jergario latinoamericano ilustrado* e *De libros, conocimiento y otras adicciones*. O primeiro visou a produção de um glossário lúdico e engenhoso de modismos e vocábulos representativos dos diferentes países da América Latina, “uma degustação da riqueza e diversidade dos distintos sabores de nossas línguas” (EULAC, 2016, online). A associação solicitou a cada membro o envio de um pequeno texto, escrito de forma lúdica, contendo um termo ou expressão usual em sua região, típico e reconhecido como parte da linguagem popular, acompanhado de uma ilustração (produzida por um artista, caricaturista ou ilustrador).

O segundo projeto reuniu as experiências profissionais dos diversos atores da edição universitária latino-americana, a fim de elaborar uma radiografia qualitativa que ofereça uma visão global da importância do trabalho dentro das instituições de ensino superior, na divulgação do conhecimento e na difusão da cultura. Para isto,

⁴⁶ *Creative Commons (CC)* é uma entidade sem fins lucrativos criada para permitir maior flexibilidade na utilização de obras protegidas por direitos autorais. A ideia é fazer com que um autor/criador possa permitir o uso mais amplo de seus materiais por terceiros, sem que estes o façam infringindo as leis de proteção à propriedade intelectual. Com uma licença *Creative Commons*, um escritor pode disponibilizar um artigo e permitir que outros autores o utilizem, seja publicando em outros meios, seja aplicando parte do conteúdo em um novo texto, seja utilizando o original, mas efetuando mudanças. Disponível em: <<http://www.infowester.com>>.

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.abeu.org.br/farol/abeu/Servicos/publicacoes/livros-publicados-pela-abeu/edicion-universitaria-en-america-latina--debates,-retos,-experiencias/107>>.

Ambas as publicações foram lançadas na Feira Internacional do Livro de Guadalajara de 2016 e foram postas à venda, ao passo que a versão digital foi disponibilizada gratuitamente para consulta no site da EULAC e das associadas que desejassem.

Segundo a presidente da EULAC, a iniciativa fortalece os vínculos e a identidade das editoras universitárias latino-americanas:

Queremos que a voz de todos seja ouvida e que todos façam parte deste grande projeto impulsionado pela EULAC para fortalecer os vínculos de colaboração entre os integrantes desta associação e dar maior identidade e visibilidade ao nosso setor. Além disso, [as obras] nos representarão na comemoração do 30º aniversário da FIL Guadalajara, uma vez que a América Latina é a convidada de honra. (MITASTEIN, 2016, online, tradução da autora⁴⁸).

4.6 PORTAL VISIBILIDADE E CONHECIMENTO

Há alguns anos a EULAC já discutia a formação de um Mercado Comum do Livro Universitário na América Latina (NATËRCIA, 2008). Esse objetivo foi em parte alcançado e até expandido com a criação do Portal Visibilidade e Conhecimento⁴⁹, uma plataforma tecnológica criada para sistematizar a produção editorial universitária, sobretudo os textos científicos, sob uma perspectiva regional. O projeto visa melhorar a promoção e circulação das publicações das instituições de ensino superior na América Latina através de um grande catálogo conjunto, pretendendo, assim, expandir o conhecimento – e reconhecimento – da ciência da América Latina e possibilitando a discussão, o debate e a reflexão. Um dos objetivos fundamentais é constituir uma dinâmica integradora em que as produções universitárias possam se conectar e “conversar”, graças a um sistema de metadados e às funcionalidades da própria plataforma tecnológica.

A plataforma foi produzida por decisão da Assembleia Geral da EULAC e do Comitê Diretor 2009-2011, juntamente com as redes REUN (Argentina), ABEU (Brasil), ASEUC (Colômbia) e ALTEXTO (México), a partir de informações fornecidas

⁴⁸ *Queremos que la voz de todos sea escuchada y que todos sean parte de este gran proyecto impulsado por EULAC para fortalecer los vínculos de colaboración entre los que integramos esta asociación y dar una mayor identidad y visibilidad a nuestro sector. Además nos representarán en la celebración del 30 aniversario de FIL Guadalajara, ya que América Latina es la invitada de honor.* (MITASTEIN, 2016, online, tradução da autora)

⁴⁹ *Visibilidad y Conocimiento*, no original em espanhol.

pelas editoras universitárias latino-americanas. O trabalho teve início em 2012. Segundo Juan Córdoba-Restrepo, presidente da EULAC no período da implantação do portal, a ideia nasceu do interesse dos integrantes de realizar algo que consideravam fundamental, mas trouxe também “o desafio de planejar, desenvolver, pôr em funcionamento e transcender os âmbitos locais e nacionais das associações de editores em direção a um projeto regional” (CÓRDOBA-RESTREPO e HURTADO, 2015, p. 36, tradução da autora⁵⁰).

Atualmente, o projeto conta com a participação de 59 universidades de sete países – Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, México e Panamá. Pesquisa publicada na Revista *Tendência Editorial* (CÓRDOBA-RESTREPO e HURTADO, 2015) aponta que, entre 2014 e 2015, houve um crescimento de 132% no número de universidades participantes do portal. Estas disponibilizavam 1752 títulos em 2014, e no ano seguinte 2555, resultando em um aumento de 44%. Em relação ao número de usuários da plataforma, a pesquisa mostra um acréscimo de 236,49% entre os anos analisados, e de 314,34% na quantidade de acessos. A pesquisa também revelou que grande parte das visitas ao portal provém de países que não fazem parte da América Latina, como Rússia, Estados Unidos, China e Espanha.

TABELA 1 – NÚMERO DE ACESSOS AO PORTAL VISIBILIDADE E CONHECIMENTO POR PAÍS, NOS PRIMEIROS 9 MESES DE 2015, SEGUNDO INFORMAÇÕES DO GOOGLE ANALYTICS.

N.º	País	Visitas	% Visitas
1.	Colômbia	1978	20,77
2.	Rússia	1911	20,07
3.	Estados Unidos	1351	14,19
4.	No definido	699	7,34
5.	México	604	6,34
6.	Argentina	331	3,48
7.	Brasil	314	3,30
8.	China	233	2,45
9.	Perú	181	1,90
10.	Espanha	137	1,44

FONTE: CÓRDOBA RESTREPO e HURTADO (2015).

⁵⁰ *El reto de diseñarla, desarrollarla, ponerla en operación y transcender los ámbitos locales y nacionales de las asociaciones de editores a un proyecto regional.*

Esses dados se devem, entre outros fatores, ao eficaz sistema de metadados, que permite buscas avançadas e específicas, com as seguintes categorias:

1. Editora
2. Editora associada
3. Idioma
4. Idioma associado
5. Tamanho
6. Formato
7. Outro formato
8. Disponibilidade
9. Universidade
10. Universidade associada
11. Título
12. ISBN/ISSN (impresso)
13. ISBN (e-book)
14. Data da edição
15. Página de rosto
16. Número de páginas
17. Preço
18. Moeda
19. Moeda associada
20. Descrição
21. Conceitos-chave associados
22. Grupo de investigação
23. Categoria
24. Categoria associada
25. Autores
26. Nomes e sobrenomes
27. E-mail do autor
28. Perfil acadêmico
29. Perfil profissional
30. Fotografia do autor
31. País

32. Cidade.

Algumas destas categorias podem conter grupos de submetadados definidos. Uma das características do sistema é permitir as buscas específicas por algumas destas variáveis, o que constitui uma ferramenta útil para a recuperação e análise da informação.

Um dos aspectos que se procurou trabalhar foram as ações de desenvolvimento e evolução permanente do sistema. No início, o sistema do portal só permitia que as editoras participantes incluíssem a informação de seus títulos para alimentar a base de dados. Muitas funcionalidades do sistema de ingresso de dados foram otimizadas e melhoradas pelo provedor tecnológico de serviços. Outros aspectos ainda necessitam de melhorias, e se pode afirmar que a plataforma está (e estará) em processo constante de consolidação. Mas a iniciativa tem atingido seu intuito inicial: “transcender a mera visão de catálogo editorial regional – o que já é um ganho muito significativo – e apontar para uma dinâmica integradora” (CÓRDOBA-RESTREPO e HURTADO, 2015, p. 36, tradução da autora⁵¹)

4.7 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A participação da EULAC e de seus membros em feiras de livro e demais eventos literários tem sido cada vez mais frequente, pelo fato destas representarem um espaço propício para intercâmbio comercial e intelectual, atualização de conhecimentos sobre a área e oportunidade de internacionalização do trabalho e de fortalecimento da cultura latino-americana.

Além das assembleias gerais e reuniões internas, a EULAC participa todos os anos da Feira Internacional do Livro de Guadalajara (FIL), no México, a maior e mais importante da América Latina. Em 2004, realizou-se na FIL o I Foro Internacional de Edição Universitária⁵², que em 2016 estava em sua sétima edição, a qual abordou o tema “aspectos fundamentais que permitam contar com novos elementos para entender as dinâmicas atuais deste setor na América Latina e revisar as oportunidades de crescimento a nível global” (FIL, 2016, online, tradução da

⁵¹ *Trascender la mera visión de catálogo editorial regional —lo que de hecho ya es un logro muy significativo— y apuntarle a una dinámica integradora.* (CÓRDOBA-RESTREPO e HURTADO, 2015, p. 36, tradução da autora

⁵² Disponível em: <http://www.fil.com.mx/act_nego/fieu.asp>.

autora⁵³). As palestras e oficinas tiveram como temas: “A edição universitária em análise”, “A editora, o distribuidor, a livraria e a biblioteca: sinergias internas”, “Critérios de licenciamento para operar na Internet (outros modelos de negócios)”, “Políticas universitárias x políticas editoriais” e “Melhores conteúdos, maior prestígio: aquisição de originais, avaliação e rankings”.

Também na FIL, entre os anos de 2011 e 2013, aconteceu a Reunião de Editores Universitários Latino-americanos⁵⁴, organizada pela Editora da Universidade de Guadalajara, juntamente com a EULAC. No primeiro ano, o mote foi “Rumo à livre circulação do livro acadêmico e universitário na América Latina”. No segundo ano, as discussões foram sobre “desenvolver estratégias conjuntas para ampliar a visibilidade do livro acadêmico e universitário e melhorar o trabalho que editoras realizam a favor do conhecimento e sua difusão”. No terceiro ano, além de palestra sobre “acesso aberto e trabalho acadêmico”, deu-se uma revisão do estatuto da EULAC.

Outro evento de grande porte de que a EULAC participa é a Feira do Livro de Frankfurt, na Alemanha, considerada a maior feira literária do mundo, onde editoras dos mais variados países e segmentos se fazem presentes. Desde o ano de 2013, acontece na Feira a Convenção Internacional de Editoras Universitárias⁵⁵, que em 2015 reuniu mais de 250 profissionais da editoração acadêmica de 22 países. Segundo informação oficial, a Convenção surgiu de uma iniciativa das redes de editoras universitárias latino-americanas:

Nascida como uma iniciativa das redes da América Latina, incluindo editoras universitárias e a Feira do Livro de Frankfurt, a Convenção Internacional é uma oportunidade em nível mundial para apresentar e criar interação entre redes de editoras nacionais e regionais e oferece uma plataforma para discussão de assuntos comuns da publicação acadêmica. A Convenção estabelecerá um ponto de encontro para a troca de ideias e reflexões, envolvendo tópicos relevantes da editoração universitária, como: práticas comuns de troca de experiências, comercialização, coedição, registro de licença, disseminação de informação no mundo acadêmico, etc. (BOOK FAIR OF FRANKFURT, 2016, online, tradução da autora⁵⁶).

⁵³ (...) aspectos fundamentales que permitan contar con nuevos elementos para entender las situaciones dinámicas actuales de este sector en América Latina, y revisar las oportunidades de crecimiento a nivel global. (FIL, 2016, online, tradução da autora).

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Disponível em: <<http://buchmesse.de/en/fbf/01537/>>.

⁵⁶ Born as an initiative of Latin American networks including university presses and the Frankfurt Book Fair, the International Convention is a worldwide opportunity to present and create interaction among national and regional networks of University Presses, and to provide a platform for discussions on common issues in academic publishing at international level.

Ação conjunta da EULAC junto à ABEU, ASEUC e Alttexto foi a realização do I e II Fórum Ibero-americano de Editores Universitários, ocorridos em 2009 e 2011 em Maceió, Alagoas/BR. Este último teve como tema “intercâmbio e integração das editoras universitárias ibero-americanas”, com o objetivo de definir estratégias para ampliar e fortalecer a interação entre as editoras ibero-americanas, além de promover a troca de experiências. O CERLALC esteve presente na reunião.

A agenda comum ibero-americana pretende consolidar uma "Rede das redes de editoras" para estimular, dar visibilidade e difundir a produção do conhecimento. Para tanto, quer estabelecer ações que melhorem a atividade editorial, tais como a revisão de possíveis financiamentos para projetos de pesquisa, o livre trânsito do livro acadêmico, o Português e o Espanhol como línguas oficiais da região. E mais: a realização de um censo regional de associações, o estímulo à coedição e a elaboração de convênio para a participação coletiva nas Feiras de Bogotá, São Paulo, Guadalajara, Frankfurt e Buenos Aires. (ABEU, 2011, s.p.).

A EULAC também participa de eventos promovidos pela AAUP e apoia os eventos promovidos pelos seus associados, sobretudo pelas associações de editoras. Além disso, incentiva seus membros a estarem presentes nos eventos uns dos outros, fisicamente ou enviando obras para exposição ou venda em estande coletivo.

4.8 A EULAC EM NÚMEROS

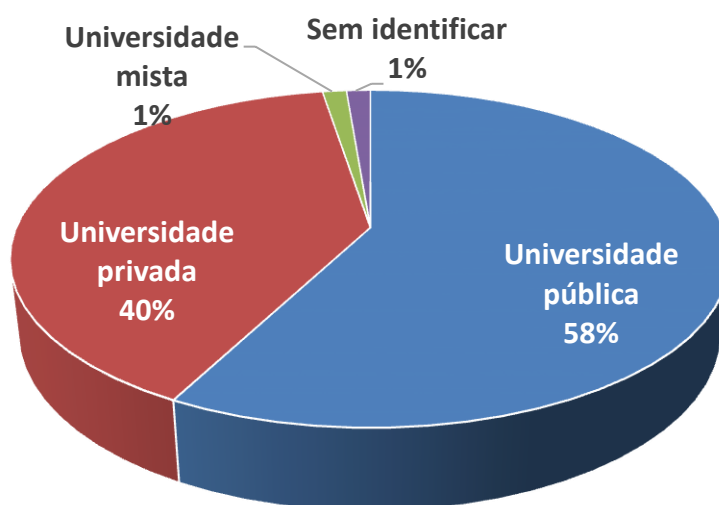
Nesta seção são demonstrados dados quantitativos e estatísticos sobre a EULAC, resultado de estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) juntamente com o CERLALC, em 2014, apresentado durante a Reunião Anual da ABEU no ano de 2016. Os índices contribuem para uma melhor compreensão do perfil das editoras associadas à EULAC.

Natureza jurídica das universidades: há uma considerável vantagem no número de editoras associadas de origem pública, sendo estas 58% do total, ao

The Convention will establish a meeting point for the exchange of ideas and reflection, where relevant topics of academic publishing are engaged, such as: common practices of the exchange of experience, commercialization, co-edition, license trade, information dissemination in the academic world, etc. (BOOK FAIR OF FRANKFURT, 2016, online, tradução da autora⁵⁶).

passo que 40% pertencem a uma universidade privada e 1% a uma universidade de caráter misto. Estes dados acompanham os índices do número de matrículas na educação superior nas IES latino-americanas, que apresentam uma vantagem no ensino público (GAZZOLA, 2008), ainda que o setor privado venha ganhando espaço nos últimos anos. Acrescenta-se que as editoras universitárias em geral fazem parte de instituições que realizam pesquisa, e a maior parte da produção científica na região vem de instituições públicas e renomadas.

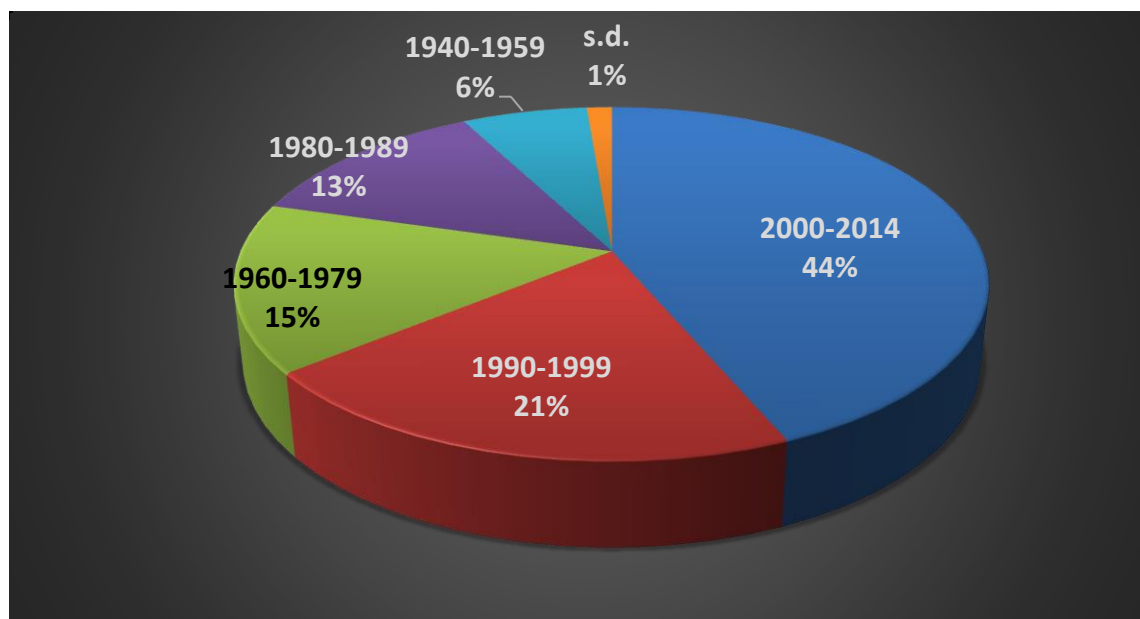
GRÁFICO 3 – NATUREZA JURÍDICA DAS IES.



FONTE: CERLALC/EULAC, 2016.

Ano de fundação: a maioria das editoras associadas possui origem recente. O estudo apontou que 6% delas tiveram origem entre os anos 1940-1959, 15% entre 1960-1979, 13% em 1980-1989, 21% entre 1990-1999 e 40% de 2000 a 2014. Nota-se que o *boom* na fundação das editoras ocorreu após o período de reformas universitárias nos países latino-americanos e coincide com o momento em que estes adotaram um modelo endógeno de pós-graduação, com a formação local de pesquisadores. Também coincide com o período de expansão e fortalecimento da pós-graduação e pesquisa, em que o número de doutorados quadruplicou (BALÁN, 2008).

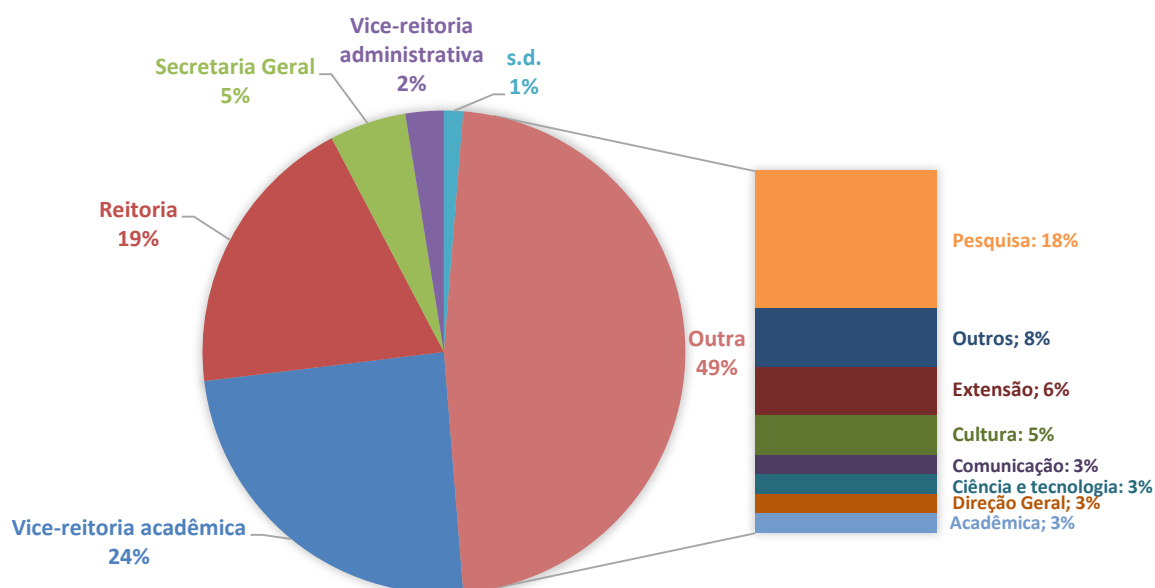
GRÁFICO 4 – ANO DE FUNDAÇÃO DAS EDITORAS.



FONTE: CERLALC/EULAC, 2016.

Vinculação hierárquica: grande parte das editoras está vinculada à vice-reitoria acadêmica. Elas representam 24%, seguidas das 19% vinculadas à reitoria, 5 à secretaria geral e 2% à vice-reitoria administrativa. Interessante notar que quase metade das associadas, 49%, estão vinculadas a outro tipo de hierarquia, sendo 18% ligadas à pesquisa, 6% à extensão, 5% à cultura, 3% a setores de comunicação, 3% à ciência e tecnologia; 3% à direção geral, 3% ao setor acadêmico, e 8% a hierarquia diferente das descritas. Estes dados estão relacionados à diversidade institucional (diferentes tipos de IES, tanto no setor público quanto privado) presente na região, que resulta em diferentes políticas institucionais e nas “dinâmicas próprias dos diferentes arranjos institucionais que essa diversidade conforma” (DURHAM e SAMPAIO, 2000, p. 12).

GRÁFICO 5 – VINCULAÇÃO HIERÁRQUICA DAS EDITORAS.



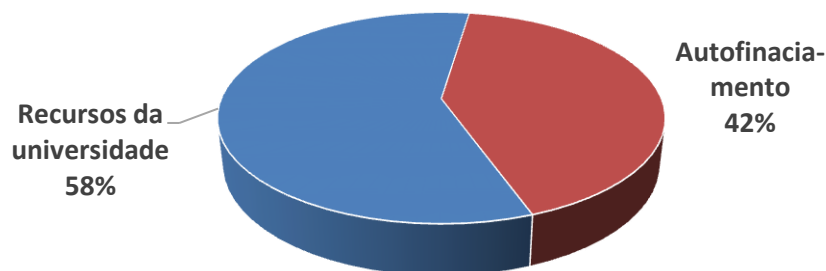
FONTE: CERLALC/EULAC, 2016.

Outras características:

- 86% das editoras associadas possuem regulamento próprio;
- 88% têm políticas próprias;

Distribuição do orçamento: os dados mostram que as editoras universitárias ainda enfrentam dificuldades para se autossustentarem. Em média, 58% de seu orçamento provêm de recursos da universidade. Tais números corroboram a afirmação de Córdoba-Restrepo (apud NATÉRCIA, 2008) de que as editoras latinas estão mais centradas na academia do que no mercado, diferentemente do que ocorre na América do Norte e na Europa. Nos últimos anos este tema tem sido pauta de discussões nas associações de editoras universitárias e na própria EULAC, resultando na elaboração de estratégias e ações voltadas à divulgação, distribuição e venda das obras.

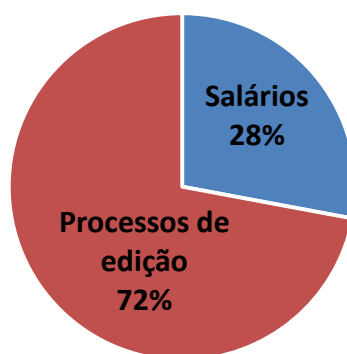
GRÁFICO 6 – ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS.



FONTE: CERLALC/EULAC, 2016.

A distribuição do orçamento ocorre com os seguintes valores: 72% para investimento com processos de edição das obras e 28% com o salário dos profissionais da editora. Ao mesmo tempo em que essa porcentagem reflete um alto investimento nos processos de editoração, o que contribui para uma melhor qualidade das publicações, é sabido que a maior parte das editoras necessita de mais funcionários na equipe e de melhores condições estruturais para acompanhar as demandas (ROCHA, 2014).

GRÁFICO 7 – DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO.



FONTE: CERLALC/EULAC, 2016.

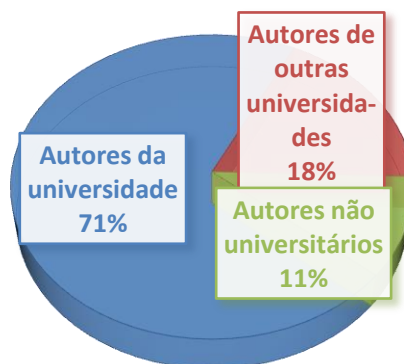
Recursos humanos:

- 59% dos profissionais das editoras atuam na área de produção; 36% na área administrativa e 5% em outras áreas.
- Os principais profissionais das editoras associadas são:
 - 1) Diretor editorial – 75% são efetivos, 20% contratados e 5% não possuem;
 - 2) Coordenador – 61% são efetivos, 19% contratados e 20% não possuem;

- 3) Assistente – 48% são efetivos, 27% contratados e 24% não possuem;
- 4) Secretário (a) – 66% são efetivos, 10% contratados e 24% não possuem;
- 5) Corretores de estilo – 28% são efetivos, 63% contratados e 8% não possuem;
- 6) Diagramadores/ programadores visuais – 53% são efetivos, 40% contratados e 7% não possuem;
- 7) Outras funções: 37% são efetivos, 43% contratados e 20% não possuem.

Autores: a maior porcentagem dos autores que publicam pelas editoras-membro da EULAC pertence à mesma universidade, 71% (seja professores, técnicos, pós-graduandos ou demais pesquisadores), enquanto 18% dos autores pertence a outra instituição e 11% não são universitários. Este é outro dado dual: por um lado, reflete o incentivo e investimento da instituição em sua comunidade acadêmica; por outro lado, revela certo grau de endogenia, que traz limitações e prejuízo à comunidade científica. “Esta tendência é, em parte, consequência de estarmos imersos em uma cultura institucional universitária individualista, isolacionista, fragmentada, conservadora e com tradição de eximir-se de responsabilidades” (TRÉSPIDI, 2011, p. 119, tradução da autora⁵⁷).

GRÁFICO 8 – INSTITUIÇÃO A QUE OS AUTORES ESTÃO VINCULADOS.



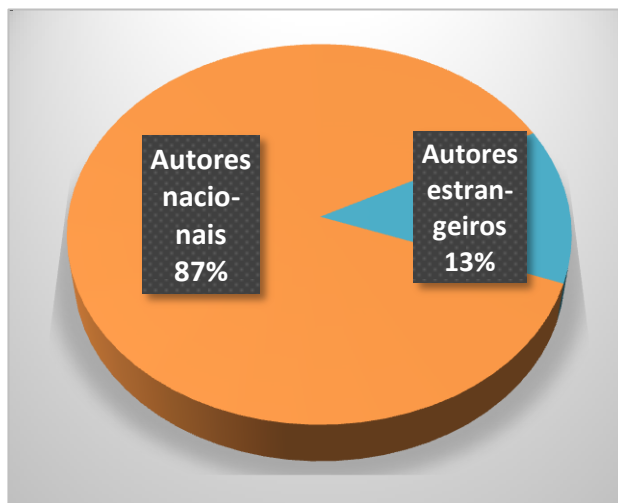
FONTE: CERLALC/EULAC, 2016.

Dentre eles, 87% são do mesmo país onde publicam e 13% são estrangeiros. Neste ponto, é possível visualizar o baixo grau de internacionalização da produção científica, que é baixo inclusive entre os países da região, cuja maioria fala a língua hispânica não tem a barreira do idioma. Segundo Balán (2000, p. 11)

⁵⁷ Esta tendencia es, en parte, produto de estar inmersos en una cultura institucional universitaria individualista, aislacionista, fragmentada, conservadora y con tradición de eximirse de responsabilidades. (TRÉSPIDI, 2011, p. 119, tradução da autora)

comparadas a outros países, as universidades latino-americanas têm proporções baixas de professores e estudantes estrangeiros, raras vezes levam em conta os padrões internacionais na avaliação de procedimentos ou resultados, são deficitárias no treinamento e uso de idiomas estrangeiros (particularmente, do inglês) e prestam pouca atenção ao impacto que as reformas de outros sistemas (como o chamado processo de Bolonha) podem acarretar para elas (BALÁN, 2000, p. 11)

GRÁFICO 9 – NACIONALIDADE DOS AUTORES.



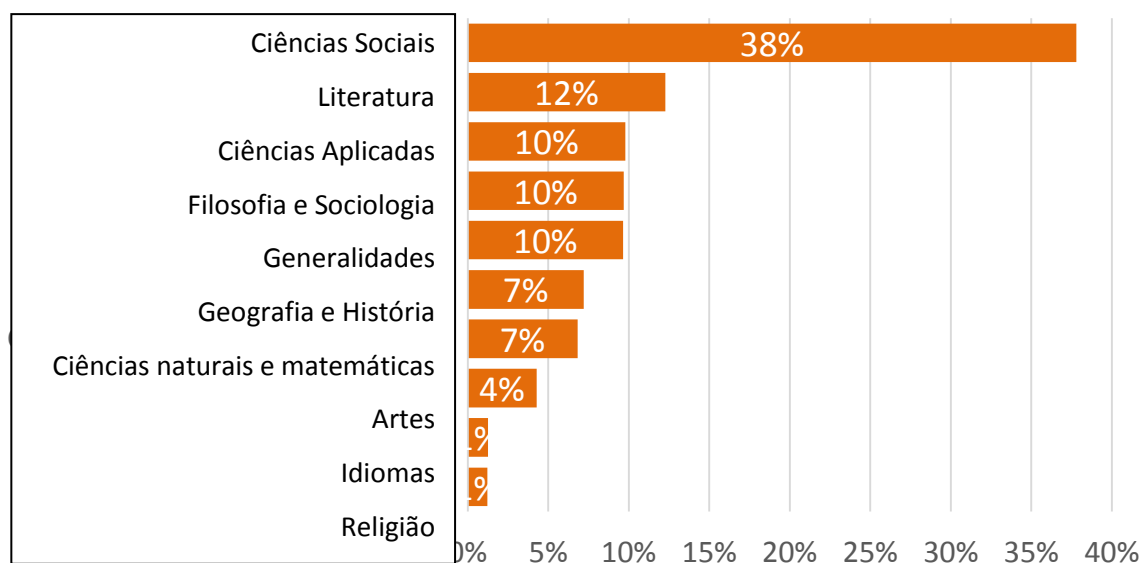
FONTE: CERLALC/EULAC, 2016.

Publicação de livros:

- Em 2014 (ano de referência da pesquisa), foram editados 2099 títulos;
- Destes títulos, foram 1.1 milhão de livros impressos e 926 livros digitais.

Distribuição de livros por matérias: a área de Ciências Sociais é a que mais obtém publicações, 38%, seguida da Literatura, com 12%. Ciências Aplicadas, Filosofia e Sociologia e Generalidades obtiveram 10% cada; Geografia e História e Ciências Naturais e Matemática representaram 7% cada. Artes obteve 4% e Idiomas e Religião 1% cada. Essa grande "vantagem" das ciências humanas na produção editorial universitária, perceptível não apenas na América Latina, existe porque "nas áreas de exatas e tecnológicas, se difunde por meio de periódicos especializados e indexados. Apenas nas áreas das humanidades a forma preferencial de divulgação de pesquisa é o livro" (FRANCHETTI, 2008, online). As disciplinas relacionadas à área biológica e da saúde também têm seus textos publicados preferencialmente em periódicos científicos.

GRÁFICO 10 – DISTRIBUIÇÃO DOS TÍTULOS POR ÁREA.

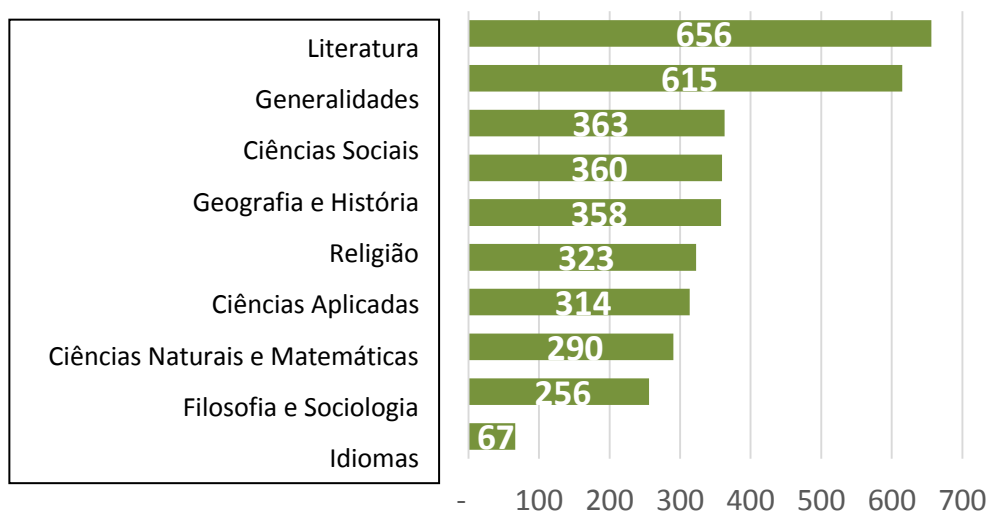


FONTE: CERLALC/EULAC, 2016.

A média de exemplares por matéria é a seguinte: 656 em Literatura, 615 em Generalidades, 363 em Ciências Sociais, 360 em Geografia e História, 358 em Religião, 323 em Ciências Aplicadas, 314 em Ciências Naturais e Matemáticas, 290 em Filosofia e Sociologia, 256 em idiomas e 67 em Artes.

Nota-se que esta média difere da porcentagem. Esse fato ocorre porque, mesmo que se publiquem mais títulos sobre determinada área, a quantidade de impressões pode ser menor que uma área que publique menos títulos. É o que acontece com a área de Ciências Sociais, por exemplo, apresentada como a área em que mais se publicam títulos, mas que possuem tiragens menores que as de Literatura e Generalidades.

GRÁFICO 11 – MÉDIA DE EXEMPLARES POR ÁREA.

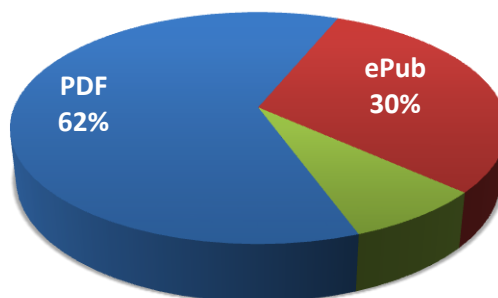


FONTE: CERLALC/EULAC, 2016.

Livros digitais: os livros produzidos em formato digital podem ser de diferentes tipos. O PDF ainda ocupa a primeira posição nas publicações universitárias (62%), mas vem perdendo espaço para o e-pub (30%), que permite maior interatividade com o usuário, e o Mobi (8%). Até o presente momento, a maior parte dos textos eletrônicos existentes desde o ensino fundamental até a pós-graduação possui formato PDF, que constitui basicamente na “digitalização” do documento – tem a mesma aparência do impresso, porém está na tela de um computador ou dispositivo de leitura.

A popularização do PDF está ligada ao fato de que não há custo para conversão do texto nesse formato, diferentemente do que ocorre com outros formatos, como o e-pub, também bastante utilizado para formatação de livros (PROCÓPIO, 2010). Nos arquivos em PDF, a rolagem e a falta de marcadores espaço-temporais das versões digitais (elementos que auxiliam a memória e compreensão de leitura) podem prejudicar o desempenho de leitura (MANGEN, WALGERMO e BRONNICK, 2013). Ainda assim, o documento em PDF apresenta maior possibilidade de interação com o leitor do que os arquivos não digitalizados.

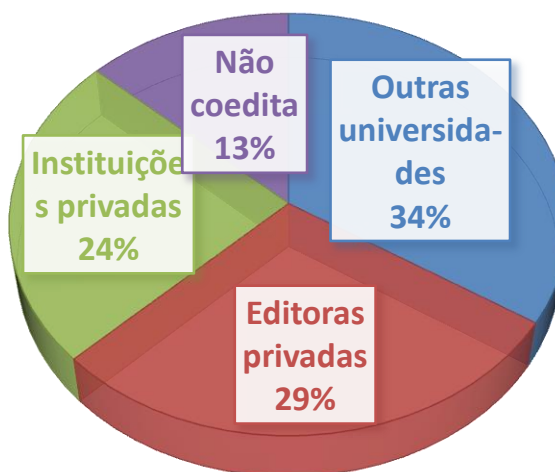
GRÁFICO 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS LIVROS DIGITAIS SEGUNDO O FORMATO.



FONTE: CERLALC/EULAC, 2016.

Coedição: publicar em coedição é prática da maioria das editoras associadas à EULAC, sendo que apenas 13% não trabalham com esta modalidade. 34% fazem coedição com outras universidades, 29% com editoras privadas e 24% com instituições privadas. Esta prática contribui para o trabalho conjunto e a troca de experiências, além de facilitar o processo de distribuição e venda das obras. A importância da coedição faz dela item de discussão nos maiores eventos do setor editorial universitário do mundo (BOOK FAIR OF FRANKFURT, 2016; ABEU, 2011).

GRÁFICO 13 – PORCENTAGEM DE COEDIÇÃO.



FONTE: CERLALC/EULAC, 2016.

Outros apontamentos:

- 87% das editoras associadas registram seus títulos com ISBN;

- 81% não registra a edição de livros com DOI⁵⁸.

O ISBN (*International Standard Book Number*) é um sistema que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país e a editora, individualizando-os inclusive por edição. Em pesquisa realizada no ano de 2004, Richard Uribe verificou que as universidades latino-americanas representavam cerca de 5% do total de pessoas e empresas que registraram livros nas agências nacionais ISBN. Segundo este pesquisador, existe um número de universidades que não estão cadastradas nas agências ISBN, situação que varia entre os países, que seria causada pelo desconhecimento dos benefícios que o sistema traz aos usuários.

O ISBN permite a presença nos repertórios integrados para venda na iberoamérica e o acesso aos códigos de barra indispensáveis para a comercialização dos livros em livrarias, papelarias e grandes plataformas, entre outros. Assim, garante-se que a obra inserida no sistema tenha um mínimo de difusão (URIBE, 2006, p. 34-35).

TABELA 2 – EDITORAS DOS PAÍSES PERTENCENTES À EULAC QUE REGISTRARAM TÍTULOS DE ISBN (ANO DE REFERÊNCIA: 2014).

PAÍS	NÚMERO DE EDITORAS	NÚMERO DE TÍTULOS*
Argentina	73	2.078
Brasil	149	4.850
Chile	46	675
Colômbia	125	2.994
Costa Rica	14	344
Equador	46	736
Guatemala	5	101
Honduras	2	17
México	144	4.666
Peru	60	665
República Dominicana	7	42
Venezuela	37	352

FONTE: CERLALC/EULAC, 2016.

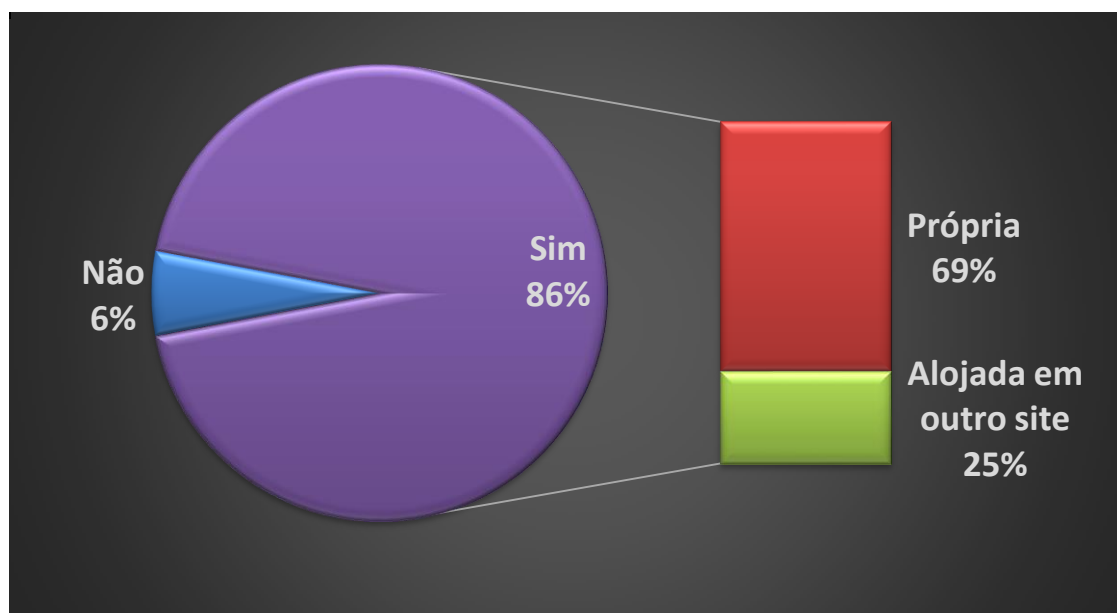
⁵⁸ O DOI (*Digital Object Identifier*) é um sistema para localizar e acessar materiais na web – especialmente, publicações em periódicos e obras protegidas por copyright, muitas das quais localizadas em bibliotecas virtuais. Foi desenvolvido recentemente pela Associação de Publicadores Americanos (AAP) com a finalidade de autenticar a base administrativa de conteúdo digital, atribuindo um número único e exclusivo a todo e qualquer material publicado (textos, imagens, etc). Disponível em: <<http://www.doi.org/>>.

Visibilidade: o uso de mecanismos e estratégias de visibilidade das publicações é prática de 86% das editoras. Destas, 69% utilizam site próprio ou da instituição de que fazem parte e 25% utilizam outro site. 51% medem os índices de consulta de suas publicações e 67% consideram muito importante a avaliação comercial.

Segundo Nascimento (2009), a *homepage* ou o *site* da editora corresponde ao seu catálogo eletrônico, pois é constituído pelas mesmas informações do catálogo impresso, porém, é mais eficiente, direto e possui baixo custo, permitindo a interatividade. A autora acredita que o discurso das editoras acadêmicas acerca das estratégias de comunicação e as manifestações concretas nesse sentido, expressas na prática por meio de catálogos, *homepages*, assessoria de imprensa e *e-mail*, *marketing* das produções acadêmicas convergem para uma tentativa penetração no mercado.

É possível considerar que o fato de que mais da metade das editoras que utilizam sites como estratégia de divulgação acompanha os índices de consulta de suas publicações revela uma preocupação com o alcance do trabalho de divulgação e comunicação.

GRÁFICO 14 – VISIBILIDADE DA EDITORA ATRAVÉS DE PÁGINA ONLINE.



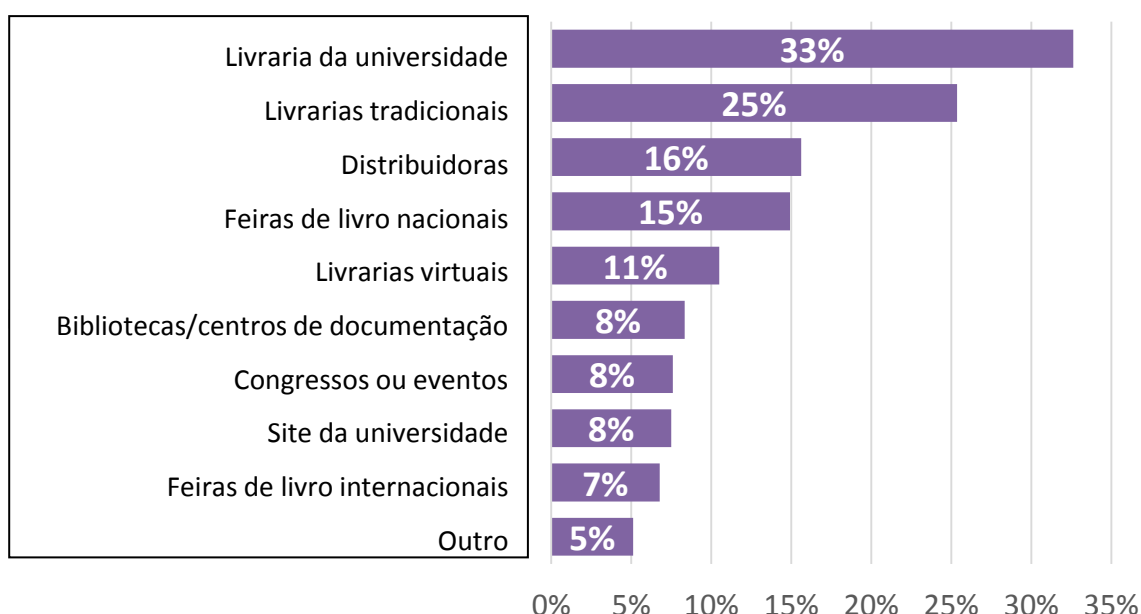
FONTE: CERLALC/EULAC, 2016.

Vendas e distribuição: os dados mostram que as editoras universitárias ainda encontram dificuldades no que se refere à venda e distribuição. Apenas 33% possuem livraria no campus, 25% vendem para livrarias tradicionais, 16% vendem

para distribuidoras, 15% para eventos nacionais do setor livreiro, 11% para livrarias virtuais, 8% para bibliotecas ou centros de documentação, 8% em congressos ou evento, 8% em site da universidade, 7% em eventos literários internacionais e 5% em algum canal diferente dos descritos.

A baixa quantidade de livrarias não é um fenômeno exclusivo do segmento universitário. De acordo com Nascimento (2009), existem hoje mais editoras produzindo livros no Brasil do que livrarias para distribuí-los, e as vendas pela internet têm feito aumentar essa disparidade. No contexto das editoras universitárias, a falta de recursos destinados ao setor editorial e os entraves burocráticos contribuem para dificultar a expansão das livrarias no campus.

GRÁFICO 15 – CANAIS DE VENDA OU DISTRIBUIÇÃO UTILIZADOS PELAS EDITORAS.



FONTE: CERLALC/EULAC, 2016.

Há que se considerar também que a dificuldade das editoras universitárias com a distribuição das obras se deve em parte à falta de investimentos em publicidade. “Uma editora grande, como a Artmed, por exemplo, pode gastar em publicidade num mês mais do que orçamento anual da editora da UERJ. Além disso, uma produção de vinte títulos por ano não desperta o interesse de uma grande distribuidora” (SOUZA, 2007). Nesse sentido, a elaboração de uma boa capa e de um texto de quarta-capa eficiente, bem como a visita de livrarias para a demonstração do catálogo da editora podem atuar como ferramentas econômicas

para promover os livros acadêmicos e alavancar o número de distribuição e vendas (NASCIMENTO, 2009).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados desta pesquisa demonstram que, de acordo com Bourdieu, o campo editorial universitário vem-se legitimando, por meio de critérios e de valores próprios, constituindo práticas e regulamentos nas instituições de ensino superior. Há uma estreita relação entre a produção editorial universitária e o desenvolvimento da pós-graduação e pesquisa nas IES, pois, quanto mais a comunidade acadêmica divulga sua produção através de livros e periódicos científicos, o que é feito através do trabalho das editoras universitárias, mais estímulo à leitura e à pesquisa há, resultando em um círculo virtuoso. Não é por acaso que, na América Latina, onde as universidades existem desde o período colonial, a maior parte das editoras universitárias tenham sido criadas somente a partir da década de 1990, período em que teve início um movimento de expansão da pós-graduação na região.

Observa-se também a importância da EULAC no processo de desenvolvimento e crescimento das editoras universitárias e na formação de associações de editoras acadêmicas na região. A EULAC foi criada em 1987, antes do período de *boom* das editoras e antes do surgimento das maiores associações de editoras latino-americanas, como ABEU, ASEUC e ALTEXTO e tinha, entre outras, a função de “Estimular a formação de associações nacionais de editoras universitárias, atuando como coadjuvante no estabelecimento de relações editoriais entre elas”⁵⁹.

Percebe-se que o trabalho pioneiro desta associação contribuiu para nortear ações e políticas editoriais nos diferentes países. Com uma legislação organizada e atividades que incentivam a participação conjunta de suas associadas, a EULAC contribuiu para incentivar os profissionais envolvidos com o segmento editorial a formarem suas associações. Cada associação, por sua vez, estimula o aumento e a evolução de editoras universitárias locais e são modelo para a criação de outras associações.

Encabeçadas pela EULAC e mais recentemente por Brasil, México e Colômbia, as atividades conjuntas envolvendo editoras universitárias latino-americanas têm tomado maiores proporções e contribuído para o estreitamento de

⁵⁹ Cf. item 8 da lista na p. 76.

parcerias e idealização de projetos. Exemplos são a confecção de um livro voltado à editoração universitária, produzido em conjunto por estas associações e com participação de profissionais de diferentes países e a organização dos Fóruns Ibero-americanos de Editores Universitários, realizados no Brasil.

Os comitês formados para atuar nas linhas de ação da EULAC promovem o trabalho em equipe, a aproximação entre editoras-membro e entre associações membro, bem como a reflexão sobre os principais assuntos pertinentes ao meio editorial universitário e a busca conjunta por soluções e avanços.

O portal *Visibilidade e Conhecimento* se apresenta como uma moderna plataforma que visa melhorar a promoção e circulação das publicações das instituições de ensino superior na América Latina através de um grande catálogo conjunto, projetando o trabalho editorial da região para o mundo todo. A plataforma tem se constituído como uma eficiente ferramenta de internacionalização do conhecimento científico. Os dados revelam um alcance intercontinental do portal e um crescimento exponencial no número de instituições cadastradas e de usuários.

A recente publicação das coletâneas *De libros, conocimiento y otras adicciones* e *Jergario latinoamericano ilustrado* valoriza o setor editorial acadêmico regional. O primeiro apresenta uma radiografia qualitativa do trabalho dentro das instituições de ensino superior, na divulgação do conhecimento e na difusão da cultura. O segundo é um glossário lúdico de modismos e vocábulos representativos dos diferentes países da América Latina, com textos e ilustrações que mostram a riqueza da diversidade cultural.

A participação em feiras e eventos representa um elemento estratégico nas ações da EULAC, como espaço propício para intercâmbio comercial e intelectual, atualização de conhecimentos sobre a área e oportunidade de internacionalização do trabalho e de fortalecimento da cultura. Nos maiores eventos literários da região, como a Feira de Guadalajara, no México, há a realização de palestras, debates e oficinas voltados à produção editorial acadêmica. A EULAC apoia os eventos promovidos pelos seus associados, sobretudo pelas associações de editoras, e incentiva seus membros a estarem presentes nos eventos uns dos outros, fisicamente ou enviando obras para exposição ou venda em estande coletivo.

A iniciativa mais abrangente das editoras universitárias latino-americanas em feiras e eventos literários foi a de idealizar a Convenção Internacional de Editoras Universitárias, que tem reunido mais de 250 profissionais da editoração acadêmica

de 22 países na Feira do Livro de Frankfurt, a maior e mais importante em nível mundial. A Convenção estabelece um ponto de encontro para a troca de ideias e reflexões envolvendo tópicos relevantes da editoração universitária.

O cenário editorial universitário latino americano apresenta ainda inúmeros desafios, que são mais latentes nos países mais pobres da região, como baixa capacidade financeira, pouca ou nenhuma autonomia, modelo de gestão equivocado, política editorial ineficiente, quantidade insuficiente de profissionais, infraestrutura precária, endogenia, divulgação inadequada, entraves nos processos de distribuição e vendas, além dos problemas gerais existentes na educação superior. Contudo, as ações de apoio aos membros por parte da EULAC têm contribuído para mitigar este quadro.

A política de trabalho da associação tem atuado para integrar as editoras da região, formando uma estrutura de colaboração mútua, enfrentamento de desafios comuns e estabelecimento de parcerias. Estas ações precisam ter também o objetivo de encurtar a brecha que existe entre o pensamento acadêmico e a realidade social, histórica e cultural de uma sociedade (URIBE, 2006), pois um dos papéis das editoras universitárias é de contribuir para a socialização do conhecimento. Com base nessas conquistas e no esforço coletivo, a perspectiva para as próximas décadas é de que o trabalho conjunto se dinamize e dê origem a novas práticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERVO histórico de la UNAM (AHUNAM). Disponível em:

<<http://www.ahunam.unam.mx/>>. Acesso em: maio 2016.

ALMEIDA JÚNIOR, Vicente de Paula; CATANI, Afrânio Mendes. Algumas características das políticas de acreditação e avaliação da educação superior da Colômbia: interfaces com o Brasil. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 14, n. 3, p. 561-582, 2009.

ALUMNI (Asociación de los antiguos alumnos de la Universidad de Salamanca). *História de la USAL*. Disponível em:

<<https://alumni.usal.es/comunidad/historia-de-la-usal/>>. Acesso em: out.2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS (ABEU). *Editoras universitárias ibero-americanas definem plano de ação comum*. Notícia veiculada em 08 de novembro de 2011. Disponível em:

<<http://www.abeu.org.br/noticiasABEU.aspx?id=971>>. Acesso em: out. 2015.

ASSOCIAÇÃO DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE (EULAC). Disponível em: <<http://www.eulac.org/>>. Acesso em: 1 set. 2015.

ASSOCIATION OF AMERICAN UNIVERSITY PRESSES (AAUP). Disponível em:

<<http://www.aaupnet.org/>>. Acesso: maio 2016.

_____. *Press and Library Collaboration Survey*. Report conducted by AAUP Library Relations Committee, 2012-2013. Disponível em:

<http://www.aaupnet.org/images/stories/data/librarypresscollaboration_report_corrected.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

_____. *Sustaining Scholarly Publishing: new business models for university presses – a report of the AAUP task force on economic models for scholarly publishing*, march 2011. Disponível em: <<http://www.aaupnet.org/policy-areas/future-of-scholarly-communications/task-force-on-economic-models-report>>. Acesso em: ago 2016.

BALÁN, J. Universidade, pesquisa e desenvolvimento: o novo contexto. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). *Universidades e desenvolvimento na América Latina: experiências exitosas de centros de pesquisas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, 335 p.

BALBACHEVSKY, E. Incentivos e entraves ao empreendedorismo acadêmico na América Latina. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). *Universidades e desenvolvimento na América Latina: experiências exitosas de centros de pesquisas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, 335 p.

BANDERA, L. A. M. América Latina o Sudamérica? *Clarín*, 16 de maio de 2005.

Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/2005/05/16/opinion/o-01901.htm>>. Acesso em: out. 2016.

BARRETO, A. L.; FILGUEIRAS, C. A. L. Origens da Universidade Brasileira. *Quim. Nova*. São Paulo, v. 30, n. 7, pp. 1780-1790, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422007000700050>. Acesso em: out. 2016.

BIBLIOTECA VIRTUAL DA AMÉRICA LATINA. *Sobre a América Latina*. Disponível em: <<http://www.bvmemorial.fapesp.br/php/level.php?lang=pt&component=19&item=3>>. Acesso em: out. 2016.

BOHRER, I. N., et al. A história das universidades: o despertar do conhecimento. In: JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE DOS MEIOS VIRTUAIS, 14, Santa Maria. *Anais...* Santa Maria, 2008. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/jne2008/Trabalhos/114.pdf>>. Acesso em: maio 2016.

BOURDIEU, P. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, J. et al. (Orgs.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BUFREM, L. S. Ação didática das editoras universitárias. *Educar em Revista*. Curitiba, n. 9, jan./dez. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n/n9a05.pdf>>. Acesso em: maio 2016.

_____. Edição universitária no Brasil. In: CANOSSA-MENDES, J. C.; RESTREPO, J. F. C. (Eds.). *Edición universitaria en América Latina: debates, retos, experiencias*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2011. 180 p.

_____. *Editoras universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação da prática*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2015, 496 p. (Coleção Memória Editorial).

_____. Práticas editoriais e o ensino superior no Brasil. *Revista Verbo*. São Paulo: ABEU, n.4, ago. 2008.

CALDEIRA, C. Do papiro ao papel manufaturado: conheça a história do livro, desde as suas primeiras formas até as grande editoras e o hábito de leitura no Brasil. *Espaço Aberto*. São Paulo: USP, n. 24, out. 2002. Disponível em: <<http://www.usp.br/espacoaberto/arquivo/2002/espaco24out/vaipara.php?materia=Ovaria>>. Acesso em: jul. 2016.

CAMBESES JÚNIOR, M. *América latina ou ibero-América?* Disponível em: <<http://www.reservaer.com.br/estrategicos/americalatina.html>>. Acesso em: out. 2016.

CARDOSO, C. F. S.; PÉREZ BRIGNOLI, H. *Historia Económica de America Latina: volume I - Sistemas agrários e historia colonial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1979. v. 1. 232 p.

CARMONA, H. E. H. La edición universitaria em México. In: CANOSSA-MENDES, J. C.; RESTREPO, J. F. C. (Eds.). *Edición universitaria en América Latina: debates, retos, experiencias*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2011. 180 p.

CENTRO REGIONAL PARA FOMENTO DO LIVRO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CERLALC); ASSOCIAÇÃO DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE (EULAC). *Sondeo de las editoriales universitarias afiliadas a EULAC*. Apresentação de Juan Felipe Córdoba-Restrepo na XXIX Reunião Anual da ABEU, na Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Viçosa/MG, 11 de maio de 2016.

CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador – conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

_____. Las editoriales universitarias: pasado, presente, futuro. *Unilibros de Colombia* (Catálogo). Bogotá: ASEUC, n. 22, p. 60-69, 2015.

CLAVES para el debate público. Bogotá, Colômbia, n.28, ago. 2009. Disponível em: <http://www.agenciadenoticias.unal.edu.co/uploads/media/Claves_Digital_No._28.pdf>. Acesso em: 1 set. 2015.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Disponível em: <<http://www.cepal.org/pt-br>>. Acesso em: out. 2016.

COLBURN, F. D. *Latin America at the End of Politics*. Princeton University Press, 2002.

CÓRDOBA RESTREPO, J. F. América Latina, um sueño común. Tendência Editorial. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, n. 8, p. 2-3, 2015. Disponível em: <http://eulac.org/uflip/UR-Tendencia_editorial-N8/#/2/>. Acesso em: ago. 2016.

_____. Universidad y edición: Caminos abiertos para el debate y la crítica – textos académicos en América Latina. *Boletín Cultural y Bibliográfico*, vol. XLVIII, n. 86, p. 41-51. 2014.

_____.; HURTADO, J. I. Visibilidad y conocimiento: un portal em internet de las editoriales universitarias de la región en consolidación permanente. *Tendencia Editorial*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, n. 8, p. 36-43, 2015.

COSTA, M. P. *A socialização do conhecimento científico pelos repositórios institucionais no ensino da Biblioteconomia*. 2011. 58 f. Monografia (Especialização em Docência no Ensino Superior da Pós-Graduação Lato Sensu) – Faculdade Alvorada/ INEFE, Brasília. Disponível em: <<file:///D:/Downloads/Costa.AsocializacaodoconhecimentocientificopelosRInoensinodaBiblioteconomia.pdf>>. Acesso em: abr. 2016.

COX, C. Higher education policies in Chile in the 90.s. *Higher Education Policy*, v. 9, n. 1, p. 29-43, 1996.

DEZEM, R. A. O início da imigração japonesa para a América Latina: um breve histórico. *Revista de Estudos Brasileiros*. Osaka University, v. 10, 2014. Disponível em:

<https://www.academia.edu/10200903/_O_início_da_imigração_japonesa_para_a_América_Latina_um_breve_histórico_>. Acesso em: out.2016.

DIGITAL BOOK WORLD. *University Press Association Publishes 'Best Practices in Peer Review'*. 8 de junho de 2016. Disponível em:

<<http://www.digitalbookworld.com/join/staff/>>. Acesso em: ago. 2016.

DURHAM, E. R. *As políticas recentes para o ensino superior na América Latina*. USP: NUPES, documento 7, 1997. Disponível em:

<<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9707.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

_____.; SAMPAIO, H. O setor privado de ensino superior na América Latina. *Cadernos de Pesquisa*, n. 110, p. 7-37, julho/ 2000. Disponível em:

<<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9803.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

DOURADO, S. M. *Identificando a inovação editorial na cadeia produtiva do livro universitário brasileiro*. 2012. 112 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7827>>. Acesso em: dez. 2015.

FARRET, R. L.; PINTO, S. R. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. *Topoi*, v. 12, n. 23, p. 30-42, jul.-dez. 2011. Disponível em:

<http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi23/topoi23_a02_america_latina.pdf>. Acesso em: out. 2016.

FEBVRE, L.; MARTIN, H. *O aparecimento do livro*. São Paulo: USP; Hucitec, 1991.

FERREIRA, M. T. R. *A evolução do livro: do papiro ao Ipad*. 2010. 42 p. Monografia (curso de Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Chile passa a ofertar ensino superior grátis*. Mundo, de 11 de janeiro de 2016.

FRANCA, L. *América Latina e as ditaduras militares: fatores históricos*. Instituto Norberto Bobbio. Publicado em 27 de junho de 2011. Disponível em:

<<https://norbertobobbio.wordpress.com/2011/06/27/america-latina-e-as-ditaduras-militares-fatores-historicos/>>. Acesso em: out. 2016.

FRANCHETTI, P. Razão de ser das editoras universitárias. *ComCiência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. Campinas: Unicamp, n. 103, nov. 2008. Disponível em:

<<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=40&id=486>>. Acesso em: abr. 2016.

FREITAS NETO, J. A. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. *Revista Ensino Superior Unicamp*. Campinas, ed. 3, p. 62-70, jun. 2011. Disponível em:

<http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed03_junho2011/pdf/10.pdf>. Acesso em: out. 2016.

GALHARDI, A. *Qual é a importância da publicação de livros acadêmicos?* Universidade Federal Fluminense (UFF): Biblioteca de Nova Friburgo, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecas.uff.br/bnf/content/qual-%C3%A9-import%C3%A2ncia-da-publica%C3%A7%C3%A3o-de-livros-acad%C3%AAmicos>>. Acesso em: abr. 2016.

GAZZOLA, A.L. *Panorama da educação superior na América Latina e Caribe: a importância da expansão quantitativa e qualitativa da pesquisa e da pós-graduação*. In: CONFERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, Cartagena, outubro de 2008. *Anais...* IESALC/UNESCO: Cartagena, Colômbia, 2008.

GEOENSINO. *Divisão socioeconômica do continente americano*. Disponível em: <http://www.geoensino.net/2011/09/divisao-socio-economica-do-continente_26.html>. Acesso em: out.2016.

GESTÃO UNIVERSITÁRIA (Revista online). *Educação superior na América Latina*. Artigo de 26 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/educacao-superior-na-america-latina>>. Acesso em: out. 2016.

GIRALDO, J. I. F. Redes editoriales universitarias en iberoamerica. *Unilibros*. Colômbia: ASEUC, n. 21, p. 72, 2014.

GIVLER, P. *University Press Publishing in the United States*. ASSOCIATION OF AMERICAN UNIVERSITY PRESSES (AAUP), 2016. Disponível em: <<http://www.aaupnet.org/about-aaup/about-university-presses/history-of-university-presses>>. Acesso em: maio 2016.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas em pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GRIMALDO, W. A. M. Análisis del desarrollo y las políticas editoriales de las publicaciones universitarias colombianas. *Bibliotecas y Tecnologías de la Información*, 2007, v. 4, n. 2, p. 28-39. 18p.

GUEDES, M. C.; PEREIRA, M. E. M. Editoras universitárias: uma contribuição à indústria ou à artesanía cultural? Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

HARFUCH, C. A. C. *Um estudo sobre as políticas editoriais da Editora da Universidade Estadual de Londrina (Eduel) e da Editora da Universidade Estadual de Maringá (Eduem)*. 2014. 96 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá.

HERNÁNDEZ, H. E. Las lógicas del mundo académico y la transformación de la edición universitaria. *EDUC@UPN*. México, DF: Universidade Pedagógica Nacional, Secretaria de Educação Pública, 22 dez. 2010. Disponível em: <<http://educa.upnvirtual.edu.mx/index.php/item/36-las-logicas-del-mundo-academico-y-la-transformacion-de-la-edicion-universitaria>>. Acesso em: maio 2016.

KLEIN, L.; SAMPAIO, H. *Políticas de ensino superior na América Latina: uma análise comparada*. Universidade de São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, 1994.

LA ANTIGUA UNIVERSIDAD de Alcalá. Conocereis de Verdad, 2011. Disponível em: <<http://www.conocereisdeverdad.org/webiste/index.php?id=4765>>. Acesso em: out. 2016.

LANZA, A. L.; LAMOUNIER, M. L. A América Latina como destino dos imigrantes: Brasil e Argentina (1870-1930). *Cadernos Prolam*. São Paulo: USP, v. 14, n. 26, p. 90-107, 2015

LEVY, D. C. *University and government in México*. Nova York: Praeger Publishers, 1980.

_____. *Higher education and state in Latin America: private challenges to public dominance*. Chicago, Illinois: University of Chicago Press, 1986.

LLANTUY, E. K. P. *Como surgen las universidades em America Latina*. 17 de fevereiro de 2012, 2 p. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/81959641/COMO-SURGEN-LAS-UNIVERSIDADES-en-America-Latina>>. Acesso em: out. 2016.

LÓPEZ, Y. C.; LÓPEZ, A. K. C. La educación superior en México: tendencias y desafíos. *Avaliação*. Campinas, v.13, n.2, p. 293-311, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000200004>. Acesso em: nov. 2016.

LOYOLA, M. A. (Org.). *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

LUZ, R. J. P.; MELO, P. A.; ANGELO, G. V. 2005. Educação superior na América Latina: a convergência necessária. *Revista de Ciências da Administração*. Florianópolis: UFSC, v.7, n.13, jan/jul 2005.

MANGEN, A.; WALGERMO, B. R.; BRONNICK, K. Reading linear texts on paper versus computer screen: effects on reading comprehension. *International Journal of Educational Research*, 58, p. 61-68, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. A. *Técnicas de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARQUES NETO. J. C. A editora universitária, os livros do século XXI e seus leitores. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*. Botucatu, v. 4, n. 7, ag. 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832000000200025>>. Acesso em: mar. 2016.

_____. Eulac: desafios da integração e do crescimento da edição universitária latino-americana e caribenha. *Tendência Editorial*. Bogotá: Editora da Universidade do Rosário, n. 5, p. 12-15, 2014. Disponível em: <http://eulac.org/uflip/UR-Tendencia_editorial-N5/#/1/>. Acesso em: ago. 2016.

MARTINS FILHO, Plínio; ROLLEMBERG, Marcello. *Edusp: um projeto editorial*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001. 285 p.

MELO, L. A.; RAMOS, J. E.; HERNÁNDEZ, P. O. La educación superior en Colombia: situación actual y análisis de eficiencia. *Borradores de Economía*. Bogotá, n. 808, 2014. Disponível em: <http://www.banrep.gov.co/docum/Lectura_finanzas/pdf/be_808.pdf>. Acesso em: nov. 2016.

MEMORIA CHILENA. *Anales de la Universidad de Chile*. Biblioteca Nacional de Chile. Disponível em: <<http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-95396.html>>. Acesso em: maio 2016.

MERIEVERTON, R. *Quantos países fazem parte da América Latina*. Estudo Prático, 12 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.estudopratico.com.br/quantos-paises-fazem-parte-da-america-latina/>>. Acesso em: out. 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO JAPÃO (MRE). *Japan-Peru Relations*. Publicado em 23 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/latin/peru/index.html>>. Acesso em: out. 2016.

MITASTEIN, S. K. *Convocatorias EULAC*. E-mail enviado aos associados à EULAC no dia 26/07/2016.

MULLANEY, T. University presses: a view from the academy. *Chicago Tribune*, 14 July 2013. Features. Disponível em: <http://articles.chicagotribune.com/2013-06-14/features/ct-prj-0616-university-presses-20130614_1_american-university-presses-printers-row-journal-publishers/3>. Acesso em: maio 2016.

NASCIMENTO, C. C. *Editoras universitárias e as novas oportunidades de comunicação*. 2009. 189 p. Dissertação (Pós-graduação em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

NATERCIA, F. Associações fortalecem editoras latino-americanas. Reportagem. *ComCiência* [on-line]. Campinas, 2008, n.103. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542008000600006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: maio 2016.

NISHIZAWA, A. J. *A evolução do livro: como o desenvolvimento simultâneo de três aspectos tem modificado a história do livro*. 2013. 118 p. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.

OCHOA, C. A. *La cultura editorial universitaria*. Cidade do México: Publicaciones Fomento Editorial. 2015. (Coleção Biblioteca del Editor).

_____. La encrucijada de la edición universitaria. *Unilibros de Colombia* (Catálogo). Bogotá: ASEUC, n. 23, p. 16-18, 2016.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Revisión de políticas nacionales de educación: la educación superior en Chile*. OCDE y Banco Mundial, 2009.

OLIVEIRA, M. Resenha do livro “Imigração e identidades nacionais na América Latina: o elo esquecido”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.31, n. 90, fev. 2016, p. 187-192.

PARANÁ (ESTADO). Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Colégio Estadual Nestor Victor dos Santos. Origem e significado do livro. Disponível em: <<http://www.slinestorsantos.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>>. Acesso em: jul. 2016.

PEREIRA, E. M. A. Universidade no contexto da América Latina: 90 anos da reforma de Córdoba e 40 anos da reforma universitária brasileira. *Políticas Educativas – Campinas*, v.2, n. 1, p.54-75, dez. 2008.

PRADO, M. L.; PELLEGRINO, G. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014, 208p.

PROCÓPIO, E. *O livro na era digital*. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

RAMA, C. Los desafios de las editoriales universitarias de América Latina en la sociedade del saber. In: _____; SAGASTIZÁBAL, Leandro; URIBE, Richard. *Las editoriales univesitarias en América Latina*. Caracas, Venezuela/ Bogotá, Colômbia: Instituto Internacional para la Educación Superior en America Latyna y Caribe (IESALC)/ Centro Regional para el Fomento del Libro en America Latina y Caribe (CERLALC), 2006, 248p.

_____.; SAGASTIZÁBAL, L.; URIBE, R. *Las editoriales univesitarias en América Latina*. Caracas, Venezuela/ Bogotá, Colômbia: Instituto Internacional para la Educación Superior en America Latyna y Caribe (IESALC)/ Centro Regional para el Fomento del Libro en America Latina y Caribe (CERLALC), 2006, 248p.

REDE DE EDITORES UNIVERSITÁRIOS E ESCOLAS POLITÉCNICAS DO EQUADOR (REUPDE). *Colombia e Ecuador, dos experiências distantes*. Reportagem de 9 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://reupde.blogspot.com.br/2015/02/colombia-y-ecuador-dos-experiencias.html>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

REVISTA NOVA ET VETERA. *Editorial*. Bogotá: Universidad del Rosário, v. 1, n. 1, feb. 2015. Disponível em: <<http://www.urosario.edu.co/revista-nova-et-vetera/Vol-1-Ed-1/Columnistas/Revista-Colegio-Mayor-Nuestra-Senora-del-Rosario/>>. Acesso em: maio 2016.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. A modernização das universidades na década de 60: o papel da transformação social das instituições universitárias. *Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLA*, 2000.

ROSA, F. O valor do design gráfico nas publicações da Edufba. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25, 2002, Salvador. *Anais...* Salvador/ São Paulo: Intercom, 2002.

_____. et. al. A presença das editoras universitárias nos acervos dos repositórios institucionais. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*. Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, ed. esp., p. 152-164, jul./dez. 2013.

_____.; BARROS, S.; MEIRELLES, R. Do livro impresso ao digital: a trajetória de uma editora universitária. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10, Porto Alegre. *Anais eletrônicos...* Porto Alegre: UFRGS, de 03 a 05 de junho, 2015. Disponível em: <file:///D:/Downloads/GTMIDIMP_ROSA-%20Flavia_%20BARROS-%20Susane_%20MEIRELLES-%20Rodrigo.pdf>. Acesso em: maio 2016.

_____.; ODDONE, N. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a17.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

ROSIQUE, J. A. *Editar en la universidad: paradojas y retos*. Medellín: Universidad de Antioquia. 2010. 101 p.

ROCHA, M. A. *A contribuição à educação para além da publicação de textos: perspectiva histórica do trabalho da Editora da Universidade Federal de Uberlândia*. 2014. 197 p. Dissertação (Mestrado em Tecnologias, Educação e Comunicação) – Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://www.bdtu.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6303>. Acesso em: maio 2016.

SADER, E. A América Latina e o período histórico atual. *Carta Maior*. Publicado em 25 out. 2009. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/A-America-Latina-e-o-periodo-historico-atual/2/23898>>. Acesso em: out. 2016.

SCHWARTZMAN, S. *Existe una Universidad Latinoamericana?* Texto preparado para presentación en el Seminario sobre “Los sentidos contemporáneos de América Latina”, Universidad Nacional de San Martín, Escuela de Humanidades, Centro de Estudios Latinoamericanos, Buenos Aires, 2 y 3 de octubre de 2006.

_____. *Notas sobre os sistemas de ensino superior da América Latina*. 1994.

_____. (Org.). *Universidades e desenvolvimento na América Latina: experiências exitosas de centros de pesquisas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, 335 p.

SOREL, P. As formações em ofícios do livro nas universidades francesas (resumo de palestra). In: Simpósio Internacional Livros e Universidades, 5 a 8 de novembro de 2012, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: USP, 2012. Disponível em:

<<http://www.edusp.com.br/livroseuniversidades/50anos/programacaoRESUMO.AS>>. Acesso em: jul. 2016.

SOUZA, G. Comunicação pessoal. Entrevista realizada pela autora na Bienal Internacional do Livro Rio, 2007. NASCIMENTO, C. C. *Editoras universitárias e as novas oportunidades de comunicação*. 2009. 189 p. Dissertação (Pós-graduação em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

THOMPSON, J. B. Survival strategies for academic publishing. In: *The Chronicle of Higher Education*, 2005.

TOSCANO, F. *Países do Mundo – Américas*. Portal Brasil. Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/americas.htm>>. Acesso em: out. 2016.

TRÉSPIDI, M. A. Edición universitaria: el caso argentino. In: CANOSSA-MENDES, J. C.; RESTREPO, J. F. C. (Eds.). *Edición universitaria en América Latina: debates, retos, experiencias*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2011. 180 p.

TUNNERMANN, B. C. Breve historia del desarrollo de la universidad en América Latina. *La Educación superior en el umbral del siglo XXI*. Caracas: Ed. CRESALC, 1996, p-11-38.

UNIVERSIDADE AUTÔNOMA DO MÉXICO (UNAM). *Libros Unam*. História: dirección general de publicaciones y fomento editorial. Disponível em: <<http://www.libros.unam.mx/sobre-nosotros>>. Acesso em: maio 2016.

URIBE, R. La edición de libros en las universidades de América Latina y el Caribe. In: RAMA, C; SAGASTIZÁBAL, Leandro; URIBE, Richard. *Las editoriales univesitarias en América Latina*. Caracas, Venezuela/ Bogotá, Colômbia: Instituto Internacional para la Educación Superior en America Latyna y Caribe (IESALC)/ Centro Regional para el Fomento del Libro en America Latina y Caribe (CERLALC), 2006, 248p.

VILLA, S. C. Imprenta Universidad de Antioquia: labor que persiste. *Almamater*. Colômbia: Universidad de Antioquia, n. 157, ago. 2009. Disponível em: <<http://aprendeonline.udea.edu.co/revistas/index.php/almamater/article/view/2066/1710>>. Acesso em: maio 2016.

VOGT, C. O livro e as editoras universitárias. *ComCiência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. Campinas: Unicamp, n. 103, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=40&id=486>>. Acesso em: abr. 2016.

ANEXO

EDITORAS-MEMBRO DA EULAC (EXCETO ASSOCIAÇÕES)

País	Nome	Editora	Universidade	Contato
Argentina	René Gotthelf	Editorial de la Universidad de Cuyo	Universidad Nacional de Cuyo	alazan@lanet.com.ar
Brasil	Flávia García Rosa	Editora da Universidade Federal da Bahia	Universidade Federal da Bahia	flaviagr@ufba.br fflaviarosa@gmail.com
Brasil	JOAO Carlos Canossa Pereira Mendes	Editora FIOCRUZ	Fundacao Oswaldo Cruz-FIOCRUZ	jcanossa@fiocruz.br
Brasil	Rizele María de Castro Reis	Editora UFV	Universidad Federal de Vicosá	editora@ufv.br
Brasil	Rafael Da Silva Oliveira	Editorial de la Universidad Federal RORAIMA	Universidad Federal de RORAIMA	rafasol@bol.com.br
Brasil	José Castilho Márquez Neto	Editorial UNESP	Universidade Estadual Paulista	jocastilho@uol.com.br
Brasil	Valter Kuchen-	Presidente de	Luterana Do	editora@ulbra.br

País	Nome	Editora	Universidade	Contato
	becker	ABEU	Brasil (ULBRA)	valterk@ulbra.br
Brasil	Ezequiel Teodoro da Silva	Editor Portal Pescarte	Portal Pescarte	ezequiel@pescarte.com.br
Chile	Jorge Baeza Correa	Ediciones Universidad Católica Silva Henríquez	Universidad Católica Silva Henríquez	fhurtado@ucsh.cl jbaeza@ucsh.cl
Chile	José Reginaldo Zurita Chavez	Ediciones Universidad de la Frontera (Chile)	Universidad de la Frontera, Temuco, Chile	rzurita@ufro.cl
Colombia	Richard Uribe	CERLALC	Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe	ruribe@cerlalc.org
Colombia	Lorena Ruiz Serna	Fondo Editorial Universidad Antonio Nariño	Universidad Antonio Nariño	director.editorial@uan.edu.co
Colombia	Martha Helena Esguerra	Ediciones Uniandes	Universidad de los Andes	maesguer@uniandes.edu.co
Colombia	Juan Felipe Córdoba Restrepo	Editorial Universidad del Rosario	Universidad del Rosario	isabel.puentes48@urosario.edu.co jcordoba@urosario.edu.co
Colombia	Norella Castro Rojas	Fondo de Publicaciones EDI-U.D.C.A.	Universidad de Ciencias Aplicadas y	norellac@udca.edu.co

País	Nome	Editora	Universidade	Contato
			Ambientales U.D.C.A	
Colombia	Victor Hugo Dueñas	Programa Editorial Universidad del Valle	Universidad del Valle	editorial@univalle.edu.co
Colombia	Guido Germán Hurtado Vera	Universidad Autónoma de Occidente	Universidad Autónoma de Occidente	gghurtado@uao.edu.co
Colombia	Juan José García Posada	Universidad Pontificia Bolivariana	Universidad Pontificia Bolivariana	juanjose.garcia@upb.edu.co
Colombia	José Julián Serrano Quimbaya	Universidad Santiago de Cali	Universidad Santiago de Cali	jserrano@usc.edu.co
Colombia	Martha Helena González Marulanda	Publicaciones Universidad de La Sabana	Universidad de La Sabana	martha.gonzalez1@unisabana.edu.co
Colombia	Sandra Álvarez Marín	Editorial Uninorte	Universidad del Norte	sanalvar@uninorte.edu.co
Costa Rica	Ana Ruth Vilchez Rodríguez	Editorial Tecnológica de Costa Rica	Instituto Tecnológico de Costa Rica	avilchez@itcr.ac.cr
Costa Rica	Felipe Abarca Fedullo	Editorial Tecnológica de Costa Rica	Instituto Tecnológico de Costa Rica	feabarca@itcr.ac.cr
Costa Rica	Fernando Ramírez	Editorial Tecnológica de	Instituto Tecnológico de	framirez@itcr.ac.cr

País	Nome	Editora	Universidade	Contato
	Chacón	Costa Rica	Costa Rica	
Costa Rica	Aida Elena Cascante Segura	Editorial Tecnológica de Costa Rica	Universidad de Costa Rica	aelena18@yahoo.es ferduraya@racsa.co.cr
Costa Rica	Carlos Picado Morales	Editorial Tecnológica de Costa Rica	Universidad de Costa Rica	cpicado@editorial.ucr.ac.cr ferduraya@racsa.co.cr
Costa Rica	Fernando Durán Ayanegui	Editorial Tecnológica de Costa Rica	Universidad de Costa Rica	ferduraya@racsa.co.cr
Costa Rica	María del Rosario Arguedas Cháves	Editorial Tecnológica de Costa Rica	Universidad de Costa Rica	rarguedas@editorial.ucr.ac.cr ferduraya@racsa.co.cr
Costa Rica	Nimrod Cabezas Marín	Editorial Tecnológica de Costa Rica	Universidad de Costa Rica	ncabezas@editorial.ucr.ac.cr ferduraya@racsa.co.cr
Costa Rica	Daniel Villalobos Gamboa	Editorial Universidad Estatal a Distancia	Universidad Estatal a Distancia	dvillalobos@uned.ac.cr villalobos.daniel@gmail.com
Costa Rica	Ely Fabricio Marín Hernández	Editorial Universidad Estatal a Distancia	Universidad Estatal a Distancia	elmarin@uned.ac.cr elymarinh@hotmail.com
Costa Rica	Georgina García Herrera	Editorial Universidad Estatal a Distancia	Universidad Estatal a Distancia	gegarcia@uned.ac.cr

País	Nome	Editora	Universidade	Contato
Costa Rica	Jorge Delgado Castillo	Editorial Universidad Estatal a Distancia	Universidad Estatal a Distancia	jdegado@uned.ac.cr
Costa Rica	Luis Fernando Quirós Abarca	Editorial Universidad Estatal a Distancia	Universidad Estatal a Distancia	lquiros@uned.ac.cr ferquiaba@hotmail.com
Costa Rica	René Muiños Gual	Editorial Universidad Estatal a Distancia	Universidad Estatal a Distancia	rmuiños@uned.ac.cr editoria@uned.ac.cr
Costa Rica	Ana Rocío Madrigal Gutiérrez	Editorial Universidad Nacional	Universidad Nacional	amadrig@una.ac.cr euna@una.ac.cr
Costa Rica	Alexandra Meléndez Calderón	Editorial Universidad Nacional de Costa Rica	Universidad Nacional de Costa Rica	amelende@una.ac.cr amelendez_cr@hotmail.com
Costa Rica	Mario Castillo Méndez	EULAC	EULAC	mariocastillo@itcr.ac.cr
Costa Rica	Roberto Valverde	Revista Agronomía Costarricense	Universidad de Costa Rica	robertov@cariari.ucr.ac.cr
Costa Rica	Laura Casasa Núñez	Revista Comunicación	Instituto Tecnológico de Costa Rica	LAURA.CASASA@GMAIL.COM
Costa Rica	Maritza Prado Vargas	Revista Comunicación	Instituto Tecnológico de Costa Rica	mprado@itcr.ac.cr

País	Nome	Editora	Universidade	Contato
Costa Rica	Teresita Zamora Picado	Revista Comunicación	Instituto Tecnológico de Costa Rica	tzamora@itcr.ac.cr recom@itcr.ac.cr
Costa Rica	Verónica Ríos Quesada	Revista Comunicación	Instituto Tecnológico de Costa Rica	vrios@itcr.ac.cr
Costa Rica	Martha Zamora Castillo	Revista Fronteras San Carlos	Instituto Tecnológico de Costa Rica	mzamora@itcr.ac.cr
Ecuador	Quinche Ortiz Crespo	Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador	Universidad Andina Simón Bolívar, sede Ecuador	quinche@uasb.edu.ec publicaciones@uasb.edu.ec
Guatemala	Anacleto Medina Gómez	Editorial Universitaria USAC	Universidad de San Carlos	editorialusac@usac.edu.gt
Honduras	Víctor Manuel Ramos	Fondo Editorial UPNFM	Universidad Pedagógica Nacional Francisco Morazán	victormanuelramos@hotmail.com
México	Gerardo Jaramillo Herrera	Dirección General de Publicaciones y Fomento Editorial	Universidad Autónoma de México	gjaramillo@libros.unam.mx
México	Francisco Gómez R.	El Colegio de México	El Colegio de México	fgomez@colmex.mx
México	Emma Elizabeth Paniagua	Instituto de Investigaciones sobre la	Universidad Nacional Autónoma de	emmaro@servidor.unam.mx

País	Nome	Editora	Universidade	Contato
	Roldán	Universidad y la Educación, UNAM	México	
México	Guillermina Araiza	Oficina de Publicaciones Universidad La Colima	Universidad de Colima	garaiza@ucol.mx publicac@ucol.mx publicac@ucol.mx gloriaaraiza@hotmail.com
México	Arabella Jiménez Higuera	Plaza y Valdés, S. A. DE C.V	Plaza y Valdés, S. A. DE C.V	viarabella@yahoo.com. mx editorial@plazayvaldes. com
México	Araceli Téllez Trejo	Publicaciones Universidad Iberoamericanas	Universidad Iberoamericana	araceli.tellez@uia.mx
México	Gisela Rodríguez Ortiz	Unión de Universidades de América Latina y el Caribe	Unión de Universidades de América Latina y el Caribe	udual1@servidor.unam. mx
México	Heriberto Ramírez Luján	Universidad Autónoma de Chihuahua	Universidad Autónoma de Chihuahua	hramirez@uach.mx 439 1853
México	Laura Gómez Vera	Universidad Autónoma del Estado de México	Universidad Autónoma del Estado de México	lagov@uaemex.mx
México	Rocio Aceves	Universidad de Colima	Universidad de Colima	raceves13@hotmail.com
México	Rosario Rogel	Universidad Autónoma del	Universidad Autónoma del	rrs@uaemex.mx

País	Nome	Editora	Universidade	Contato
	Salazar	Estado de México	Estado de México	
Perú	Patricia Arévalo Majluf	Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú	Pontificia Universidad Católica del Perú	parevalo@pucp.edu.pe eugarte@pucp.edu.pe
Perú	Juan Francisco de la Puente Mejía	Fondo Editorial de la Universidad de San Martín de Porres	Universidad de San Martín de Porres	jdelapuate@usmp.edu.pe
Perú	Pedro Visconti	Invitado especial		
República Dominicana	Carmen Pérez Valerio	Unidad Editorial de la Pontificia Universidad Católica Madre y Maestra	Pontificia Universidad Católica Madre y Maestra	cperez@pucmmsti.edu.do
República Dominicana	Joselyn Calderón Troncoso	Universidad Iberoamericana (UNIBE)	Universidad Iberoamericana (UNIBE)	jcalderon@unibe.edu.do
República Dominicana	Antonio Fernández	Universidad INTEC	Instituto Tecnológico de Santo Domingo INTEC	antoniof@intec.edu.do
República Dominicana	César Cuello Nieto	Universidad INTEC	Instituto Tecnológico de Santo Domingo INTEC	ccuello@intec.edu.do
Venezuela	Yandra	Consejo de	Universidad	publicac@movistar.net.ve

País	Nome	Editora	Universidade	Contato
	Betsabeth Araujo Pérez	Desarrollo Científico y Humanístico	Central de Venezuela	araujo_yandra@hotmail.com
Venezuela	Julio Bolívar	Ediciones IESA	Instituto de Estudios Superiores de Administración IESA	julio.bolivar@iesa.edu.ve undiaunviajero@gmail.com
Venezuela	Adriana Morán Sarmiento	Fondo Editorial Única, Universidad Católica Cecilio Acosta	Universidad Católica Cecilio Acosta	amoransarmiento@gmail.com deccd@unica.edu.ve

FONTE: EULAC, 2016.